

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 32

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 32, agosto 2023

Diretora: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Diretora Adjunta: Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Conselho de Redação: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilniaus Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria) e Rosa Monteiro (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Marta Luís Pereira

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

Apresentação da Revista: A SOCIOLOGIA *ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores/as: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na SciELO Portugal, Latindex e ERIH PLUS, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

Sede da Redação: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contactos: Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

N.º de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 32, August 2023

Editor: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Associate Editor: Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Board Members: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilnius Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA'CET_iscte); Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria) and Rosa Monteiro (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juares Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicole Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Marta Luís Pereira

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish or French

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex and ERIH PLUS, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

Editorial Office: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contact: Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



INDICE

Artigos

Desigualdades de género no mercado de trabalho açoriano e as perceções dos jovens	11
<i>Rita Ponces e Ana Matias Diogo</i>	
Identities de género na mobilização anti-austeridade em Portugal	34
<i>Cláudia Araújo</i>	
Assistência pessoal e desfamiliarismo: um teste prático ao modelo de apoio à vida independente português	61
<i>Pedro Nuno de Oliveira</i>	
Fratrías e intimidade(s): coabitação e práticas familiares na construção das relações entre irmãs e irmãos	91
<i>Andreia Barbas</i>	
A prospetiva estratégica enquanto instrumento de apoio para o desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais: um estudo de caso sobre relações de cooperação entre municípios	112
<i>Ana Balão e José Saragoça</i>	

Recensão

Rodrigues, João. (2022). O neoliberalismo não é um slogan. Tinta-da-china.	141
<i>Rahul Kumar</i>	
Normas para Autores/as	147



CONTENTS

Articles

Gender inequalities in the Azorean labor market and the young people's perceptions	11
<i>Rita Ponces e Ana Matias Diogo</i>	
Gendered identities in portuguese anti-austerity mobilisation	34
<i>Cláudia Araújo</i>	
Personal assistance and disfamilialism: a practical test of the portuguese independent living support model	61
<i>Pedro Nuno de Oliveira</i>	
Siblings and intimacy(ies): cohabitation and family practices in the construction of sibling's relationships.....	91
<i>Andreia Barbas</i>	
Strategic foresight as a support tool for the development of new territorial dynamics: a case study on cooperation relations between municipalities	112
<i>Ana Balão and José Saragoça</i>	

Review

Rodrigues, João. (2022). O neoliberalismo não é um slogan. Tinta-da-china.	141
<i>Rahul Kumar</i>	
Submission guidelines	150



ARTIGOS
ARTICLES

DESIGUALDADES DE GÉNERO NO MERCADO DE TRABALHO AÇORIANO E AS PERCEÇÕES DOS JOVENS

GENDER INEQUALITIES IN THE AZOREAN LABOR MARKET AND THE YOUNG PEOPLE'S PERCEPTIONS

Rita Ponces

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Rua da Mãe de Deus, 9500-321 Ponta Delgada, Portugal

E-mail: ritaponces123@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6707-0677>

Ana Matias Diogo

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Supervisão, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais — Pólo da Universidade dos Açores (CICS.NOVA.UAc) & Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Rua da Mãe de Deus, 9500-321 Ponta Delgada, Portugal

E-mail: ana.is.diogo@uac.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7223-1199>

Resumo: O presente artigo tem como finalidade apresentar uma análise sobre as desigualdades de género existentes no mercado de trabalho açoriano e aprofundar o caso específico dos jovens, a partir das suas perceções. Para isso foram analisados os dados dos Quadros de Pessoal de 2019, relativos à população empregada no setor privado, a que se seguiu uma análise em profundidade com base na realização de entrevistas a 24 jovens. Os resultados apontam para a permanência de desigualdades de género no mercado de trabalho açoriano, notando-se, todavia, uma certa invisibilidade destes fenómenos na perceção dos jovens, que tendem a alinhar os seus discursos pelo ideal da igualdade de género. A análise da conciliação emprego-família pelos jovens casais revela a permanência de assimetrias de género, especialmente quando está em causa o cuidado aos filhos, associadas a perceções que naturalizam estereótipos de género e invisibilizam o seu impacto na carreira profissional das mulheres.

Palavras-chave: desigualdades, género, mercado de trabalho, jovens.

Abstract: This article seeks the characterization of the gender inequalities present in the Azorean labour market and deepening the specific case of the youth perspectives. Therefore, data from the Quadros de Pessoal from 2019, related to the population employed in the private sector, were analyzed followed by an in-depth analysis based on 24 interviews with young adults. The results indicate the persistence of gender inequalities in the Azorean labour market, although there is a certain invisibility of these phenomena in the perception of young people, who tend to align their discourse with the ideal of gender equality. Secondly, the analysis of work-family balance by young couples reveals the persistence of gender asymmetries, especially when it comes to childcare. These come from naturalized gender stereotypes and make their impact on women's professional careers invisible.

Keywords: inequalities, gender, labour market, youth.

Introdução¹

Os estudos indicam que existe relação entre o género e a intervenção das mulheres portuguesas no mercado de trabalho (Silva, 2016), e que as mulheres estão em posições desiguais comparativamente aos homens, em vários fenómenos (Silva, 2016), como a segregação horizontal (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [CITE], 2018), a segregação vertical (Casaca & Perista, 2017) e as desigualdades salariais (CITE, 2018).

Apesar disto, os estudos também revelam que esta tendência está a modificar-se nos jovens. De facto, as taxas de emprego entre os géneros tendem a assemelharem-se nestas faixas etárias (Wall et al., 2016), com o crescente do número de jovens diplomados com educação superior (Rocha, 2014). Como resultado, as desigualdades de género atenuam neste grupo etário no espaço doméstico (Wall et al., 2016) e nos salários (Casaca & Perista, 2017), evidenciando-se a relevância da escolaridade nestas alterações.

O presente artigo tem por objetivos *i*) caracterizar as desigualdades de género no mercado de trabalho nos Açores, uma região onde o mercado laboral e a participação das mulheres têm apresentado particularidades e debilidades face ao contexto nacional, e *ii*) perspetivar as tendências de mudança protagonizadas aí pelos jovens nesta matéria.

Associado às especificidades do mercado de trabalho açoriano, a entrada da mulher na vida ativa nesta região fez-se tardiamente no contexto nacional (Diogo & Rocha, 2018). No entanto, nas camadas mais jovens, verifica-se atualmente uma tendência generalizada para as mulheres integrarem o mercado de trabalho (Diogo, 2008; Tomás, 2008). Em que medida estas mudanças se estão a traduzir numa maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na esfera laboral? Investigação já realizada aponta para a persistência de desigualdades salariais na região (Diogo & Rocha, 2018), porém não olha para as restantes dimensões, nem para os jovens. Assim, pretende-se analisar as desigualdades de género no mercado de trabalho açoriano, a partir de uma abordagem mais abrangente, considerando além das desigualdades salariais, a segregação horizontal e a segregação vertical, assim como aprofundar o caso dos jovens, a partir das suas perceções.

1 Este texto foi redigido tendo por base uma pesquisa realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado, consistindo numa apresentação de forma resumida dos principais resultados da dissertação. As tabelas, figuras e excertos da análise de conteúdo são retomados da dissertação (Ponces, 2022), através de uma seleção, ou seja, foram escolhidos os elementos que possibilitam a caracterização das dimensões do fenómeno investigado e, posteriormente, a perceções dos jovens sobre as mesmas.

Desigualdades de gênero no mercado de trabalho: dimensões de análise e teorias explicativas

Os estudos relevam que o gênero continua a ser uma variável que condiciona as oportunidades dos indivíduos no mercado do trabalho, notando-se a existência de assimetrias entre os homens e as mulheres penalizadoras para as segundas (Fernandez-Mateo & Kaplan, 2018; Silva, 2016). Estas assimetrias dizem respeito a fenómenos que surgem designados na literatura como desigualdades de gênero.

As desigualdades de gênero abrangem “direitos, estatuto e dignidade hierarquizados entre as mulheres e os homens, quer a nível da lei quer a nível dos factos” (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego [CITE], 2003, p. 303). São diferenças de oportunidades entre os homens e as mulheres na esfera pública e na esfera privada (CITE, 2003), sendo que o mercado de trabalho se insere na esfera pública e os trabalhos de foro doméstico na esfera privada (Bourdieu, 1999; Silva, 1983, citado em Amâncio, 1994). Este fenómeno manifesta-se através da segregação horizontal (Silva, 2016), da segregação vertical (Silva, 2016) e das desigualdades salariais (CITE, 2003).

A segregação horizontal abrange a “concentração de mulheres e/ou homens em diferentes tipos de atividade, ficando as mulheres confinadas a um leque mais apertado de sectores ou profissões” (CITE, 2003, citado em Ponces, 2022, p. 28). Esta componente é visível em várias profissões e traduz-se na tendência para as mulheres estarem inseridas em determinados ramos de atividade e de profissões que são consideradas femininas e com remunerações mais baixas (Casaca & Perista, 2017). Efetivamente, os setores de atividade e as categorias profissionais onde existem mais mulheres têm menores remunerações (CITE, 2018). A maioria das mulheres ingressaram no setor terciário por serem trabalhos com afinidade com o papel doméstico (Casaca, 2013), como professoras, administrativas ou profissionais de saúde. Nos últimos anos, este tipo de profissões manteve uma elevada participação feminina, continuando a serem áreas femininas. Por outro lado, houve modificações nas profissões que tinham menor participação feminina, como as profissões liberais, as engenharias e os executivos das empresas (Gadrey, 2001, citado em Gadrey, 2005).

No que diz respeito à segregação vertical consiste na “concentração de mulheres e/ou homens nos níveis mais baixos da hierarquia profissional” (CITE, 2003, citado em Ponces, 2022, p. 28). Assim, é verificada uma maior concentração das mulheres nas posições inferiores da hierarquia e com menores remunerações (Casaca & Perista, 2017). Na literatura é utilizado o conceito de “teto de vidro” para dar conta da existência de barreiras invisíveis nas organizações que dificultam a promoção das mulheres a cargos mais elevados na hierarquia. Este cenário ocorre

quando os homens e as mulheres possuem qualificações e competências idênticas, no entanto, não existem as mesmas oportunidades de ascender a um cargo de chefia. Em contrapartida, as mulheres que ocupam estes cargos desistem devido à cultura machista das organizações (Courtney, 2007, citado em Schouten, 2011). Segundo os Quadros de Pessoal de 2009, as chefias das empresas tendem a ser masculinas (Cantante, 2014), esta tendência permanece constante (Casaca & Lortie, 2017). Em 2020 os cargos de chefia continuam a ser masculinizados nas empresas cotadas em bolsa (Casaca et al., 2020).

A desigualdade salarial ou a assimetria salarial define-se por “desigualdade salarial média entre mulheres e homens. Pode referir-se à remuneração média mensal de base ou ao ganho médio” (CITE, 2003, citado em Ponces, 2022, p. 31). São as mulheres que tendem a auferir rendimentos inferiores em comparação com os homens, havendo, no entanto, uma tendência para as desigualdades salariais se amenizarem nas gerações mais jovens (Casaca & Perista, 2017).

As desigualdades de género no mercado de trabalho têm vindo a ser explicadas a partir de diferentes correntes teóricas, destacando-se a teoria do capital humano (Casaca, 2009), as teorias da segmentação do mercado de trabalho (Casaca, 2009), os contributos que se centram na influência das representações sociais de género (Casaca & Perista, 2017) e, por fim, as perspetivas relativas à conciliação emprego-família (CITE, 2018).

De acordo com a teoria do capital humano de Becker, que assenta na ideia de que as decisões nas organizações são racionais, existe maior dificuldade na contratação das mulheres, uma vez que têm menor produtividade por terem custos associados à maternidade, e por este motivo, é incentivada a permanência das mulheres na esfera doméstica (Becker, 1993, citado em Casaca & Perista, 2017; Casaca, 2009). Segundo esta abordagem, as mulheres renunciam a determinados cargos, de forma voluntária, para conseguirem conciliar a vida profissional e familiar, ou seja, escolhem determinados empregos que simplifiquem a conciliação emprego-família (Degraff & Anker, 2004). Neste contexto, as mulheres competem entre si para aceder a profissões com menor exigência, menor valorização social e menores salários em comparação com o dos homens (Becker, 1993, citado em Casaca & Perista, 2017; Casaca, 2009).

Relativamente às teorias da segmentação, estas defendem que existem dois segmentos do mercado de trabalho: primário e o secundário (Casaca, 2009; Dias et al., 2020). O mercado de trabalho primário incorpora os trabalhadores com condições de trabalho favoráveis em funções qualificadas bem remuneradas. Neste grupo, os indivíduos beneficiam de estabilidade no emprego, com progressão na carreira e com poder de negociação (Casaca, 2009; Dias et al., 2020), estando

sobrerrepresentados os homens e os indivíduos qualificados (Casaca, 2009). No que diz respeito ao mercado de trabalho secundário, este abrange os indivíduos com posições mais fracas no mercado de trabalho, em situações de precariedade, pouco qualificados com remunerações inconstantes e baixas. Neste mercado os indivíduos não detêm segurança no trabalho, nem poder de negociação (Casaca, 2009; Dias et al., 2020). Este segmento é composto predominantemente por mulheres, jovens e indivíduos com baixo nível de escolaridade (Casaca, 2009).

Uma outra perspetiva teórica centra-se na relação das representações sociais na construção social do género, defendendo que as representações de género estão presentes no processo de recrutamento/seleção e, posteriormente, quando estão inseridas na organização através das expectativas e da identidade de género. Esta corrente teórica explica porque existem profissões desempenhadas por homens e profissões desempenhadas por mulheres (Casaca & Perista, 2017). Estes estereótipos de género contribuem para a permanências das desigualdades existentes entre homens e mulheres (Silva, 2016), verificando-se na segregação horizontal (Casaca & Perista, 2017).

Uma última abordagem foca-se na variável género como componente essencial na conciliação emprego-família que condiciona a participação das mulheres no mercado de trabalho (CITE, 2018), considerando que os estudos indicam que são as mulheres que despendem maior número de horas semanais à esfera doméstica (Wall et al., 2016) e estão encarregues da prestação de cuidados familiares (CITE, 2018). Segundo Schouten (2011), as mulheres não estão apenas sujeitas ao “teto de vidro”, como também a “parede de vidro”, isto significa que são as desigualdades na divisão das tarefas domésticas que desencadeiam assimetrias no mercado de trabalho, pois a maioria das mulheres não têm apoio do cônjuge para dedicarem-se à sua atividade profissional. Assim, as mulheres estão encarregues do trabalho familiar, dificultando a sua progressão laboral (Schouten, 2011). Couppié et al. (1997) evidenciam que as mulheres para alcançarem carreiras profissionais equivalentes às dos homens têm de se manter solteiras ou sem filhos pequenos (Couppié et al., 1997), salientando, assim, que a maioria das mulheres não possuem apoio conjugal para investir na carreira, ao contrário do que ocorre com muitos homens (Schouten, 2011).

Apesar da persistência das desigualdades de género no mercado de trabalho, os estudos têm vindo a apontar para a sua amenização nos grupos juvenis devido às seguintes razões: a taxa de emprego nos jovens entre homens e mulher encontra-se com valores semelhantes (Wall et al., 2016), as desigualdades salariais apresentam números inferiores nestas faixas etárias (Casaca & Perista, 2017), os jovens homens dedicam-se com mais frequência à esfera doméstica (Wall et al., 2016) e são

os homens jovens que têm valores mais modernistas em relação à vida familiar (Aboim, 2007). A escolaridade é um fator explicativo para estas transformações, pois os estudos indicam que foi a dedicação das mulheres na sua educação que desenvolveu uma diminuição nas diferenças salariais entre os géneros, com ênfase nos jovens comparativamente aos outros grupos etários (Casaca & Perista, 2017) e que são as mulheres com maiores níveis de escolaridade que mais participam no mercado de trabalho (Casaca, 2012) e, por conseguinte, as jovens mulheres com ensino superior possuem valores modernos sobre a vida familiar (Aboim, 2007). Logo, os jovens são uma categoria social particularmente relevante para perspetivar as dinâmicas de transformação deste fenómeno. Com esse intuito, a pesquisa, de que se dá conta no presente artigo, procurou analisar, num primeiro momento, as desigualdades de género na globalidade do mercado de trabalho na Região Autónoma dos Açores e, num segundo momento, as perceções dos jovens acerca dessas desigualdades, de forma a vislumbrar tendências de mudança em curso.

Metodologia da investigação

Tendo em conta os dois objetivos enunciados, a recolha de dados da investigação teve duas fases. Em primeiro lugar, numa abordagem macrosocial ao mercado de trabalho açoriano, foram extraídos os dados dos Quadros de Pessoal respeitantes ao mês de outubro de 2019, publicados no Relatório Único (Observatório do Emprego e da Qualificação Profissional [OEFP], 2021). Estes dados dizem respeito às empresas privadas e estatais, excluindo a Administração Pública.

Numa segunda fase, pretende-se compreender a perspetiva microsociológica do fenómeno através das perceções dos indivíduos. As entrevistas permitem obter dados com maior profundidade, analisando-se aspetos que não estão presentes nas estatísticas, nomeadamente as perceções face às desigualdades de género, as dinâmicas familiares e a articulação emprego-família. Estes fatores são essenciais para compreender a manutenção das desigualdades no mercado de trabalho. Consequentemente, foram realizadas 24 entrevistas semiestruturadas a jovens tendo-se definido como jovens, segundo o critério do Observatório da Juventude dos Açores (s.d.), os indivíduos na faixa etária entre os 15 e os 34 anos. Os jovens entrevistados estavam empregados e tinham idades compreendidas dos 23 aos 34 anos. Utilizou-se, também, como critério as habilitações literárias, contemplando-se jovens mais escolarizados (13 com ensino superior) e jovens com menor escolaridade (11 sem ensino superior, todos com o ensino secundário à exceção de um). As entrevistas foram sujeitas a uma análise de conteúdo categorial (Quivy & Campenhoudt, 2013), com recurso ao programa informático QDA Miner lite.

De forma, a garantir a fiabilidade das categorias foi calculado o k de Cohen no SPSS (Lima, 2013) e o cálculo da fidelidade através da proporção de acordos. Assim, o resultado do k de Cohen foi de 0,914; no caso do cálculo da proporção de acordos, o resultado foi de 94%, aferindo que o sistema de categorias possui fiabilidade (Ponces, 2022).

As desigualdades de género no mercado de trabalho açoriano

O mercado de trabalho açoriano tem-se caracterizado por particularidades e debilidades face ao quadro nacional, com destaque para o tecido empresarial constituído, em maior grau do que na generalidade do país, por empresas maioritariamente de pequena dimensão (Diogo et al., 2021; Palos, 2014), o menor nível de qualificações da população empregada (Rocha et al., 2005; Serviço Regional de Estatística dos Açores [SREA], 2020) e o elevado peso do setor primário (Rocha et al., 2005), dificultando a feminização do emprego. Deste modo, os Açores eram até há pouco tempo uma das regiões portuguesas, ou mesmo a região, com menor participação das mulheres no mercado de trabalho, continuando a apresentar, em 2020, uma taxa de atividade feminina (52,1%) abaixo da média nacional (53,6%), segundo o inquérito ao emprego (PORDATA, 2022).

As mulheres açorianas entraram massivamente no mercado de trabalho numa fase mais recente que a nível nacional, sendo dinamizada primeiramente em 1976, com a criação de novos serviços relacionados com a implementação do Estado Providência, e mais intensamente a partir do ano 2000, com o crescimento do turismo e de outros tipos de serviço que não apenas os serviços públicos (Diogo, 2008). Assim, nas camadas mais jovens, verifica-se atualmente uma tendência generalizada para as mulheres integrarem o mercado de trabalho (Diogo, 2008; Tomás, 2008).

A maior presença de mulheres no mercado laboral regional não se tem traduzido necessariamente por uma igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nesta esfera. Alguns trabalhos têm evidenciado, nomeadamente, a existência de desigualdades ao nível salarial (Diogo & Rocha, 2018), não havendo estudos, contudo, sobre as outras dimensões do fenómeno na Região, ou seja, sobre a segregação horizontal e a segregação vertical. Começa-se, assim, por fazer uma caracterização das desigualdades de género no mercado de trabalho dos Açores através das suas dimensões: a segregação horizontal, a segregação vertical e as desigualdades salariais.²

Segregação horizontal

Em 2019 a maioria da população ativa açoriana estava inserida no setor terciário, sendo a participação feminina minoritária no setor primário e secundário (Relatório Único, 2021, citado em por Ponces, 2022). O contexto nacional apresenta a mesma tendência, pois o setor terciário engloba a maioria da população empregada (Sá et al., 2021). No entanto, as mulheres estão, sobretudo, inseridas nos serviços associados ao cuidado a terceiros, nomeadamente nas áreas da educação, saúde, serviços pessoais, limpeza (Wall et al., 2016). Independentemente do nível escolar, as mulheres tendem a estar inseridas nas mesmas áreas, apesar exercerem outro tipo de funções (Wall et al., 2016).

A segregação horizontal averigua-se através da distribuição de homens e mulheres por categorias profissionais (segundo a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010) e por habilitações literárias (Tabela 1).

É notória a distribuição por categorias profissionais entre homens e mulheres, sendo que os homens estão inseridos nos grupos 1, 3, 6, 7 e 8 e as mulheres estão integradas nos grupos profissionais 2, 4, 5 e 9, sendo também evidente a maior concentração das mulheres num menor número de grupos profissionais, sendo indicador de fenómenos segregação horizontal.

Em contrapartida, se analisarmos a distribuição masculina e feminina por categorias profissionais por nível de escolaridade, a tendência modifica-se. No grupo dos “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, os homens estão mais frequentemente inseridos nesta categoria em comparação com as mulheres quando não têm habilitações universitárias. O grupo 9 é mais feminizado quando as mulheres possuem o ensino básico, enquanto os homens pertencem com maior frequência a este grupo com as outras habilitações literárias. Assim, as mulheres diplomadas estão maioritariamente inseridas nos grupos dos 2 e 4 e em comparação com os homens. A integração nas mulheres na área administrativa é um fenómeno europeu (Gadrey, 2005), nacional (Ferreira, 1998) e açoriano (Rocha et al., 2005).

2 Esta análise de dados foi elaborada no âmbito da dissertação de mestrado (Ponces, 2022), as figuras e as tabelas foram selecionados a partir deste trabalho.

Tabela 1 Distribuição masculina e feminina por categorias profissionais e por habilitações literárias, em 2019 (%)

Descrição	E. Básico		E. Secundário		E. Superior	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	1,7	0,9	3,7	1,6	10,9	5,8
2. Especialistas das atividades intelectuais e científicas	0,6	0,6	3,9	2,4	48,7	54,7
3. Técnicos e profissões de nível intermédio	6,7	4,0	16,6	9,5	18,2	13,3
4. Pessoal administrativo	6,3	8,6	19,1	29,5	12,3	16,9
5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	17,6	41,3	24,2	40,9	5,0	6,5
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	5,7	0,5	1,3	0,0	0,1	0,0
7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	28,4	8,0	11,6	1,8	1,0	0,3
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	10,3	1,5	3,9	0,4	0,5	0,1
9. Trabalhadores não qualificados	22,6	34,6	15,7	13,8	3,3	2,2

Fonte: Quadros de Pessoal (OEF, julho 2021, citado em Ponces, 2022, p. 62).

Segregação vertical

Existe legislação portuguesa com o objetivo de instituir uma representação equilibrada na quantidade de homens e mulheres a ocupar cargos de chefia em empresas cotadas em bolsa e no setor público empresarial (Paço & Casaca, 2021). Entre 2005 e 2015, não existiram muitas alterações no género dos indivíduos que ocupavam cargos de topo e as chefias femininas intermédias da administração pública aumentaram (Wall et al., 2016).

Averiguando como estão distribuídas as chefias açorianas por género e setores de atividade económica (Figura 1) verifica-se que existem mais homens a ocupar cargos de chefia em todos os setores. Contudo, existem mais chefias femininas no setor terciário, sendo a ocupação feminina maioritária neste setor.

A Tabela 2 estabelece a comparação das habilitações literárias das chefias açorianas. Assim, é possível verificar que as mulheres que ocupam cargos de chefia tendem a possuir, mais frequentemente, habilitações académicas de nível superior, nomeadamente licenciatura (28,8%), mestrado (4,0%) e doutoramento (0,9%), em comparação com as habilitações literárias dos homens para o mesmo nível hierárquico. Concluindo-se, assim, que os homens que desempenham posições de chefia possuem níveis académicos inferiores comparativamente com as mulheres que ocupam estas posições no mesmo nível ou equiparados. Nos Açores, as mulheres tendem a possuir níveis de habilitações literárias superiores em comparação

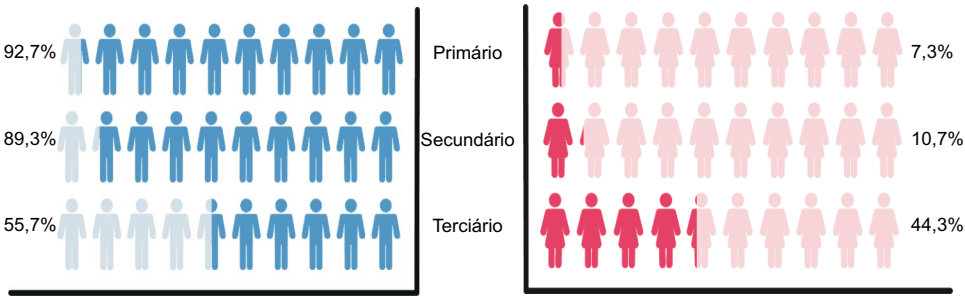


Figura 1 Proporção das chefias açorianas por género e setores de atividade económica, em 2019 (%)
Fonte: Quadros de Pessoal (OEF, fevereiro 2021, citado em Ponces, 2022, p. 54).

Tabela 2 Habilitações literárias das chefias açorianas, comparando homens e mulheres, em 2019 (%)

Descrição	Homens	Mulheres
Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	0,0	0,8
1º Ciclo do Ensino Básico	10,1	6,9
2º Ciclo do Ensino Básico	15,2	13,8
3º Ciclo do Ensino Básico	21,2	21,6
Ensino Secundário	20,5	18,1
Ensino Pós-Secundário não Superior de nível IV	0,9	2,1
Curso Técnico Superior Profissional	0,5	1,5
Bacharelato	1,8	1,5
Licenciatura	26,6	28,8
Mestrado	2,5	4,0
Doutoramento	0,8	0,9

Fonte: Quadros de Pessoal (OEF, fevereiro 2021, citado em Ponces, 2022, p. 63).

com os homens, nomeadamente o ensino superior (Rocha et al., 2012), em Portugal a tendência mantém-se (Torres, et al., 2018).

Desigualdades salariais

Para analisar as desigualdades salariais consideram-se as remunerações médias pagas e os ganhos médios mensais em simultâneo porque outros estudos salientaram existem maiores assimetrias salariais quando o valor é calculado pelos ganhos mensais (Ferreira, 2010). Averiguam-se as diferenças salariais por níveis de qualificação (Casaca & Perista, 2017), por habilitações académicas (Diogo & Rocha, 2018) e por antiguidade (Casaca & Perista, 2017).

Tabela 3 Comparação das diferenças salariais das remunerações médias mensais e dos ganhos mensais, entre homens e mulheres, por níveis de qualificação totais, em 2019 (%)

Descrição	Diferenças salariais das remunerações	Diferenças salariais dos ganhos mensais
Quadro superior	30,5	30,1
Quadro médio	1,7	2,1
Encarregado	9,9	11,9
Prof. altam. qualif.	11,2	12,9
Prof. qualificado	7,6	9,9
Prof. semi-qualif.	5,3	10,5
Prof. não qualif.	3,4	9,5
Pratic., Aprendiz	-1,9	-1,1

Fonte: Quadros de Pessoal, Relatório Único (OEPF, 2021, citado em Ponces, 2022, p. 56).

Tabela 4 Comparação entre as diferenças salariais das remunerações médias mensais e dos ganhos mensais totais, entre homens e mulheres, por habilitações literárias, em 2019 (%)

Descrição	Diferenças salariais das remunerações	Diferenças salariais dos ganhos
Inferior a 1º Ciclo do Ensino Básico	7,9	9,0
1º Ciclo do Ensino Básico	13,7	14,8
2º Ciclo do Ensino Básico	18,2	16,9
3º Ciclo do Ensino Básico	-2,9	3,9
Ensino Secundário	9,1	14,5
Ensino Pós Secundário não Superior de nível IV	6,0	10,1
Curso Técnico Superior Profissional	2,9	1,3
Bacharelato	51,0	25,1
Licenciatura	26,6	27,6
Mestrado	27,2	31,0
Doutoramento	5,0	17,6

Fonte: Quadros de Pessoal, Relatório Único (OEPF, 2021, citado em Ponces, 2022, p. 66).

A Tabela 3 evidencia a posição desfavorável das mulheres, em termos de remunerações e ganhos mensais, em todos os níveis de qualificações, salvaguardando o caso dos praticantes e aprendizes. Nota-se que os níveis de qualificação com maiores disparidades salariais são os Quadros Superiores, os Profissionais Altamente Qualificados e os Encarregados. Esta assimetria salarial nos Quadro Superiores foi referenciada em estudos anteriores (Casaca & Perista, 2017; Diogo & Rocha, 2018).

A Tabela 4 analisa as assimetrias das remunerações e dos ganhos salariais por habilitações literárias, verifica-se que as mulheres são alvo de desigualdade salarial em quase todos os níveis académicos, exceto no que diz respeito às remunerações para os habilitados com o 3.º ciclo, nesta situação os homens são alvo de desigualdade salarial com uma diferença de 2,9%. É possível concluir que os ganhos médios mensais apresentam diferenças salariais superiores, com algumas

Tabela 5 Comparação entre as diferenças salariais das remunerações médias mensais e dos ganhos mensais totais, entre homens e mulheres, por antiguidade, em 2019 (%)

Descrição	Diferenças salariais das remunerações	Diferenças salariais dos ganhos mensais
Inferior a 1 ano	1,8	2,1
De 1 a 4 anos	5,7	5,6
De 5 a 9 anos	4,8	-1,0
De 10 a 14 anos	8,0	3,5
De 15 a 19 anos	0,3	-0,8
De 20 e mais	12,3	6,5

Fonte: Quadros de Pessoal, Relatório Único (OEFP, 2021, citado em Ponces, 2022, p. 61).

exceções nomeadamente no 2.º ciclo, no curso técnico superior profissional e no bacharelato.

Em 2019, a nível nacional verificou-se a existência de desigualdades salariais em todos os níveis escolares entre homens e mulheres (Sá et al., 2021). Podemos concluir que as desigualdades salariais entre os géneros aumentam nos níveis académicos mais elevados e diminuem nas habilitações literárias mais baixas, conforme foi verificado noutros estudos (Diogo & Rocha, 2018).

Comparando as remunerações médias mensais e os ganhos médios por antiguidade (Tabela 5), nota-se que, existem desigualdades salariais por antiguidade, principalmente nas remunerações médias. No caso dos ganhos salariais, afigura-se outro cenário, pois estes parecem ser benéficos para as mulheres que se encontram nos escalões de antiguidade entre os 5 a 9 anos (-1,0%) e entre 15 aos 19 anos (-0,8%), apesar de serem valores pouco significativos. Porém, os homens auferem melhores salários, independentemente da antiguidade (Figueiredo & Fontainha, 2015).

Em suma, constatou-se uma tendência para as assimetrias salariais entre os homens e as mulheres serem maiores quando se analisa os ganhos mensais por níveis de qualificação e por habilitações literárias, contudo, o mesmo não se verifica na antiguidade, com exceção ao inferior a 1 ano.

Perceções dos jovens

Depois de dar conta de alguns indicadores de desigualdades de género no mercado de trabalho, em termos de segregação horizontal, segregação vertical e diferenças salariais, pretende-se perceber como é que o fenómeno é percecionado pelos jovens, considerando que estes são particularmente relevantes para perspetivar as dinâmicas de transformação em curso. Com base na análise das entrevistas a 24

jovens, apresentam-se as suas percepções sobre a segregação horizontal, a segregação vertical, as desigualdades salariais e a conciliação emprego-família.³

Percepção dos jovens sobre a segregação horizontal

No que diz respeito à percepção sobre a segregação horizontal, a maioria dos entrevistados manifesta que não existem diferenças entre as funções desempenhadas pelos homens e pelas mulheres na organização onde estão inseridos: “Ah, sim, sim, sim. Trabalho de campo e trabalho de secretária, é tanto homem como de mulher.” (Indivíduo do sexo feminino, 33 anos, licenciada); “Ah sim, sim, não há discriminação de modo nenhum.” (Indivíduo do sexo feminino, 34 anos, licenciada).

Contudo, existem algumas ocorrências em que os entrevistados referem encontrar-se numa situação de segregação horizontal devido a estereótipos de género ou de elementos culturais (Schouten, 2011), associando-se o trabalho feminino ao trabalho administrativo e de costureira. Estas associações podem ser explicadas com a relação que o papel da mulher tem com o espaço doméstico (Rocha et al., 1999), verificando-se a presença dos estereótipos de género e de elementos culturais (Schouten, 2011) relativamente ao tipo de profissões desempenhadas por homens e por mulheres (Casaca & Perista, 2017). Verifica-se, assim, a influência do papel social de cada género no desempenho das profissões:

(...) por acaso temos diferenciação de sexo e de trabalhos na empresa (...). Temos uma parte que é produção, só nessa parte só trabalham senhoras, temos a parte da estampanaria onde trabalha um rapaz, mas parte de produção propriamente dita são só mulheres. A parte de armazém e de administrativo e comercial são, maioritariamente, homens. Só tem uma senhora a desempenhar, parte da função desta. Portanto, tirando estas duas pessoas que são exceção à regra, temos a empresa dividida em dois setores e também por sexos. (Indivíduo do sexo masculino, 25 anos, licenciatura)

(...) por exemplo, naturalmente existe mais homens porque aquilo é uma empresa que tem mecânicos, mecânicos só há homens (...) eu diria que se calhar é 70% masculino e 30% feminino (...) na secretaria comercial é só mulheres (...) Acho que ainda há aquela coisa dos papéis trata a mulher, da mão de obra trata o homem (...). (Indivíduo do sexo masculino, 28 anos, licenciatura)

(...) as nossas direções com maior número de efetivos são as direções de produção e distribuição, portanto trabalha a nível de centrais e nas centrais nós verificamos, bem

3 Estas entrevistas realizaram-se no âmbito da dissertação de mestrado (Ponces, 2022) e os excertos foram retomados desse trabalho, porém, foi elaborada uma seleção dos mesmos.

à vontade 95% do pessoal que lá trabalha são homens. Começam a existir algumas mulheres, algumas engenheiras e até mesmo algumas operadoras de central, mas é algo recente. (Indivíduo do sexo masculino, 25 anos, licenciatura)

Em todo o caso, a maioria dos entrevistados, independentemente do sexo, não percebe sinais de segregação horizontal na empresa onde trabalha. A invisibilidade destas desigualdades poderá resultar de uma naturalização do fenómeno, dificultando o reconhecimento dos estereótipos de género como fator produtor de segregação horizontal.

Perceção dos jovens sobre a segregação vertical

Relativamente às perceções sobre a segregação vertical, os entrevistados notam que ambos os géneros ocupam posições de chefia nas empresas onde trabalham, encarando, desta forma, o desempenho de cargos de chefia pelas mulheres como uma realidade natural. Nestas situações existem as mesmas oportunidades entre homens e mulheres a ocupar cargos de chefia: “Por acaso ali eu não sinto que haja muita desigualdade, não. Há chefes mulheres e chefes homens e todos trabalham bastante bem uns com os outros e respeitam-se uns aos outros.” (Indivíduo do sexo feminino, 27 anos, mestrado); “Na minha empresa sim, mas isto não é a opinião que tenho do resto do mercado.” (Indivíduo do sexo feminino, 34 anos, licenciada); “Sim, na minha empresa sim. Porque existem, por exemplo, quadros superiores tanto femininos como masculinos, chefias tanto masculinas como femininas, diretores igual e até administradores. Também existem administradores masculinos e femininos.” (Indivíduo do sexo masculino, 25 anos, licenciatura).

Contudo, nem todos os entrevistados estão inseridos em empresas com mulheres a desempenhar posições de chefias, notando-se que existem empresas que dão preferência a homens a desempenhar estas funções, ou seja, são situações onde ocorre segregação:

(...) as chefias que eu conheço são tudo homens. Por exemplo, nos cargos superiores, nos donos existe mulheres e homens que aquilo é uma empresa de família e existe mulheres e homens. Mas de resto, para baixo, cargos de chefias só vejo homens, por isso se calhar neste sentido, se calhar até poderá haver alguma discriminação, digamos assim, não sei... (Indivíduo do sexo masculino, 28 anos, licenciatura)

Evidenciou-se, também, que algumas organizações não estão disponíveis para oferecer as mesmas oportunidades de progressão para funções de chefia entre homens e mulheres. Esta situação verificou-se com uma entrevistada, sendo referido

que na empresa onde trabalha as mulheres enfrentam obstáculos no acesso aos cargos de chefia:

Não, por exemplo na produção parece que é impensável haver uma chefe mulher, apesar que a única mulher que tinha lá dentro, tinha todas as capacidades para ser subchefe, mas nem sequer é posto na mesa, porque não... Nem sequer está a ser considerado, o que é pena e é uma coisa que eu gostava que mudasse no futuro, ela tinha todas as capacidades de ser subchefe daquele setor. (Indivíduo do sexo feminino, 29 anos, licenciatura)

Em suma, subsistem várias realidades, alguns entrevistados revelam pertencer a organizações com mulheres a ocupar cargos de chefia, em contrapartida, outros reconhecem que não existe igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na empresa onde estão inseridos. Os jovens que reparam na desigualdade de oportunidade entre homens e mulheres para ocupar cargos de chefia são minoritários, o que pode indicar uma certa invisibilidade do fenómeno. Como foi verificado anteriormente, a maioria das chefias açorianas são masculinas em todos os setores da atividade económica (Figura 1).

Perceção dos jovens sobre as desigualdades salariais

No que diz respeito à perceção sobre as desigualdades salariais, este fenómeno passa despercebido para a maioria dos entrevistados. Torna-se, pois, relevante averiguar os recortes das situações em que os entrevistados afirmam desconhecer este tipo de situação. Os recortes dizem respeito a entrevistados que estão inseridos em empresas públicas ou semiprivadas com a perceção que o salário é atribuído pelo mérito:

Para o mesmo tipo de funções não, quem aufere mais é que está mais anos no serviço, portanto quem teve oportunidade de ir subindo ao longo dos anos, quem recebe menos independentemente de ser homem ou ser mulher tem haver à partida com o número de anos de serviço ou com a avaliação de desempenho. Nem mesmo na avaliação de desempenho há tratamento desigual. (Indivíduo do sexo masculino, 31 anos, mestrado)

Que eu tenha conhecimento, não. Toda a gente é paga pelo seu grau académico, o escalão está como mestre ou como doutorado e é pago consoante isso, não acho que... não sei se há alguma desigualdade neste sentido. (Indivíduo do sexo feminino, 27 anos, mestrado)

No entanto, verificou-se a mesma tendência na maioria dos entrevistados, inclusive quando estão a trabalhar em empresas privadas, notando-se que os jovens não têm a perceção deste fenómeno, apesar da análise de dados dos Quadros de Pessoal demonstrar a presença de desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Não obstante, existem dois entrevistados que conhecem este tipo de situação ou que foram alvo de desigualdades salariais:

Sim, por acaso tenho esse conhecimento, não são bem as mesmas funções, mas são funções enquadradas no mesmo setor digamos. Portanto sim, tenho conhecimento desta situação sim. (Indivíduo do sexo masculino, 25 anos, licenciatura)

A nível do trabalho, pela posição remuneratória foi uma vez há muito tempo na primeira empresa foi... fazíamos a mesmas funções, tínhamos o mesmo grau de escolaridade, mas o colega ganhava mais, não sei se era por ser homem ou não, coincidia que era rapaz (...). (Indivíduo do sexo feminino, 32 anos, ensino secundário)

Deste modo, podemos concluir que existe desconhecimento deste tipo de situações por parte dos entrevistados. No âmbito da Comissão Europeia, Helena Dalli salienta que o sigilo sobre o salário incentiva as mulheres a desconhecerem desigualdades salariais a que estão sujeitas (Lourenço, 2021), portanto, esta pode ser a causa para os entrevistados não reconhecerem o fenómeno das desigualdades salariais na empresa onde trabalham.

A conciliação emprego-família dos jovens

Tendo em consideração que a participação no mercado de trabalho se encontra dependente da divisão do trabalho na esfera doméstica e que a literatura dá conta de uma mitigação das desigualdades de género na esfera doméstica nas camadas mais jovens (Wall et al., 2016), procurou-se analisar a perceção das conciliação emprego-família dos entrevistados. Deste modo, verificou-se que quem consegue estabelecer um equilíbrio nesta conciliação são os jovens casais sem filhos e os jovens que residem com os pais:

É equilibrado, o meu trabalho às vezes exige uma hora extra ou outra, se calhar tenho mais tempo no trabalho do que em casa, mas tudo é equilibrado. Se estou mais uma hora, depois também estou em casa outra hora. É assim, é equilibrado. (Indivíduo do sexo feminino, 23 anos, ensino secundário)

Esta situação não se verifica quando os entrevistados têm filhos, ou seja, quando os jovens têm filhos esta conciliação complexifica-se comparativamente com os jovens que não têm filhos. Importa destacar que nos excertos das mulheres existem referências mais pormenorizadas sobre as exigências da vida familiar, porque são as mulheres que conhecem e excutam as tarefas.

É assim... Hoje em dia torna-se muito complicado essa conciliação porque ora estamos no trabalho, ora quando chegamos a casa temos todas as lidas domésticas para fazer, não é? E não podemos fechar os olhos a isso, se não o filho não come, o marido não come, eu não como. Ninguém veste porque não há roupa lavada e arrumada, etc. Portanto, cada vez mais é complicado essa conciliação, talvez ao fim de semana é quando temos mais algum tempo para dispensar com a família. Durante a semana, lá está, obviamente, que levamos o nosso filho, por exemplo, à atividade porque ele joga futebol. Mas é a tal coisa, não conseguimos, estar muito tempo juntos, os três. Devido à azáfama da nossa rotina. (Indivíduo do sexo feminino, 31 anos, mestrado)

Sinto-me porque trabalhar e depois trabalhar fora das 9h às 18h, ter um menino e depois ter as coisas de casa, não é fácil. Ter a vida doméstica também não é fácil. Claro que há sempre quem esteja pior, mas o que nos dói é o que nos toca na pele. (Indivíduo do sexo feminino, 32 anos, ensino secundário)

Sim, um bocado, sinto-me um bocado. (Indivíduo do sexo masculino, 28 anos, licenciatura)

Realça-se que a dificuldade da conciliação emprego-família aumenta quando existem filhos (Andrade, 2013), mesmo com a intervenção dos jovens homens no espaço doméstico (Wall et al., 2016), não obstante, o trabalho de cuidados permanece uma função das mulheres, salientando o papel dos estereótipos de género e elementos culturais (Schouten, 2011):

Claro que para as mulheres é mais cansativo, os filhos são mais ligados às mães. A nível que ser mãe para tudo, o pai fica ali mais um bocadinho no *relax*. É mais cansativo, é. (Indivíduo do sexo feminino, 30 anos, ensino secundário)

Sinto-me penalizada às vezes porque há coisas que acabam sempre por cair para mim, enquanto mulher. Sinto-me um pouco mais sobrecarregada neste aspeto. Há coisas, por exemplo, não tem de ser, não é? Mas nós mulheres é que temos que pensar, o que é que o filho vai vestir amanhã, o que é que o filho... qual é a roupa que o filho está a necessitar neste momento, o que é que nós vamos jantar amanhã. Portanto, o facto de certas e determinadas coisas que acabam por cair para mim, enquanto mulher. Por vezes, sinto-me um bocado sobrecarregada e esgotada. Mas não por ele não me ajudar, é

mesmo por uma questão de serem incumbidas estas responsabilidades quase de uma forma automática. (Indivíduo do sexo feminino, 31 anos, mestrado)

Quando as crianças ficam doentes e precisam de permanecer em casa, estas tarefas têm tendência a ser da responsabilidade das mulheres, enquanto os companheiros não dão o acompanhamento ao filho, continuam a sua atividade laboral: “Já, tenho que recorrer àquela licença de acompanhamento a filho ou então férias ou horas gozadas, trabalhadas digo.” (Indivíduo do sexo feminino, 32 anos, ensino secundário).

Contudo, existem casais com outro tipo de modelo familiar, ou seja, com dinâmicas familiares assentes numa partilha de cuidados aos filhos: “Já, já. Mas não foi muito tempo foi um dia, dois dias porque depois intercalava com o meu marido, então...” (Indivíduo do sexo feminino, 27 anos, ensino secundário).

Sob a perspetiva dos entrevistados esta desigualdade na divisão de tarefas domésticas não condiciona a participação no mercado de trabalho. No entanto, quando analisamos minuciosamente as mulheres manifestam que são tratadas de modo diferente quando são mães ou quando têm que prestar assistência ao filho. Por conseguinte, se o marido/companheiro não coloca baixa para acompanhar o filho, este pode ser um impedimento para a mulher investir na sua profissão. Evidenciou-se que existem casais jovens onde são as mulheres encarregues do trabalho de cuidados, notando-se que o cuidado dos filhos incide sobre as mulheres, conforme foi verificado em estudos anteriores (Torres, et al., 2018), inclusive jovens. Assim sendo, estas mulheres acabam por obter menos disponibilidade e maiores dificuldades para dedicarem-se à carreira profissional.

Apesar disto, verifica-se uma amenização na desigualdade da divisão do trabalho familiar (Wall et al., 2016) nos grupos etários mais jovens, não existe uma desocupação das mulheres do papel doméstico, mas uma partilha das tarefas entre o casal. No caso do cuidado dos filhos, notaram-se várias modalidades, por um lado, há homens que têm intervenção neste âmbito, evidenciando-se os modelos de parentalidade mais participativos no cuidado aos filhos, como foi verificado em estudos anteriores (Wall et al., 2016). Por outro lado, permanecem casais que o trabalho de cuidados é da responsabilidade das mulheres. De forma geral, a conciliação emprego-família nos jovens casais é mais complexa e exigente quando existem filhos, e mesmo havendo participação masculina na esfera doméstica, os cuidados com os filhos recaem mais sobre as mulheres, com reflexos na sua participação no mercado de trabalho.

Conclusões

As desigualdades de género no mercado de trabalho têm sido evidenciadas tanto a nível nacional como internacional, a partir de várias dimensões, sendo explicadas por diversas teorias que colocam a ênfase em fatores como o capital humano, a segmentação do mercado de trabalho, a influência das representações sociais de género e a conciliação emprego-família. No entanto, a investigação também dá conta de alguns indicadores que poderão estar a contribuir para a sua amenização nas camadas mais jovens.

No caso dos Açores, objeto de análise neste artigo, o mercado laboral e a participação das mulheres têm apresentado acentuadas particularidades e debilidades face ao contexto nacional. Simultaneamente, esta região é marcada pelas dinâmicas de transformação evidenciadas, especialmente desde o ano 2000, traduzidas na tendência generalizada para as mulheres das novas gerações integrarem o mercado de trabalho, invertendo de forma muito intensa o comportamento das suas mães e gerações anteriores.

Numa abordagem macrossocial, com base nos Quadros de Pessoal, procurou-se, em primeiro lugar, caracterizar as desigualdades de género no mercado de trabalho açoriano. Evidenciou-se, no presente estudo, que as mulheres açorianas são alvo de desigualdades de género no mercado trabalho em todas as suas dimensões, sendo estas: segregação horizontal, segregação vertical e desigualdades salariais.

Relativamente à segregação horizontal constatou-se que a população açoriana está, maioritariamente, inserida no setor terciário. Porém, os homens participam com maior frequência no setor primário e secundário em comparação com as mulheres. No caso das categorias profissionais, os homens participam estão inseridos na maioria dos grupos profissionais, em contrapartida, as mulheres sem ensino superior estão inseridas nas profissões administrativas e nos trabalhadores de serviços pessoais (grupo 4 e 5), enquanto as mulheres com ensino superior estão integradas com maior frequência nos grupos dos especialistas e nas profissões administrativas (grupo 2 e 4) e com menor participação no grupo trabalhadores de serviços pessoais (grupo 5).

Na segregação vertical, notou-se que nos cargos de chefia as mulheres têm maiores habilitações literárias comparativamente com os homens, principalmente o ensino superior. Concluindo, assim, que a probabilidade de uma mulher desempenhar funções de chefia aumenta com as habilitações de nível superior.

No que diz respeito às desigualdades salariais, verificamos que ocorrem em desfavor das mulheres, intensificando-se na categoria profissional de Quadro Superior, nas habilitações escolares de ensino superior, como o bacharelato, licenciatura e mestrado e, por fim, com a antiguidade na organização de 20 e mais anos.

Procurou-se, numa segunda fase, a partir da análise de entrevistas, perceber como é que as desigualdades de género no mercado de trabalho são percecionadas pelos jovens, considerando que as gerações mais jovens têm protagonizado mudanças significativas ao nível da participação no mercado de trabalho açoriano, sendo particularmente relevante aprofundar as suas perceções de forma a perspetivar as dinâmicas de transformação em curso.

De acordo com a análise dos dados qualitativos, as desigualdades de género no mercado de trabalho surgem, de forma geral, invisíveis aos jovens, apesar de os dados do contexto macrossocial demonstrarem que são uma realidade persistente. Desta forma, são poucos os que reconhecem a presença destes fenómenos nas organizações onde estão inseridos. As perceções sobre a conciliação emprego-família mostram que, mesmo nos grupos etários mais jovens, as mulheres tendem a assegurar o cuidado aos filhos, sendo sobrecarregadas com a conciliação e prejudicando a sua carreira profissional. O fenómeno tende, assim, a estar naturalizado, a partir de estereótipos de género que associam as mulheres ao espaço doméstico e ao cuidado dos filhos, não sendo consciencializado pelos jovens o impacto que a divisão assimétrica do trabalho familiar tem na redução das oportunidades das mulheres no mercado de trabalho.

Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Aboim, S. (2007). Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus. In K. Wall, & L. Amâncio (Orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa* (pp. 35-87). Imprensa de Ciências Sociais.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: a construção social da diferença*. Edições Afrontamento.
- Andrade, C. (2013). *Relações Trabalho-Família e Género: Caminho para a conciliação*. Coisas de Ler Edições.
- Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Celta Editora.
- Cantante, F. (2014). Desigualdades de género no topo dos ganhos salariais em Portugal. *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, (1/2014), 1-19. <http://wp.me/P4h6tu-p3>
- Casaca, S. F. (2009). Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho. *SOCIUS Working Papers*, (4/2009), 3-61. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1116>
- Casaca, S. F. (2012). Mercado de trabalho, flexibilidade e relações de género: tendências recentes. In S. F. Casaca (Coord.), *Mudanças laborais e relações de género* (pp. 9- 50). Almedina.

- Casaca, S. F. (2013). As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (72), 31-52.
<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n72/n72a02.pdf>
- Casaca, S. F., Guedes, M. J., Marques, S. R., & Paço, N. (2020). *WoBómetro 2018-2020*. SOCIUS/CSG – ISEG-ULisboa.
https://womenonboards.pt/wp-content/uploads/2021/03/WoBometro-2018-2020_act.pdf
- Casaca, S. F., & Lortie, J. (2017). *Handbook on Gender and Organizational Change*. International Training Centre of the International Labour Organization.
- Casaca, S. F., & Perista, H. (2017). Como explicar o persistente diferencial salarial em desfavor das mulheres? Um contributo com base nas dinâmicas laborais recentes em Portugal. *SOCIUS/CSG Working Papers*, (1/2017), 1-17.
https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14420/1/WP_01_2017_rev.pdf
- CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. (2018). *Desigualdade Salarial entre homens e mulheres*.
https://cite.gov.pt/documents/14333/144891/Desigualdade_salarial_Portugal_2018.pdf
- CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. (2003). Glossário a importância de falar do mesmo. In *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens* (pp. 295-313).
https://cite.gov.pt/documents/14333/141518/Manual_CITE.pdf
- Couppié, T., Fournier, C., & Epiphane, D. (1997). Insertion professionnelle et début de carrière: les inégalités entre hommes et femmes résistent-elles au diplôme?. *Bref – Centre D'Etudes Et De Recherche Sur Les Qualifications*, (135), 1-4.
https://www.researchgate.net/publication/44830408_Insertion_professionnelle_et_debut_de_carriere_les_inegalites_entre_hommes_et_femmes_resistent-elles_au_diplome
- Degraff, D. S., & Anker, R. (2004). Género, Mercados de Trabalho e Trabalho das Mulheres. *DEMOGRAPHICAS*, 163-197.
<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/series/issue/view/5/showToc>
- Dias, J., Kovács, I., & Cerdeira, M. C. (2020). Mudanças recentes na estrutura de emprego em Portugal. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (22), 112-137.
<https://revista.aps.pt/wp-content/uploads/2020/04/SociologiaAPS201922Cap6JaoDias.pdf>
- Diogo, F. (2008). Determinantes do trabalho feminino: princípios e dados sobre os Açores. In R. M. N. Simas (Org.), *A mulher e o trabalho nos Açores e nas Comunidades* (Vol. 5: História e Sociedade, pp. 1101-1118). UMAR – Açores.
- Diogo, F., Palos, A. C., Tomás, L., & Gonçalves, R. L. (2021). Atividade e emprego. In G. P. N. Rocha, & F. Diogo (Orgs.), *Açores. Retratos e tendências sociais* (pp. 131-165). Edições Húmus.
- Diogo, F., & Rocha, G. P. N. (2018). Desigualdades de género e pobreza nos Açores. In S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A. M. Brandão, & A. Jorge (Orgs.), *Desigualdades Social e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 437-466). Edições Húmus.

- Fernandez-Mateo, I., & Kaplan, S. (2018). Gender and Organization Science: Introduction to a Virtual Special Issue. *Organization Science*, 29(6), 1229-1236.
<https://pubsonline.informs.org/doi/10.1287/orsc.2018.1249>
- Ferreira, V. (1998). As mulheres em Portugal: situação e paradoxos. *Oficina do CES Working Paper*, (119), 1-29. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11011>
- Ferreira, V. (2010). A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular. In V. Ferreira (Org.), *A igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal – Políticas e Circunstâncias* (pp. 139-190). Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Figueiredo, M. C., & Fontinha, E. (2015). Male and female wage functions: a quantile regression analysis using LEED and LFS Portuguese Databases. *Working Paper*, (WP01/2015/DE), 1-24.
<https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=621507>
- Gadrey, N. (2005). Société de la Connaissance et Qualifications des Femmes. *De Boeck Supérieur*, (15), 105-117.
<https://www.cairn.info/revue-education-et-societes-2005-1-page-105.htm>
- Lima, J. Á. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 7-29.
https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614_47-1_1
- Lourenço, D. (2021, 06 de julho). “Haverá compensação total para as vítimas de discriminação e correções à discriminação”. *DECOPROTeste*.
<https://www.deco.proteste.pt/dinheiro/emprego/noticias/havera-compensacao-total-vitimas-discriminacao-correcoes-discriminacao>
- OEPF, Observatório do Emprego e da Qualificação Profissional. (2021). *Relatório Único 2019*. Consultado de
<https://portal.azores.gov.pt/web/oefp/relat%C3%B3rio-%C3%9Anico>
- Observatório da Juventude dos Açores. (s.d.). *ESTATÍSTICAS – Conceitos – Jovens*. Consultado de
http://observatoriodajuventude.azores.gov.pt/mod_conceitos/index.php?ID=163#YOIqc-j7TIU
- Paço, N., & Casaca, S. F. (2021). Equilíbrio entre mulheres e homens nos órgãos de governo das empresas cotadas em bolsa. A influência do compromisso estratégico empresarial. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (96), 75-91. <https://journals.openedition.org/spp/9142>
- Palos, A. C. (2014). “Mais educação mas menos trabalho!”: Os jovens e a fragilização das relações laborais. In B. P. Melo, A. M. Diogo, M. Ferreira, J. T. Lopes, & E. E. Gomes (Orgs.), *Entre Crise e Euforia: Práticas e Políticas Educativas no Brasil e em Portugal* (pp. 497-518). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
<https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/4364>
- Ponces, R. (2022). *Desigualdades de género no mercado de trabalho açoriano: o caso dos jovens mais escolarizados* [Dissertação de Mestrado, Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores. <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/6309/1/DissertMestradoRitaAlexandraCarreiroPonces2022.pdf?fbclid=IwAR2JNUqAT6gTQc-Cv2sqj982HbKGb8UK0dbFYk4sl5zc1bnAlyBrjbSDiM>

- PORDATA. (2022). *Municípios – Emprego e Mercado de Trabalho – População Ativa – Taxa de actividade: total e por sexo (%)*. Consultado de [https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+actividade+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-848](https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+actividade+total+e+por+sexo+(percentagem)-848)
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Rocha, G. M. P. (2014). Dynamique démographique et éducative des régions ultrapériphériques portugaises, 2001-2011. In M. A. A. Cabrera, & D. Godenau, (Dirs.), *Movilidad y gran vecindad en las regiones ultraperiféricas de la Unión Europea* (pp. 87-112). https://www.researchgate.net/publication/262680094_Movilidad_y_Gran_Vecindad_en_las_Regiones_Ultraperifericas_de_la_Union_Europea
- Rocha, G. P. N., Medeiros, O., Tomás, L., Madeira, A., & Borralho, Á., (1999). *A situação das mulheres no Açores*. Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
- Rocha, G., Palos, A. C., Diogo, F., & Tomás, L. (2012). *Dinâmica Demográfica, Educação, emprego e Desigualdades sociais nos Açores 2014-2020*. Centro de Estudos Sociais.
- Rocha, G. P. N., Santos, A., Tomás, L., Santos, M. R. Q., & Rodrigues, N. (2005). *Entre Margens. Percursos para uma Vida Activa*. Direcção Regional da Juventude; Emprego e Formação Profissional.
- Sá, C., Figueiredo, H., Cerejeira, J., Rodrigues, M., & Portela, M. (2021). *Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências*. Fundação José Neves. <https://joseneves.org/pt/estado-da-nacao-2021>
- Schouten, M. J. (2011). *Uma Sociologia do Género*. Edições Húmus.
- Silva, M. C. (2016). *Desigualdades de Género, Família, Educação e Trabalho*. Edições Húmus.
- SREA, Serviço Regional de Estatística dos Açores. (2020). Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo e taxa de desemprego. Consultado de https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=29&idsc=6202&lang_id=1
- Tomás, L. (2008). Destinos cruzados de Hera e Gaia: um olhar geracional sobre o trabalho das mulheres. In R. M. N. Simas (Org.), *A mulher e o trabalho nos Açores e nas Comunidades* (pp. 1069-1084). UMAR – Açores.
- Torres, A., Pinto, P. C., Costa, D., Coelho, B., Maciel, D., Reigadinha, T., & Theodoro, E. (2018). *Género na infância e juventude. Educação, trabalho, família e condições de vida em Portugal e na Europa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Wall, K., Cunha, V., Atalaia, S., Rodrigues, L., Correia, R., Correia, S. V., & Rosa, R. (2016). *Livro Branco – Homens e Igualdade de Género em Portugal*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Data de submissão: 25/07/2022 | **Data de aceitação:** 15/02/2023



GENDERED IDENTITIES IN PORTUGUESE ANTI-AUSTERITY MOBILISATION

IDENTIDADES DE GÉNERO NA MOBILIZAÇÃO ANTI-AUSTERIDADE EM PORTUGAL

Cláudia Araújo

FUNÇÕES: Conceptualização, Investigação, Metodologia, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Faculty of Philosophy of the University of Barcelona. 08007, Barcelona, Spain

E-mail: araujoclaudia9@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6607-5123>

Abstract: The austerity policies implemented following the financial crisis of 2008 in Portugal led to high contention in the public sphere. New, mostly young, and urban social movements took central stage in organising it, often articulated with traditional actors (labour unions or left-wing political parties). These movements presented a very unified image and message to the public, the media, and the institutions whose policies they opposed, based on a shared interpretation of social justice. These coalitions included feminist and LGBTQIA+ organisations, with a story of past activism which is said to have been pushed aside so they could cooperate in the priority anti-austerity arena. This paper questions whether these identities were indeed side-lined, relying on content analysis of materials made available online by those organisations to argue that feminist and LGBTQIA+ protesters framed their mobilisation through a gendered interpretation of the events and consequences of austerity, closely related to their previous values, beliefs, and incentives to participate in social activism.

Keywords: anti-austerity mobilisation, Portugal, feminist, LGBTQIA+.

Resumo: As políticas de austeridade implementadas na sequência da crise financeira de 2008 em Portugal causaram elevada contestação. Novos movimentos sociais, maioritariamente jovens e urbanos, ocuparam o palco central na sua organização, muitas vezes em articulação com atores tradicionais (sindicatos e partidos políticos de esquerda). Estes movimentos apresentaram, ao público, à *media* e às instituições a que se opunham, uma imagem e mensagem muito unificadas, baseadas numa interpretação partilhada de justiça social. Estas coligações incluíram organizações feministas e LGBTQIA+, com uma história de ativismo que, supostamente, teria sido relegada face ao carácter prioritário da luta anti-austeridade. Este artigo baseia-se numa análise de conteúdo de materiais disponibilizados *online* por essas organizações para argumentar que participantes feministas e LGBTQIA+ na contenção anti-austeritária enquadraram a sua mobilização com base numa interpretação genderizada dos acontecimentos e consequências da austeridade, intimamente relacionadas com os seus valores, crenças e incentivos anteriores para o ativismo social.

Palavras-chave: mobilização anti-austeridade, Portugal, feminista, LGBTQIA+.

Introduction

Portugal was among the European countries most hit by the financial crisis of 2008 and the economic and social crisis that followed it (the Great Recession). This corresponded

to a period of intense anti-austerity protest, featuring the most participated demonstrations since the April 25th, 1974 Revolution. This protest cycle has been the subject of many interesting and pertinent scholarly analyses (for example, Accornero & Ramos Pinto, 2015; Babo & Silva, 2015; Baumgarten, 2013, 2016; Camargo 2014; T. Fernandes, 2017), yet, so far, feminist and LGBTQIA+¹ participation remains under-studied, and their interpretation of the impact of austerity on Portuguese women and those identifying as LGBTQIA+, as well as their resistance to it, remains an untold story.

The purpose of this paper is to contribute to filling that void, by analysing the contribution of feminist and LGBTQIA+ activism to the anti-austerity dissent in the country. It demonstrates that, despite alliances with traditional protest actors in the Portuguese public sphere – particularly with labour unions – and with new citizens initiatives created in the wake of the financial crisis (mainly *Geração à Rasca* [Struggling Generation] and *Que Se Lixe a Troika* [Screw the Troika]), feminist and LGBTQIA+ anti-austerity resistance was framed within a clear interpretation of the crisis and the austerity measures from a gendered and intersectional perspective. As such, it studies the feminist and LGBTQIA+ strategies of mobilisation against neoliberal and capitalist politics, demonstrating how these were constructed based on previous experiences of anti-patriarchy and anti-discrimination activism, with the crisis being a catalyst for more intense, continuous, and engaged mobilisation, bearing fruits in terms of future engagement.

By showing how feminist and LGBTQIA+ organisations put the interest of women and those identifying as QUILTBAG+ at the centre of their anti-austerity contention, this paper argues that the responsibility of representing women's and queer people's interests fell on this type of organisations, which provided an open space for an alternative framing of the crisis and its impacts, focusing on specific identities and needs, that were absent from the narrative of the participatory social movements at the forefront of the anti-austerity mobilisation, as well as from formal politics actors' and the media's discourse during the protest cycle.

Structure of the paper

After presenting its methodological approach, this paper will offer a contextual background of the Great Recession in Portugal and civil society's responses. From

1 LGBTQIA+ stands for Lesbian, Gay, Bisexual, Transexual, Queer/Questioning, Intersex, Asexual, and the + sign signals the inclusion potential of the acronym. This paper also uses the acronym QUILTBAG+, which stands for Queer/Questioning, Unidentified, Intersex, Lesbian, Transexual, Bisexual, Asexual, Gay, and has the advantage of being more easily pronounced, and the disadvantage of being less current. Both acronyms are, here, used interchangeably.

this general picture, it will funnel to a description of the gendered impact of the crisis, followed by an analysis of civil society's gendered responses, focusing on the actions of feminist and QUILTBAG+ organisations that were the most active in anti-austerity dissent in the public sphere (UMAR – União Mulheres Alternativa e Resposta [Union Women Alternative and Response] and CFAA – Campanha Feminista Anti-Austeritária [Anti-Austerity Feminist Campaign] for the case of feminist activism, and Panteras Rosa [Pink Panthers], for the case of LGBTQIA+ activism). It will conclude by offering explanations of the (mostly) one-dimensional and gender-blind narrative of civil society's responses to the crisis, as well as presenting directions for further investigation.

Methodology and data sources

This article's focus is the participation of two feminist and one LGBTQIA+ organisations in the anti-austerity protest cycle in Portugal. UMAR and Panteras Rosa were selected taking into account their salience in the Portuguese feminist and QUILTBAG+ protest sphere, following a perusal of the organisers of protest events in Portugal featured in the Disobedient Democracy database², which mapped all protest events reported in two of the main newspapers in Portugal, Spain, Croatia and Serbia from 2000 to 2017 (*Público* and *Diário de Notícias* for the case of Portugal). CFAA, in contrast, was chosen taking into account that it is the Portuguese wing of the transnational feminist anti-austerity social movement and acted as an umbrella organisation for other women, feminist and LGBTQIA+ organisations present in the Portuguese public sphere during the anti-austerity protest cycle.

This paper relies on content analysis of Portuguese feminist and LGBTQIA+ organisations' position papers, manifestos, promotional materials and online/social media publications, which, together, create their own narrative on their participation in the anti-austerity protest cycle, allowing for an understanding of the scope, motivations, justifications and claims of feminist and QUILTBAG+ anti-austerity activism. Materials published by the organisations in their own web presence (websites, blogs, social media) during the anti-austerity protest cycle (2009-2014) were considered. In this way, the investigation was centred on the organisations' own story of the protest cycle, as told by their own publications.

2 <https://disdem.org/>

Portugal hit by the crisis

Portugal, already deeply indebted due to a decade of slow growth, was severely hit by the financial crisis from 2008 onwards. In the first stage, the Socialist Party (PS) government¹ strategy to tame the effects of the crisis involved measures to preserve jobs and increase internal consumption, but the weight of the public debt (which had reached 96.2% of the GDP) and pressures of international financial markets would soon push the government to request a bailout from the European Union institutions (2010). This would be approved in May 2011, for the amount of 76 billion Euros, following intense negotiations between the Portuguese government and the transnational institutions that constituted the “Troika” (International Monetary Fund, European Central Bank and the European Commission).

The result was to be an agreement memorandum focused on achieving fiscal consolidation through structural modifications to the labour market, the judicial system and the service sector, and guarantees to private banking institutions, which would translate into cuts to public spending (particularly on instruments of social protection and reduction of poverty and public service providing, mainly in education and health), labour market deregulation, higher taxes (including those affecting daily consumption goods), and higher interest rates on individual and commercial credit. Combined, these were to cause higher rates of unemployment and precarious work, reduction of income, and reduction of access to state benefits, leading to rising poverty rates and generating cuts to both public and private investment (V. Ferreira, 2014; V. Ferreira & Monteiro, 2015a; Freire et al., 2015; Leite et al., 2014; A. P. Lima, 2016), and ultimately creating a perfect storm of precarity, inequality and impoverishment affecting a significant part of the country's society.

Individuals adopted a number of strategies to resist the crisis and the Great Recession that would follow, including emigration – about half a million Portuguese, mainly young, left the country in search of work (Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas [GSECP], 2014) –, seeking second and third part-time, precarious – and mostly irregular – employment, and family re-grouping, with young people returning to the parental home and citizens relying on family networks of intergenerational support to curb loss of income and decreased access to formerly state-provided services (Frade & Coelho, 2015; International Labour Organization [ILO], 2013). Another citizen response was mobilisation, a phenomenon this paper turns to in the next session.

Portuguese civil society responds to the crisis

Protest has been an intrinsic part of Portuguese democracy since its inception with the Carnation Revolution of 1974, but popular mobilisation reached a renewed height in the anti-austerity protest cycle. This protest was transnational in nature, even if located within the borders of the country: the claims being made were both national and global (more employment, more social support and public services, but also reform of international institutions, opposition to globalisation and capitalism, and solidarity with the people of other countries also affected by austerity policies), the targets were national (the Portuguese government) and transnational (international institutions, but also foreign governments, particularly Germany's), and the protest repertoire took some transnational forms (as seen in the diffusion of public space occupation strategies such as "*acampadas*" or on combined protest actions in different European countries — exemplified in the transnational protest occurring on November 14th 2012 across Europe) (della Porta et al., 2017; Fominaya, 2017).

Further, this cycle of protest saw the participation of traditional actors (trade unions, leftist political parties, anti-globalisation and social justice social movement), and of new types of protesters who had not been highly visible in protest in the European public sphere, in consistently high numbers, representing multiple social groups and various age groups (public servants, private companies' employees, the unemployed, precarious and self-employed workers, young people, students and pupils, pensioners, women, migrants, minorities), defining themselves both as national and European citizens, and perceiving themselves as the losers of neoliberal development and its crisis (della Porta et al., 2017; Fominaya, 2017).

In some EU countries, this new typology of protesters organised themselves in and through new citizen initiatives emerging specifically due to and aiming at austerity policies (the Indignados and the 15-M in Spain are the most well-known example), and so was the case in Portugal, with *Geração à Rasca* and *Que Se Lixe a Troika*. *Geração à Rasca*, an informal network of activists created by four Political Science students with a personal history of involvement in activism, including one member of the LGBTQIA+ activist group, *Panteras Rosa*, was responsible for one of the first country-wide anti-austerity protest events, convened using social media instruments and gathering 300000 protesters on March 12th, 2011 (Gomes, 2011). They would, however, soon demobilise, with some of its founders joining the second anti-austerity citizen initiative, *Que Se Lixe a Troika*.

Que Se Lixe a Troika was a wider, more organised and clearly political movement that was responsible for two of the most participated protest events during

the cycle of contention — September 15th, 2012 and March 2nd, 2013, involving more than a million people (Dias et al., 2012; A. P. Fernandes et al., 2013) — but also for smaller protest events across the country — *i. e.* “*Grandoladas*”, with protesters greeting the Prime Minister and other members of the Government on several occasions during 2012 and 2013 by singing “*Grândola Vila Morena*”, the musical symbol of the Carnation Revolution. It was a network movement, with an ingrained culture of protest inherited by past activist and political experiences, and sustained by cooperation between a diversity of established social movements (including feminist groups — UMAR — and LGBTQIA+ groups -Panteras Rosas and Clube Safo) and between these and traditional protest actors, such as left-wing parties (Portuguese Communist Party — PCP and Left Bloc — BE) and trade unions, which were to result in instances of close cooperation on the streets (Accornero & Ramos Pinto, 2015; T. Fernandes, 2017; M. Lima & Artiles, 2014), and high numbers of participants in protest actions.

While one can say that the intensity of the protest cycle and its high participation and networking ability is a sign of the strength, cohesion and engagement of Portuguese civil society (Bernhard et al., 2017; T. Fernandes, 2012, 2018; Fishman, 2019), others argue that Portuguese civil society is traditionally weak, as a consequence of a highly centralised and closed democratic system, which tends to exclude new participants in favour of traditional protest actors (labour unions, left-wing parties), and where minority organisations — including women’s and QUILTBAG+’s — are weak and of low participation (Accornero & Ramos Pinto, 2015; V. Ferreira, 2014; Hamman & Manuel, 1999; Monteiro & Ferreira, 2016; Prata, 2017).

This paper takes the middle-ground approach, stating that the role of Portuguese civil society cannot be blindly celebrated nor diminished, agreeing with Alonso (2012, p. 596) who states that “Portugal features a long tradition of engaging voices from civil society in the making of equality policies”, with stable and well establish mechanisms of civil society participation and access to political actors in decision-making positions at various levels of government, but countering that the impact of these avenues of participation in policy-making is questionable, as studies have demonstrated that civil society organisations (CSOs) themselves perceived their impact as limited and would like to see their capacities improved (Alonso, 2012; Civil Society Europe [CSE], 2017; Ponzio, 2010).

The fact remains that anti-austerity mobilisation in the country created new avenues for cooperation between new and old actors working together towards a shared goal and against opponents perceived as common. Protest, thus, remains an important avenue for political participation in Portugal, legitimised in the

public sphere by formal political actors, by the media and by high numbers of participants, organisers, and allies. It is the dimension, length, width, and importance of protest that led scholars to argue that the crisis constituted a critical juncture (Kantola & Lombardo, 2017) for social movements across Europe, and that can also be the case for gender equality in Europe (Rubery, 2014), as austerity policies were seen as threats to hard-won advances achieved across the EU. This paper turns to this dimension of the crisis in the next session, focusing on the Portuguese case.

Gendered impacts of the crisis in Portugal

This paper assumes that the crisis and Great Recession were not gender-neutral, as austerity measures disproportionately impacted women and LGBTQIA+ people in many different ways (see Alonso & Lombardo, 2018; V. Ferreira, 2014; V. Ferreira & Monteiro, 2015a; Guerria, 2017; Karamessini & Rubery, 2014). In Portugal, youth unemployment reached 35% in the first trimester of 2012 (affecting men and women equally), and other labour groups were also severely affected, including male workers in the construction and manufacturing sectors, and self-employed women, female public servants, female domestic workers, and female temporary contract employees (V. Ferreira, 2014; V. Ferreira & Monteiro, 2015b).

Rising unemployment and precarity would, in turn, lead to an increased tendency for the feminisation of labour, with men's employment becoming as precarious, unregulated, low wage and low protection as women's labour had traditionally been (V. Ferreira & Monteiro, 2015b), and previous gender inequalities were reinforced to the detriment of female workers, which, in turn, contributed to reinforce gender stereotypes (Prata, 2017), which were also strengthened by cuts to public services, particularly healthcare and education, impacting women more severely by increasing the burden of care and making the already unbalanced work-life equilibrium of Portuguese women even worse (Amâncio, 2007; Ribeiro et al., 2015).

These factors, combined with decreasing social provisions, strengthened structures of family-based informal welfare society, traditionally relying on women's unpaid reproductive work (V. Ferreira, 2014; V. Ferreira & Monteiro, 2015a, 2015b), a solution that was actually preached by the government's Deputy Prime Minister during the electoral campaign of 2015³, in a show of approval for the refamilisation tendency identified by V. Ferreira and Monteiro (2015b) as a response to the crisis, relying

3 Paulo Portas stated, in September 2015, that “As mulheres sabem que têm de organizar a casa e pagar as contas a dias certos, pensar nos mais velhos e cuidar dos mais novos” [Women are aware that they need to organise their home and pay their bills on time, while thinking of the elderly and taking care of the younger] (Jornal de Notícias [JN], 2015, para. 4).

mostly on female networks of homely or neighbourhood support for economic assistance and caregiving (A. P. Lima, 2016). In turn, this return to the family and the reinforcement of traditional gender roles can be connected to the surge in domestic violence in Portugal during the economic crisis (União Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR], 2012; Prata, 2017), reinforcing the cycle of gender inequality and structural violence.

Women were also particularly impacted by cuts in the national health system, with UMAR (2012) making the case that the rise in the number of abortions up to 2011 was connected to austerity-fuelled cuts to programs providing free contraceptives, as well as to the rise in unemployment and precarity, as it was mostly women who were themselves or whose partner was unemployed or a precarious worker who had most abortions, which, however, started a continuous declining tendency in 2012, despite no change in the austerity-driven health policies until the new cycle of government foundation (UMAR, 2012).

Despite the reality described above, Prata (2017) demonstrated that the political discourse at the National Parliament remained mostly gender-blind, with very few Members of Parliament bringing the issue of gender inequality in connection to the Great Recession to the forum, resulting in the absence of gender mainstreaming from policy making and implementing. Women's problems were only occasionally mentioned, mainly in relation to domestic violence, and LGBTQIA+ rights were not mentioned on any occasion. I argue that, despite the silencing of these issues in the public fora where austerity was being discussed, they were not absent from the anti-austerity mobilisation, as I will demonstrate in the next session.

Gendered resistance to the crisis in Portugal

As the Great Recession settled in, protesters in Portugal became less settled, increasing the number of protest events against austerity. Women and LGBTQIA+ folk were a vigorous part of this great wave of contention, active in both demonstrating and protest organising, not only through their own organisations, but also through involvement in the recently formed Portuguese anti-austerity social movement, and they were very vocal in providing their own vision on the multiple ways austerity was impacting them. It is to this aspect that this work will now turn.

One of the most intervenient feminist organisations in the Portuguese anti-austerity protest cycle was UMAR, who adapted their anti-patriarchy, anti-capitalism and anti-neoliberal discourse to their anti-austerity mobilisation, and framed their participation from a clear feminist perspective, based on the simple declaration that austerity measures increased the difficulties of women,

historically the most vulnerable members of the Portuguese society⁴, and specifically highlighting their impact on long-term unemployed women, on women in precarious employment, in terms of the wage and pension gap between men and women, and in connection to increased gendered violence. In fact, one of UMAR's discursive strategies was to unabashedly connect austerity to violence – physical violence, psychological violence, and poverty as institutionalised and structural violence⁵, affecting women more than men, and rising due to the government's policies.

UMAR's discourse also described how cuts to public services – particularly in terms of healthcare – would impact sexual and reproductive rights, particularly in setting limitations to the right to abortion. That was the case when the organisation campaigned against the closing of Maternidade Alfredo da Costa (a maternity hospital in Lisbon which was the central institution in the Portuguese capital for voluntary pregnancy terminations)⁶.

Further, UMAR pointed out how other cuts in healthcare (including elderly care) and education (fewer facilities and subsidies for children under school age, less support for children in all levels of education) would increase the (already unbalanced) burden of care on Portuguese women, forcing them back into the private sphere of the family home, which would potentially increase the level of violence women were (already) subjected to. Additionally, UMAR, although centred on women's rights, adopted an intersectional approach in denouncing multiple discriminations, stating that it protested not only for gender equality, but also in defence of other vulnerable groups, including minorities, migrants and LGBTQIA+ people⁷.

4 “Austeridade (...) agrava a vulnerabilidade laboral e social da maior parte da população, nomeadamente das mulheres” [Austerity (...) increases labour and social vulnerability of the major part of the population, namely of women] (UMAR, s.d.a).

5 “A pobreza e a violência são a consequência inevitável numa sociedade governada por quem só está preocupado em pagar aos bancos tirando o dinheiro a quem já quase nada tem para sobreviver.” [Poverty and violence are the inevitable consequence in a society governed by those who are only worried about paying the banks with money taken from those who already have barely anything to live on.] (UMAR, s.d.b).

6 “Encerrar a Maternidade Alfredo da Costa representa (...) um ataque aos direitos de maternidade/paternidade, assim como aos direitos sexuais e reprodutivos, na medida em que nesta maternidade a lei de interrupção da gravidez era aplicada com acompanhamento e apoio às mulheres que decidiam interromper uma gravidez não desejada.” [Closing the maternity hospital represents (...) an attack on the maternity/paternity rights, as well as on sexual and reproductive rights, inasmuch as the law on the pregnancy termination, here, was applied with support and counselling for those women who decided to terminate an unwanted pregnancy.] (UMAR, s.d.b).

7 “As múltiplas discriminações vividas pelas mulheres e por outros grupos sociais mais vulneráveis.” [The multiple discriminations experienced by women and by other vulnerable social groups] (UMAR, s.d.c).

UMAR also supported the European Day of Action and Solidarity on November 14th, 2012. This was one of the most important transnational protest events in the anti-austerity protest cycle, coordinated by the European Trade Union Confederation, and marked by demonstrations in several European cities, the largest and most significant in Spain, Italy, Greece and Portugal. In Portugal, the main organiser was CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses [General Confederation of Portuguese Workers] (possibly the most mobilising labour union in the country), with multiple CSOs either supporting or acting as allies, including the organisation Campanha Feminista Anti-Austeritária (CFAA) [Feminist Anti-Austerity Campaign], which, having been created a few weeks before, constituted the feminist frontline in this protest event.

The CFAA, a transnational social movement of resistance to austerity, was promoted by the Portuguese wing of the MMM – Marcha Mundial das Mulheres [World Women's March], with close support of UMAR and other organisations, including LGBTQIA+ organisations such as Clube Safo and Panteras Rosa, a feminist students' organisation – República Das Marias Do Loureiro, a precarious workers' organisation – Precários Inflexíveis, anti-racism and migrants' organisations – SOS Racismo and Solidariedade Imigrante, and social justice organisations – Associação Comunitária and SERES Portugal. Its action started on October 4th, 2012, when the anti-austerity movement was well under-way, under the slogan “Não pagaremos a vossa crise” [We shall not pay for your crisis] (Figure 1), and the movement was present in all anti-austerity national protest events organised past its creation. Prior to the CFAA, MMM had joined the very first national anti-austerity protest mobilised by Geração à Rasca on March 12th, 2011 and had been present – along with UMAR – in one of biggest Que Se Lixe a Troika protest event on March 2nd, 2012. Both the MMM and the CFAA (as well as UMAR) made their presence visible in the moments of dissent by wearing purple, importing the transnational protest repertoire used in Spanish anti-austerity protest with the violet tide.

CFAA's mobilisation was consistently framed in terms of gender equality, articulating growing unemployment and declining welfare with women's resistance to going back to the patriarchal family home, to forcibly taking unpaid care work, and to domestic violence. This message was clear in one of the first protest events they organised, which took place on October 17th, 2012 outside the Portuguese National Bank headquarters in Lisbon. Targeting both the Portuguese government and the international organisations of the Troika under the slogan “A dívida dos Governos é com as mulheres, não com os bancos” [This government's debt is towards women, not towards banks], CFAA activists handed out alternative bank



Figure 1 Promotional material for the CFAA participation in the protest event of June 1st, 2013
Source: Mulheres em Marcha (2013b).

notes to passers-by and delivered them at the bank's reception desk, featuring the following messages (Figure 2):

- “500 unemployment benefits” (replacing the 500 euros bill)
- “100 home support units” (replacing the 100 euros bill)
- “10 retirement homes” (replacing the 10 euros bill)
- “5 day-care centres” (replacing the 5 euros bill).

Through this creative repertoire, the protesters succeeded in creating an alternative narrative of the consequences of the Portuguese Government's and Troika's choice to support the banking system at the expense of public services and labour-related support, claiming that funds being injected into saving private banks should instead be used in alleviating the burden of reproductive care on women, in creating employment and awarding state benefits to those living in precarity.

Together, UMAR and MMM (and, as of 2012, CFAA) also organised the anti-austerity women's march on March 8th during the years of the Troika intervention, often in alliance with labour unions (particularly CGTP) and with other feminist CSOs (Rede 8 de Março, feminist student organisations). In 2013, the women's



Figure 2 Alternative bank notes featured on the CFFA protest event of November 17th, 2012
Source: Mulheres em Marcha (2013b).

march adopted a clear anti-austerity stance, under the slogan “A igualdade de género não é compatível com políticas de austeridade” [Gender equality is not compatible with austerity policies], framed from the feminist perspective of resistance to refamilisation and right to the public sphere “Estamos organizadas em movimentos sociais, apesar de quererem que permaneçamos no espaço doméstico e das pressões com que lidamos no espaço público.” [We (women) are organised in social movements, despite their (the government's, Troika's, the patriarchy's) desire to keep us in the domestic space and the pressures we face in the public space.] (Mulheres em Marcha, 2013a, para. 2).

The Anti-Austerity Women's March also constituted an opportunity to relate feminist resistance to claims being uttered by the general anti-austerity protest, particularly in terms of labour, a demand that is central in Portuguese protest (Accornero & Ramos Pinto, 2015; Estanque et al., 2013; T. Fernandes et al., 2021), articulated through a gender perspective that highlighted labour-related gender inequalities, including overrepresentation of women in unemployment, precarious, part-time, lower security and lower rights employment, the gender pay gap, and the prevalence of domestic and care unpaid work, always connected to gendered violence against women.

CFAA remained active in anti-austerity resistance up to the October 2015 elections, which were to cause a shift in the political colour of the Portuguese government through a unique informal coalition between the Socialist Party and the parties further to the left, but their activity shifted to the organisation of informational and convivial events once the protest cycle started to die down. Prior to those elections, UMAR actively campaigned for an anti-government vote, as per their manifesto:

A atual maioria de direita PSD/CDS lesou os nossos direitos como mulheres. Impôs a austeridade nas nossas vidas: desemprego, precariedade, cortes nos serviços sociais, na saúde, na educação. Levou a que as e os nossos filhos fugissem do país. Dizem-nos que já temos muito que fazer: cuidar das crianças, das pessoas idosas, fazer contas para gerir a casa. Estas foram declarações recentes do vice-primeiro ministro Paulo Portas! (...) A atual maioria PSD/CDS fez recuar a lei de despenalização do aborto. [The majority PSD-PP government has attacked our rights as women, through the imposition of austerity measures (...). It caused the emigration of our children (...) and gave women plenty to do: taking care of children and the elderly, taking care of the household, in the very words of Deputy Prime Minister Paulo Portas. It also pushed back the legislation on the depenalisation of abortion]. (UMAR, s.d.e)

When it comes to LGBTQIA+ anti-austerity activism, one of the most active organisations in Portuguese anti-austerity protest was Panteras Rosa, which started its involvement early in the protest cycle, on May 29th, 2010, when the organisation participated in the first national anti-austerity protest, convened by CGTP in alliance with several civil society organisations. From the very beginning, their involvement was framed in terms of LGBTQIA+ rights, through the adoption of the motto “Precariedade laboral somada à discriminação sexual resulta em opressão total” [Precarity added to sexual discrimination results in total oppression] (dezanove, 2010) and the slogan “Maricas e fufas contra a austeridade laboral!” [Faggots and dykes against labour austerity!] (dezanove, 2010) (Figure 3), reflecting the organisation's long-time strategy of twisting insults and turning them into a form of empowerment.

Panteras Rosa had already been a highly active protest organisation, adopting strategies to increase the visibility of LGBTQIA+ activism in the Portuguese public sphere that included the use of rainbow flags and the colour bright pink in protest material, plus some of their activists also wear a pink tail, which they continued to employ in the anti-austerity protest cycle. They were also one of the proponents of the Rainbow Tide, along with other LGBTQIA+ organisations present in anti-austerity mobilisation (Clube Safo, Opus Gay, Exército de Dumbledore,



Figure 3 Panteras Rosa's call to participation in the CGTP demonstration of May 29th, 2010

Source: dezanove (2010).

Bichas Cobardes, Grupo Transexual Portugal) in widely participated protest events.

They were an integral part of the first highly participated anti-austerity protest event convened by Geração à Rasca (a natural progression as one of the movement founders was also an activist in Panteras Rosa), and the *ethos* of the organisation can be found in the Geração à Rasca manifesto: an inclusive and diverse protest event, laic, apolitical and pacifist, focusing on participatory democracy. Panteras would go on to participate in all national events convened by the anti-austerity social movement, having been present in all the national Que Se Lixe a Troika protest events, all general strikes, and the European Day of Action and Solidarity, as well as in smaller demonstrations taking place mainly in Lisbon and Porto.

Their participation was framed in accordance with their previous activist work and identity, emphasising that, while everyone was affected by the financial crisis and Great Recession, minorities' rights were under particular threat, including the hard-won rights of sexual minorities. They stated that austerity measures

increased the discrimination of the LGBTQIA+ population, who, already facing homophobia and transphobia in access to regular employment, saw their rights curtailed and their labour-related precarity increased, as they were specifically targeted in licensing processes and downgraded to precarious employment⁸. Their stance was reflected in the series of slogans they adopted during this protest cycle, which included “Austerity is also a prejudice”, “Trans, Feminist and Queer Insubmission”, “Austerity is immoral, not love” and, closely related to Geração à Rasca's name, “Struggling LGBT”.

They further argued that the crisis took a particularly heavy toll on those identifying as LGBTQIA+, through decreasing funding and resources for gender equality policies and services, which would force some people back into the closet and aggravate the precarisation of sexual autonomies, particularly those of young people, women and non-heteronormative or binary people, and joined the feminist activists in their fight against women being forced back into the private sphere. Their interpretation of the crisis is, thus, clearly made from a queer point of view, close to the anti-capitalist and participatory democracy stance of the organisation. It is also, like the CFAA, constructed from a transnational stance, in solidarity with the people of other countries affected by the Great Recession, but also with the protesters in the Arab Spring.

The rainbow tide would, naturally, also be present in moments of LGBTQIA+ activism, such as Pride celebrations taking place during the Great Recession. Along with other organisations, Panteras Rosa took advantage of these moments of higher visibility of the community's activism to articulate claims and demands related to the anti-austerity protest cycle, again from their own non-binary and non-heteronormative perspective — that was the case in Pride 2013, under the slogan “Orgulho é Resistência” [Pride is Resistance], and on the 2010, 2011 and 2012 editions, when the organisation clearly framed its participation in terms of resistance to austerity measures, specifically in terms of their impact not only on the LGBTQ+ population, but also on minorities, migrants, sex workers and women.

The organisation also convened anti-austerity protest events in alliance with other organisations, as was the case with May Day 2010 (April 10th, 2010), when, together with UMAR, it promoted the protest “Precarious Workers come out of the closet”, part of a wider event where migrants rights and precarious workers organisations were also present.

8 “A população LGBT é um grupo particularmente frágil a esta austeridade, devido à homofobia e à transfobia.” [The LGBT population is a particularly fragile group in the face of austerity, as a result of homophobia and transphobia.] (Vitorino, 2011a).



Figure 4 Panteras Rosa promotional material for the 2011 and 2012 general strikes. The first sign reads [Austerity is also a prejudice], while the second states [Trans, feminist and queer insubmission], and identifies the following protest targets: [International Monetary Fund, austerity, capital, the banking and the financial system, precarity, imperialism, patriarchy, macho culture, Fascism, racism, sexism, homophobia, lesbian-phobia, transphobia, nationalism, patriotism...]

Source: Vitorino (2011b, 2012a).

Finally, anti-austerity mobilisation was also the norm on two traditional moments of protest in the Portuguese democracy — the yearly celebrations of the Carnation Revolution of 1974 on April 25th, marking the eventful transition to democracy, and Labour Day (May 1st). These events tend to be highly visible in the media, participated by both citizens and activists, even if they are mostly organised by traditional protest actors in the country — labour unions and left-wing political parties — as well as by CSOs whose mission relates to democracy and the Revolution itself. During the anti-austerity protest cycle, these constituted another opportunity for dissent, with the potential of gathering higher numbers of participants and a wider net of organisers (both days being national holidays).

Feminist and LGBTQIA+ organisations have been participating in these protest events, and that continued to be the case during this protest cycle, when their participation was framed taking into account their interpretation not only of the austerity cycle, but also of the significance, symbology, and importance of these

dates for Portuguese democracy, highlighting the need to resist in order not to recede on the rights that the democratic transition had guaranteed, particularly in terms of gender equality and minorities' recognition. As such, UMAR used this moment to criticise and mobilise against the government's discourse of identification with women with traditional gender roles, as homely caregivers who would bear the burden of the austerity cuts by providing for their family⁹. As for Panteras Rosa, their discourse, formulated in the same terms of resisting backing up on rights, appealed to participation in the rainbow tide during these protest events.

The fear of going back on hard-won rights was, thus, a common theme articulated by both the feminist and the LGBTQIA+ activist movements during the anti-austerity protest cycle. Together, organisations articulated the dread of being confined to the patriarchal home or the closet, as symbolic and physical spaces where the rights of women and those identifying as LGBTQIA+ could not be guaranteed, and were effectively under threat. Anti-patriarchy discourse is also clear in both women's and LGBTQIA+ organisations' interpretation of the crisis, as they identified the patriarchal structures underlying the austerity measures being imposed from above and blamed them for LGBTQIA+-phobia and the subalternisation of women and sexual minorities. Uniting them were other claims, including the effect austerity had on women's and the LGBTQIA+ population's access to dignified employment and labour rights, and reproductive and sexual rights.

During the protest cycle, thus, bridges for cooperation were built through the identification and articulation of multiple forms of discrimination made worse by austerity — including class and labour status, race, colonial past, gender, sexual orientation — as intersectionality emerged as a common identity of all organisations. Their involvement, thus, came from a specifically gendered interpretation of the financial and economic crisis, both in its origins and in its consequences, and so did their demands, articulated from the inclusion of a gender perspective.

Together, often side by side in protest events, these organisations created an open space free of discrimination where multiple solidarities emerged: between women and queer folk, between generations, between economical and professional classes, where the personal impact of the crisis on women and the LGBTQIA+ population was displayed. The place of protest, thus, can be seen as a *locus* where the daily struggles increasing the vulnerability of the people entering it

9 “Perante o desemprego e a precariedade, querem pôr a história a andar para trás, apontando-nos o caminho de casa para desempenharmos os papéis tradicionais de cuidadoras e de ‘domésticas’ [In the face of unemployment and precarity, they want to make history turn back, showing us the way back into our houses so we can continue to perform the traditional ‘housewives’ and caregiving roles] (Mulheres em Marcha, 2013a).

became a source of empowerment, echoing Judith Butler's reflections on the anti-austerity mobilisation, when she states that “the demand to end precarity is enacted publicly by those who expose their vulnerability to failing infrastructural conditions” (Butler, 2014, p. 4).

The solidarity between movements thus became a form of collective resistance, contributing to the construction of collective identities through the clear identification of situations of injustice (Tarrow, 2011), presented through meaningful messages aimed at galvanising broader support and consistent mobilisation, while clearly marking the gendered positionality of the organisations, a discourse that functioned both as a form of self-legitimation and a form of questioning the “no alternative” narrative established by the government and the Troika.

These common claims contributed to the building of alliances between these two movements, as well as to their integration in the wide-encompassing Portuguese anti-austerity social movement (Figure 5). These alliances could fall under Woodward's (2015) concept of “velvet triangle”, featuring coalitions (temporary or not) between women's organisations, other CSOs and institutional actors (such as labour unions), and the academia, a third axis that was not visible in this analysis, pointing at the possibility of an incomplete triangle, missing one of its sides.

Instances of mobilisation of the feminist and LGBTQIA+ organisations with political parties outside the scope of *Que Se Lixe a Troika* were also not found in the materials analysed. This seems to indicate that feminist and QUILTBAG+ participation in the anti-austerity protest movement remained somewhat separate from formal political actors — as hinted by the absence of gender from the National Parliament identified by Ana Prata (2017) —, which was not the case with the anti-austerity social movement, in which the influence of PCP, BE and even PS was felt.

Despite these alliances, though, the activists remained aware of discrimination within the movement, as uttered in the 2013 Women's March manifesto: “Nós, activistas nos nossos sindicatos e partidos políticos, desafiamos o sexismo que perdura e a misoginia revelada pelos nossos próprios irmãos de luta, continuando, sempre, a manter a pressão para a inclusão do nosso feminismo anti-capitalista, de base e anticolonialista (...) nas lutas” [We, the female activists in our labour unions and political parties, defy the sexism and misogyny revealed by our resistance brothers, and pressure for the inclusion of bottom-up, anti-capitalist and anti-colonialist feminism in (...) our struggles] (Mulheres em Marcha, 2013a, para. 7). Breaches were also present between the feminist movement itself and between them and the LGBTQIA+ movement, particularly in relation to the rights of sex workers, with *Panteras Rosa* actively campaigning for their labour rights and marching side by side with sex workers during Labour Day celebrations “O precariado sai hoje sem medo às ruas (...) e



Figure 5 Organisations convening the general strike of June 27th, 2013, featuring UMAR, CFAA and Panteras Rosa, among others

Source: Vitorino (2013).

também xs trabalhadorxs do sexo” [The precariat marches today (...) alongside sex workxs with no fear] (Vitorino, 2012b).

Other differences relate to higher resistance to cuts to public services from the feminist movement¹⁰ than from the LGBTQIA+ movement, and the question of domestic violence also acquiring higher priority in the women's movement discourse. As important as alliances were, then, they are not enough to say the organisations were speaking in one, single, unified voice.

As for alliances with the Portuguese anti-austerity social movement, the clear feminist/gender perspective present in the Indignados/15-M movement in Spain (Alonso & Lombardo, 2018; Fuentes, 2015; Palomo, 2016) is not to be found in its Portuguese equivalent, as Que Se Lixe a Troika remained mostly gender-blind in

10 “Cortam brutalmente nos serviços públicos e esperam que sejamos nós, as mulheres, a assumir, em trabalho não pago, o que entendem não ser bem público: a saúde, a educação, a protecção social, o cuidado dos/as idosos/as.” [They [the government, the Troika] brutally cut public services and expect that us, the women, take over, through unpaid labour, in healthcare, education, social protection and elderly care, as they do not believe those to be public goods.] (UMAR, s.d.d.).

its utterances and positionings. However, I argue that, just like in the Spanish case, Portuguese feminist and LGBTQIA+ organisations intensified their mobilisation, nationally and transnationally, through participation in the intense protest cycle, which fortified and empowered the organisations and provided them with avenues for future collaborations. In fact, both UMAR and Panteras Rosa continue to be active in solidarity with other movements in important protest events, such as the labour union which organised dockers' strike of June 15th 2016 or the National March in Defence of Public School on June 16th 2016, and, more significantly, the results can be seen in the Feminist Strike of 2019, the biggest to that date in the country, mobilising the biggest number of women present in a protest event in the history of the country (30000 women demonstrators) and the support of 5 labour unions.

Conclusion

Civil society's resistance against austerity politics and in favour of democracy shows that political contestation is at the core of this crisis and has important gender dimensions (Kantola & Lombardo, 2017, p. 3)

This paper started from a personal reaction — as a participant in the anti-austerity protest cycle, I joined the purple and the rainbow tides. I didn't see them on the news, I didn't see them in political discourse and I didn't see them in academic work on the protest cycle. As Camargo (2014) states, much of the story of anti-austerity mobilisation in Portugal remains to be told: this paper is an effort to uncover other sides of the story — that of women and LGBTQIA+ mobilisation.

By identifying the main frames used by feminist and QUILTBAG+ organisations in resisting the crisis, as well as outlining their strong commitment to taking to the streets to communicate their own narratives of how austerity was impinging on their rights and their existence to a wider audience, this work demonstrated how feminist and LGBTQIA+ anti-austerity mobilisation was constructed based on previous experiences of anti-patriarchy and anti-discrimination activism, against neoliberal and capitalist policies seen as posing common threats, leading to the creation and reinforcement of alliances between different organisations, present on the streets many times side by side and fully participating in the protest cycle. As such, the gendered identities of these activists and of their organisations was a significant contributor to their interpretation of the crisis and to their motivations to take to the streets with an alternative narrative on austerity in Portugal.

Having shown at least some of the active roles played by women and LGBTQIA+ folk in austerity contention in Portugal, I am still left with the question: why were alternative voices in the Portuguese anti-austerity protest cycle unheard in the news, in public and political discourse and in academic analyses of the protest cycle?

One of the possible explanations for the lack of visibility can be offered in the fact that feminist protest became stronger and more organised at the end of 2012 with the creation of the CFAA, when anti-austerity protest was already starting to die down, but this explanation is not satisfactory, as this paper has demonstrated that women and LGBTQIA+ activists were present in protest events from the beginning of the cycle. I believe this silencing reveals deeper abysses in the Portuguese society, which remains genuinely traditional and patriarchal, and where gender-based violence is epidemical.

Further, women's, but particularly LGBTQIA+'s rights, are still a divisive claim for some in the Portuguese public sphere, which contributed to their silencing. If gender equality has been gaining traction, Portugal still ranks high in discrimination against the LGBTQIA+ population (European Union Agency for Fundamental Rights [FRA], 2013), a cycle that organisations like Panteras Rosa are engaged in breaking. However, as Eduarda Ferreira (2014) points out, most organisations engaged in the promotion of LGBTQIA+ rights are rather informal, gather small numbers of activists and have very little financial means, which bears weight in their invisibility in the public sphere. In the case of the feminist movement, previous research (Monteiro & Ferreira, 2016) has shown that the political environment in which they operate is still particularly difficult, and this will, naturally, have repercussions when the movements hit the streets and on their visibility in the media.

The silencing of claims perceived as potentially divisive could also have been a strategy of the main citizen initiative fuelling the anti-austerity protest, Que Se Lixe a Troika, which passed a very unified message, potentially seen as more powerful, but leaving little room for different voices within the movement. As such, it is possible to say that, while “[t]he Eurocrisis and associated politics of austerity highlighted the fragile nature of feminist gains” (Kantola & Lombardo, 2017, p. 99), this was not clear for the main conveners of the anti-austerity protest cycle in Portugal. It certainly was for both feminist and LGBTQI+ organisations, who solely seem to have borne the responsibility of passing this message to the public.

Nonetheless, the anti-austerity cycle of contention can be seen as a success given that it corresponded to the greatest moment of cooperation between activists since the Carnation Revolution. This had a positive impact on feminist and

LGBTQIA+ activists' commitment to collective action, reinforcing their willingness to cooperate in future protest actions, which is reflected, for example, in the growth of the feminist strike in Portugal. However, this paper argues that, although it was clear that the anti-austerity protest represented a clear moment of diverse social movements coming together to protest against a common target and due to common grievances, there were a variety of rights-enhancing messages in the public sphere that remained rather invisible. As a feminist, I wish they had been heard farther and wider in those years, but I remain hopeful that the message has grown stronger since then.

Other invisibilities remain, such as the participation of migrants in anti-austerity mobilisation in the country. Broader investigation into the issue of silence in protest overall is also pressing, particularly focusing on the evolution of silence and visibility in a public sphere that has been affected by the highly participated anti-austerity protest cycle — this could start from interviews with the activists whose organisations are focus of this paper, or from Critical Discourse Analysis of the newspaper articles depicting the protest events where female and LGBTQIA+ participants — as well as migrants — are barely to be found.

References

- Accornero, G., & Ramos Pinto, P. (2015). 'Mild Mannered'? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010-2013. *West European Politics*, 38(3), 491-515. <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.937587>
- Alonso, A. (2012). Intersectionality by Other Means? New Equality Policies in Portugal. *Social Politics*, 19(4), 596-621. <https://doi.org/10.1093/sp/jxs017>
- Alonso, A., & Lombardo, E. (2018). Gender Equality and De-Democratisation Processes: The Case of Spain. *Politics and Governance*, 6(3), 78-89. <https://doi.org/10.17645/pag.v6i3.1419>
- Amâncio, L. (2007). Género e divisão do trabalho doméstico — O caso Português em perspectiva. In K. Wall, & L. Amâncio (Orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa* (pp. 181-209). Imprensa de Ciências Sociais.
- Babo, I., & Silva, C. T. (2015). Public Sphere and Collective Action. the Portuguese Movement of the "15th September". *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6(6), 425-433. <http://dx.doi.org/10.5901/mjss.2015.v6n6s5p425>
- Baumgarten, B. (2013). Geração à Rasca and beyond: Mobilisations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), 457-473. <https://doi.org/10.1177/0011392113479745>
- Baumgarten, B. (2016). Time to Get Re-Organized! The Structure of the Portuguese Anti-Austerity Protests. In L. E. Hancock (Ed.), *Narratives of Identity in Social Movements, Conflicts and Change* (pp. 155-187). Emerald Group Publishing Limited.

- Bernhard, M., Fernandes, T., & Branco, R. (2017). Introduction: Civil Society and Democracy in an Era of Inequality. *Comparative Politics*, 49(3), 297-309.
- Butler, J. (2014). *Rethinking Vulnerability and Resistance*. Retrieved September 25, 2016, from <http://bibacc.org/wp-content/uploads/2016/07/Rethinking-Vulnerability-and-Resistance-Judith-Butler.pdf>
- Camargo, J (2014). Não à Troika em Portugal. *Kult-Ur*, 1(2), 135-154. <https://doi.org/10.6035/Kult-ur.2014.1.2.7>
- CSE, Civil Society Europe. (2017). *Civic Space in Europe 2017 Report*. Retrieved October 10, 2018, from https://euroalter.com/wp-content/uploads/2020/02/Civic-Space-in-Europe-report-2017_WEB.pdf
- della Porta, D., Andretta, M., Fernandes, T., Romanos, E., O'Connor, F., & Vogiatzoglou, M. (2017). *Late Neoliberalism and Its Discontents in the Economic Crisis*. Springer International Publishing.
- dezanove. (2010, May 27). Maricas e Fufas contra a austeridade laboral. *dezanove*. Retrieved March 19, 2019, from <https://dezanove.pt/36679.html>
- Dias, C., Ribeiro, G. B., Torres, H., Pereira, J. P., Alvarez, L., Silva, Oliveira, S. D., & Nóbrega, T. (2012, September 15). Centenas de milhares na rua contra a troika e o Governo num dos maiores protestos de sempre. *Público*. <https://www.publico.pt/2012/09/15/politica/noticia/que-se-lixo-a-troika-os-protestos-sairam-a-rua-1563204>
- Estanque, E., Costa, H. A., & Soeiro, J. (2013). The new global cycle of protest and the Portuguese case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 31-40. <https://doi.org/10.4119/UNIBI/jsse-v12-i1-1217>
- Fernandes, A. P., Figueira, A., Cruz, C., Fonseca, C., Marques, C., Cerqueira, N., Ropio, N. M., Molinos, M., Posse, P., Correia, T., & Costa Z. (2013, March 2). Mais de um milhão de pessoas nas ruas, segundo o movimento “Que se lixe a troika”. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/politica/mais-de-um-milhao-de-pessoas-nas-ruas-segundo-o-movimento-que-se-lixo-a-troika-3085050.html>
- Fernandes, T. (2012). Civil Society After Dictatorship: A Comparison of Portugal and Spain, 1970s – 1990s. *The Helen Kellogg Institute for International Studies -Working Paper*, (#384), 1-38. <https://kellogg.nd.edu/documents/1702>
- Fernandes, T. (2017). Late Neoliberalism and Its Discontents: The Case of Portugal. In D. della Porta, M. Andretta, T. Fernandes, E. Romanos, F. O'Connor, & M. Vogiatzoglou, *Late Neoliberalism and Its Discontents in the Economic Crisis* (pp. 160-200). Springer International Publishing.
- Fernandes, T. (2018). Organisational Sources of Social Resilience and Progressive Governance: Portugal during and after Austerity (2008-2015). In F. Bethencourt (Ed.), *Inequality in the Portuguese-speaking World* (pp. 87-104). Sussex Academic Press.
- Fernandes, T., Araújo, C., Santos, I. G., & Romanos, E. (2021). Ciclos de protesto e democracia: uma comparação entre Portugal e Espanha, 2000-2019. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (97), 9-33.

- Ferreira, E. (2014). Lesbian Activism in Portugal. Facts, Experiences, and Critical Reflections. *Lambda Nordica*, 19(2), 53-82.
<https://www.lambdanordica.org/index.php/lambdanordica/article/view/416/395>
- Ferreira, V. (2014). Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal. In M. Karamessini, & J. Rubery (Eds.), *Women and austerity – The economic crisis and the future for gender equality* (pp. 207-227). Routledge.
- Ferreira, V., & Monteiro, R. (2015a). Introdução — Austeridade e Regimes de Bem-Estar e de Sexo/Género. *Ex æquo*, (32), 11-13. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.32.01>
- Ferreira, V., & Monteiro, R. (2015b). Austeridade, Emprego e Regime de Bem-Estar Social em Portugal: em Processo de Refamilização?. *Ex æquo*, (32), 49-67.
<https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.32.04>
- Fishman, R. (2019). *Democratic Practice: Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*. Oxford University Press.
- Fominaya, C. F. (2017). European anti-austerity and pro-democracy protests in the wake of the global financial crisis. *Social Movement Studies*, 16(1), 1-20
<https://doi.org/10.1080/14742837.2016.1256193>
- FRA, European Union Agency for Fundamental Rights. (2013). *EU LGBT Survey. European Union lesbian, gay, bisexual and transgender survey. Results at a Glance*. Retrieved February 15, 2018, from
https://fra.europa.eu/sites/default/files/eu-lgbt-survey-results-at-a-glance_en.pdf
- Frade, C., & Coelho, L. (2015). Surviving the crisis and austerity: The coping strategies of Portuguese households. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, 22(2), 631-664.
<https://doi.org/10.2979/indjglollegstu.22.2.631>
- Freire, A., Lisi, M., & Viegas, J. M. (2015). *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*. Edição Assembleia da República.
- Fuentes, M. J. G. (2015). Feminisms and the 15M Movement in Spain: Between Frames of Recognition and Contexts of Action. *Social Movement Studies*, 14(3), 359-365.
<https://doi.org/10.1080/14742837.2014.994492>
- Gomes, C. (2011, March 13). Protesto Geração à Rasca dá origem a fórum das gerações. *Público*.
<https://www.publico.pt/2011/03/13/sociedade/noticia/protesto-geracao-a-rasca-da-origem-a-forum-das-geracoes-1484593>
- GSECP, Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. (2014). *Relatório da Emigração 2013*.
<https://portaldascomunidades.mne.gov.pt/images/GADG/Destaques/DLFE-264.pdf>
- Guerria, R. (2017). Gendering European Economic Narratives: Assessing the Costs of the Crisis to Gender Equality. In J. Kantola, & E. Lombardo (Eds.), *Gender and the Economic Crisis in Europe. Politics, Institutions and Intersectionality* (pp. 95-116). Palgrave Macmillan.
- Hamman, K., & Manuel, P. C. (1999). Regime Changes and Civil Society in Twentieth-Century Portugal. *South European Society and Politics*, 4(1), 71-96.

- ILO, International Labour Organization. (2013). *Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal*. https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/versaofinal_OIT_Relat_EnfrentarCriseEmprego_20131101.pdf
- JN, Jornal de Notícias. (2015, September 18). Candidata do PS critica discurso “salazarento” de Portas sobre mulheres. <https://www.jn.pt/nacional/eleicoes/candidata-do-ps-critica-discurso-salazarento-de-portas-sobre-mulheres-4785633.html/>
- Kantola, J., & Lombardo, E. (Eds.) (2017). *Gender and the Economic Crisis in Europe. Politics, Institutions and Intersectionality*. Palgrave Macmillan.
- Karamessini, M., & Rubery, J. (Orgs.) (2014). *Women and austerity – The economic crisis and the future for gender equality*. Routledge,
- Leite, J., Costa, H. A., Silva, M. C., & Ramos de Almeida, J. (2014). Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho. In J. Reis (Ed.), *A Economia Política do Retrocesso. Crise, causas e objetivos* (pp. 127-188). Almedina.
- Lima, A. P. (2016). O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações interpessoais. *Cadernos Pagu*, (46), 79-105. <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n46/1809-4449-cpa-46-0079.pdf>
- Lima, M., & Artiles, A. M. (2014). Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (103), 137-172. <https://doi.org/10.4000/rccs.5569>
- Monteiro, R., & Ferreira, V. (2016). Women’s movements and the State in Portugal: a State feminism approach. *Revista Sociedade e Estado*, 31(2), 459-486.
- Mulheres em Marcha. (2012, October 17). Banco de Portugal recebe saco com notas a dizerem “Resgatem as pessoas”. *Campanha Feminista Anti-Austeritária*. Retrieved March 15, 2019, from <https://mulherescontraausteridade.blogs.sapo.pt/3547.html>
- Mulheres em Marcha. (2013a, March 6). 8 de Março – Declaração Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. *Campanha Feminista Anti-Austeritária*. Retrieved March 17, 2019, from <https://mulherescontraausteridade.blogs.sapo.pt/8110.html>
- Mulheres em Marcha. (2013b, May 30). Dia 1 de Junho – Mulheres e Feministas Unidas-os contra a Troika! Manifestação Internacional. *Campanha Feminista Anti-Austeritária*. Retrieved March 17, 2019, from <https://mulherescontraausteridade.blogs.sapo.pt/9045.html>
- Palomo, E. (2016). Austerity Policies and the Feminist Movement in Spain. *Globalisations*, 13(6), 925-927. <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2016.1156319>
- Prata, A. (2017). The Visibility (and Invisibility) of Women and Gender in Parliamentary Discourse During the Portuguese Economic Crisis (2008-2014). In J. Kantola, & E. Lombardo (Eds.), *Gender and the Economic Crisis in Europe. Politics, Institutions and Intersectionality* (pp. 161-184). Palgrave Macmillan.
- Ponzo, I. (2010). Intercultural policies and intergroup relations – Case study: Lisbon, Portugal. Eurofound. <https://www.eurofound.europa.eu/publications/case-study/2010/portugal/quality-of-life-social-policies/intercultural-policies-and-intergroup-relations-case-study-lisbon-portugal>

- Ribeiro, R., Coelho, L., & Ferreira-Valente, A. (2015). Unemployment and Gender Equality Within the Family in Portugal. *Ex æquo*, (32), 69-85.
<https://doi.org/10.22355/exaequo.2015.32.05>
- Rubery, J. (2014). From 'Women and Recession' to 'Women and Austerity'. A framework for analysis. In M. Karamessini, & J. Rubery (Orgs.), *Women and austerity – The economic crisis and the future for gender equality* (pp. 17-36). Routledge.
- Tarrow, S. (2011). *Power in Movement – Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge University Press.
- UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. (2012, May 9). *Interrupção Voluntária de Gravidez – uma análise sem preconceitos*. Facebook.
<https://www.facebook.com/notes/umar-uniao-de-mulheres-alternativa-e-resposta/interrupcao-voluntaria-de-gravidez-uma-analise-sem-preconceitos/10150797884458616>
- UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. (s.d.a). *Trabalho – Manifestação do próximo dia 21. Apelo da UMAR à participação*. UMAR feminismos. Retrieved March 17, 2019, from
<http://www.umarfeminismos.org/index.php/trabalho/509-manifestacao-do-proximo-dia-21-apelo-da-umar-a-participacao>
- UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. (s.d.b). 165. Retrieved March 17, 2019, from <http://www.umarfeminismos.org/index.php?start=165>
- UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. (s.d.c). *Notícias e Comunicados – Querem-nos em casa submissas e sem direitos*. UMAR feminismos. Retrieved March 17, 2019, from
<http://www.umarfeminismos.org/index.php/component/content/article/15-noticias-e-comunicados/575-querem-nos-em-casa-submissas-e-sem-direitos>
- UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. (s.d.d). *Notícias e Comunicados – Que se lixe a Trika! O povo é quem mais ordena*. UMAR feminismos. Retrieved March 17, 2019, from
<http://www.umarfeminismos.org/index.php/component/content/article/15-noticias-e-comunicados/710-que-se-lixo-a-troika-o-povo-e-quem-mais-ordena>
- UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta. (s.d.e). *Notícias e Comunicados – O voto foi uma das mais duras conquistas das mulheres ao longo da história*. UMAR feminismos. Retrieved March 17, 2019, from
<http://www.umarfeminismos.org/index.php/component/content/article/15-noticias-e-comunicados/894-o-voto-foi-uma-das-mais-duras-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia>
- Vitorino, S. (2011a, February 28). Protesto da Geração à Rasca: 12 Março. Lisboa e Porto. *Panteras Rosa*. Retrieved March 19, 2019, from
<https://panterasrosa.blogspot.com/2011/02/>
- Vitorino, S. (2011b, November 22). Viva a Greve Geral! Dia 24 todxs à rua! *Panteras Rosa*. Retrieved March 19, 2019, from <https://panterasrosa.blogspot.com/2011/11/>
- Vitorino, S. (2012a, March 21). Insubmissão Trans Feminista Queer amanhã na greve geral. *Panteras Rosa*. Retrieved March 19, 2019, from
<https://panterasrosa.blogspot.com/2012/03/>

- Vitorino, S. (2012b, May 01). Trabalho Sexual é Trabalho! Direitos Sociais para quem presta serviços sexuais! *Panteras Rosa*. Retrieved March 19, 2019, from <https://panterasrosa.blogspot.com/2012/05/>
- Vitorino, S. (2013, June 24). 27 Junho — Greve Geral — Parar Tudo! *Panteras Rosa*. Retrieved March 19, 2019, from <http://panterasrosa.blogspot.com/2013/06/>
- Woodward, A. E. (2015). Travels, triangles and transformations. Implications for new agendas in gender equality policy. *Tijdschrift Voor Genderstudies*, 18(1), 5-18.

Data de submissão: 16/08/2022 | **Data de aceitação:** 25/01/2023



ASSISTÊNCIA PESSOAL E DESFAMILIARISMO

Um teste prático ao modelo de apoio à vida independente português

PERSONAL ASSISTANCE AND DISFAMILIARISM

A practical test of the Portuguese independent living support model

Pedro Nuno de Oliveira

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, Rua de D.

Estefânia, 195, 5.º D, 1000-155 Lisboa, Portugal

E-mail: 76pno.autor@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2941-1519>

Resumo: O familiarismo é uma das várias tradições transversais da história da deficiência, sendo mesmo uma realidade anterior ao processo de institucionalização. A literatura sobre o paradigma Vida Independente mostra o papel crucial da assistência pessoal na vida das pessoas com elevado grau de dependência para a criação de mais oportunidades de ativação, através de uma menor dependência de cuidados informais. Porém, os dados disponíveis refletem uma inadequação e uma insatisfação com os serviços na área da deficiência na União Europeia (UE), mesmo em países que já dotaram formalmente os seus regimes de deficiência com instituições promotoras do paradigma Vida Independente. Partindo da análise comparada entre Espanha, Itália, República da Irlanda e Portugal, tenta-se responder à questão: será que o nível de generosidade do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) português garante a desfamiliarização e termina com a dependência de cuidados informais? Os resultados comparados mostram uma forte dependência entre pessoas com deficiência e seus cuidadores/famíliares, mesmo em programas de assistência social mais generosos. Corre-se, assim, o risco do verdadeiro potencial emancipador de um MAVI não vir a ser atingido se se basear apenas na transferência dos cuidados familiares para a assistência pessoal. O sucesso deste processo de desfamiliarização depende do desenvolvimento de um ambiente seguro para todas as partes envolvidas, do reconhecimento e valorização dos conhecimentos e experiências da pessoa dependente e do cuidador informal, e da criação de uma microrrede de apoio associada a experiências significativas e valores.

Palavras-chave: neoinstitucionalismo, vida independente, familiarismo, assistência pessoal.

Abstract: Familiarism is one of several cross-cutting traditions in the history of disability, even preceding the institutionalization process. The literature on the Independent Living paradigm highlights the crucial role of personal assistance in the lives of individuals with high levels of dependency, in order to create more opportunities for activation through less dependence on informal care. However, available data reflect inadequacy and dissatisfaction with disability services in the European Union (EU), even in countries that have formally established institutions promoting the Independent Living paradigm. Therefore, based on a comparative analysis of Spain, Italy, the Republic of Ireland, and Portugal, this article aims to empirically address the research question: Does the level of generosity in the Portuguese Independent Living Support Model (MAVI) guarantee defamiliarization and eliminate dependence on informal care? The results reveal a strong dependency between individuals with disabilities and their caregivers/families, even in more generous social assistance programs. While acknowledging that personal assistance can enhance social inclusion for both caregivers and the assisted

individuals, we believe that an Independent Living Support Model (MAVI) should not solely rely on shifting familial care to personal assistance. The true emancipatory potential of a MAVI should be holistic, promoting the autonomy and decision-making power of the dependent person. The success of this defamiliarization process depends on establishing a secure environment for all parties involved, recognizing and valuing the knowledge and experience of the dependent individual and informal caregiver, and creating a micro support network associated with meaningful experiences and values.

Keywords: neoinstitutionalism, independent living, familiarism, personal assistance.

Introdução

A literatura mostra o papel crucial da assistência pessoal na vida das pessoas com elevado grau de dependência na criação de mais oportunidades de participação e menos sujeição a cuidados informais (Arnau et al., 2007; Leadbeater et al., 2008; Shakespeare et al., 2017). Porém, os inquéritos da União Europeia (European Union Agency for Fundamental Rights [FRA], 2017) refletem uma inadequação e uma insatisfação com os serviços disponíveis na área da deficiência: 16% das pessoas com deficiência “concordam” ou “concordam muito” com a afirmação “Sinto-me excluído da sociedade”, em comparação com 9% das pessoas sem deficiência. Os dados também mostram que cerca de 23% das pessoas com deficiência severa indicam que se sentem excluídas da sociedade, comparativamente a 14% das pessoas com deficiência moderada e a 9% das pessoas sem deficiência.

Segundo a mesma publicação, citando o European Health Interview Survey (EHIS), 61% das pessoas com deficiência recebe algum tipo de ajuda na realização de pelo menos uma tarefa diária (alimentação, entrar e sair de uma cama ou cadeira, vestir e despir, usar a casa de banho ou tomar banho). Neste grupo, 87% recebem ajuda na forma de assistência pessoal, 30% usam produtos de apoio e 19% beneficiam de adaptações habitacionais. Por outro lado, e apesar da proporção relativamente alta de pessoas com deficiência que recebem algum tipo de ajuda, a análise da FRA (2017) mostra que 25% destas pessoas sentem que os apoios não são suficientes. A assistência pessoal é o principal tipo de ajuda em falta entre as pessoas com deficiência que relatam não receber ajuda suficiente. Olhando para as pessoas com deficiência que ainda não recebem ajuda, um terço (33%) declara que precisa de apoio. A grande maioria destas pessoas (85%) diz que precisa de assistência pessoal.

Então, defendendo que o indicador de sucesso de um processo de reforma institucional promotora do paradigma Vida Independente deve ser a forma como os Modelos de Apoio à Vida Independente (MAVI) potenciam a autodeterminação, a dignidade e a cidadania efetiva das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas com maior grau de dependência, o propósito deste estudo é saber se o nível

de generosidade do MAVI português garante a desfamiliarização e termina com a dependência de cuidados informais?

Na primeira secção deste artigo faremos uma breve caracterização do paradigma Vida Independente, analisando com maior detalhe alguns dos seus aspetos mais fundamentais.

Na segunda secção analisaremos as características dos MAVI de Espanha, Itália, República da Irlanda e Portugal. A utilização do método comparativo permitirá integrar na análise a importância do contexto e ensaiar comparações entre estes países com o propósito de maximizar o número de casos em análise, mesmo que a tónica analítica se concentre num deles (King et al., 1994). Por outro lado, justificamos a opção de estudarmos os quatro casos de estudo escolhidos porque estes partilham entre si um padrão de desenvolvimento tardio e um papel público da Igreja Católica e do terceiro sector relevante na política da deficiência.

Como Linda Smith (1999) observa, a investigação social “não é um exercício académico inocente ou distante, mas uma atividade que tem algo em jogo e que ocorre num conjunto de condições políticas e sociais” (p. 5). Aceitando esta afirmação como verdadeira, na terceira secção, recorrendo às experiências pessoais do autor, testaremos empiricamente o nível de desfamiliarismo e de generosidade potenciado pelo MAVI português. Perante as informações recolhidas, veremos como as instituições políticas poderão potenciar o processo de desfamiliarização.

Utilizar o método auto etnográfico requer trabalhar a intersecção entre a biografia e a etnografia. Quando fazemos autobiografias:

apelamos muitas vezes à memória e à retrospectiva para refletir sobre experiências passadas; falamos com os outros sobre o passado; examinamos textos, fotografias, diários pessoais e gravações. Pode até implicar a consulta de notícias relevantes, blogs e outros arquivos relacionados com eventos de vida. (Adams et al., 2017, p. 2)

Já quando fazemos etnografia:

observamos, participamos e escrevemos sobre uma cultura e/ou uma experiência cultural. Entramos no “campo” cultural por um longo período, tomamos “notas de campo” sobre a nossa participação, e entrevistamos membros culturais (“insiders”) sobre as suas experiências, pensamentos e sentimentos. Juntos, o processo, os princípios e as práticas de autobiografia e etnografia contribuem para a forma como escrevemos e praticamos a auto etnografia, bem como os objetivos e propósitos que temos para o trabalho auto etnográfico. (Adams et al., 2017, p. 3)

Do conjunto de vantagens do trabalho auto etnográfico que Adams et al. (2017) listam, importa salientar, pela sua relevância para a nossa investigação, o contributo

da experiência pessoal dos auto etnógrafos não só no desmentir de guiões culturais, histórias e estereótipos nocivos, dominantes e dados por garantidos criados por *outsiders* culturais, mas também a relevância da sua experiência para complementar, ou preencher lacunas, de estudos existentes. Esta suposição sugere que o auto etnógrafo pode informar os leitores sobre aspetos da vida cultural que outros investigadores podem não conhecer, descrever momentos de experiência quotidiana que não podem ser capturados através de métodos de investigação mais tradicionais e ainda escrever sobre o impacto das experiências que acontecem em contextos privados, como no quarto, na casa de banho ou interações diárias.

Caracterização do paradigma Vida Independente

Nesta seção iremos analisar com maior detalhe alguns dos seus aspetos mais fundamentais do Movimento Vida Independente (MVI).

Visando o respeito pela autodeterminação, dignidade e direito a uma cidadania efetiva das pessoas com deficiências, o MVI sustenta um conjunto de princípios que lhe dão corpo enquanto movimento de ação (Ratzka, 1989; Zola, 1988): capacitação, modelos de autoajuda, aconselhamento interpares, desmedicalização, desinstitucionalização, desprofissionalização, controlo absoluto sobre os serviços disponíveis, controlo sobre as organizações representativas e trabalho em rede. E enquanto abordagem sistémica e em termos operativos, o MVI assenta num conjunto de cinco elementos facilitadores (Arnau et al., 2007; Oliveira, 2015; Oliveira & Partidário, 2008; Zarb & Nadash, 1994): *design* universal, educação para a cidadania, assistência pessoal e serviços de apoio, produtos de apoio e suplementos financeiros (benefícios fiscais e pagamentos diretos).

Fomos questionados recentemente porque é que não incluíamos nesta lista a educação ou o emprego. Reconhecemos a pertinência da questão e a importância basililar da educação e do emprego nos processos de inclusão e participação social de todos os cidadãos nas sociedades do conhecimento, incluindo as pessoas com deficiência (Blick et al., 2016; Broderick, 2018; Innerarity, 2012; Resolution No. A/RES/61/106, 2007; Välimaa & Hoffman, 2008). Contudo, diremos que ambos poderão ser classificados como facilitadores de segundo nível porque: *i*) a inclusão educativa ou laboral tem uma relação causal positiva com a existência dos facilitadores listados, sobretudo nos casos das pessoas com deficiência com maior dependência; e *ii*) nem sempre a condição biológica e/ou psicológica da pessoa com deficiência influencia a sua inclusão educativa ou laboral, pois importa observar fatores ambientais e contextuais, a função a desempenhar, o nível de severidade e grau de dependência resultantes da incapacidade ou a fase da vida em que surge a deficiência.

Nesta filosofia, a assistência pessoal ganha uma importância central enquanto facilitador do processo de inclusão e participação societal de todas as pessoas com deficiência (Barnes, 1991; Berthoud et al., 1993; Independent Living Resource Center [ILI], 1992; Morris, 1993) porque a pessoa assistente pessoal é uma pessoa remunerada que contribui para que a pessoa com deficiência ou incapacidade tenha uma vida independente, apoiando-a na realização das atividades que, em razão das limitações decorrentes da sua interação com as condições do meio, não possa realizar por si própria (Decreto-Lei n.º 129/2017, 2017, art.º 5.º). Mas é também alguém cuja função contribui, pelo menos em teoria, para uma elevada redução da dependência do apoio informal da família ou de amigos, permitindo a estes aumentar os seus níveis de participação em outras áreas da vida social e económica (Zarb, 2003; Zarb & Nadash, 1994; Zarb & Oliver, 1993).

Além disto, segundo Shakespeare et al. (2017), a capacidade de controlar todos os processos associados à relação laboral permite ao contratante com deficiência determinar os limites do relacionamento, definir “a agenda”, as regras de controlo na relação laboral e o poder de fazer prevalecer os seus interesses. Isto pode elevar o estatuto dos empregadores aos olhos dos seus trabalhadores. Por sua vez, a associação da casa a uma ética da privacidade, ao poder de excluir e à identidade incorporada permitem às pessoas com deficiência resistir à dominação profissional dos assistentes pessoais.

A mesma investigação destaca ainda a existência de relações de estilo mestre-servo e relações baseadas na solidariedade. Nas relações de estilo mestre-servo, as hierarquias tradicionais de cuidados são substituídas por relacionamentos onde as pessoas com deficiência tem um poder ilimitado e os assistentes pessoais ficam vulneráveis a abusos de poder — sendo desrespeitados, sujeitos a abusos verbais ou vendo os seus direitos laborais desrespeitados. Por outro lado, nas relações baseadas na solidariedade, os assistentes pessoais transformam-se em amigos e por isso podem ter dificuldade em deixar o trabalho a tempo ou sentir uma obrigação implícita de trabalhar fora das suas horas remuneradas.

Os mesmos autores afirmam ainda que os assistentes pessoais muitas vezes se sentem como se fossem pouco mais do que uma “ferramenta” dos seus empregadores com deficiência e que têm de lutar contra sentimentos de subordinação dado o pouco controlo sobre os seus ambientes ou práticas de trabalho.

Estudar o impacto da chegada da pessoa assistente pessoal na vida dos cuidadores informais é, na nossa opinião, essencial para que o MAVI possa garantir uma boa transição para a vida independente¹. Barrett et al. (2014) sobre os cuidadores informais que prestam cuidados ao longo da vida a pessoas com deficiência severa dizem que esta realidade é um compromisso ao longo da vida, aparentemente

contra-natura, que liga intimamente o destino do cuidador ao da pessoa com deficiência ao longo das diferentes fases da vida² porque à medida que os pais envelhecem surge a preocupação com a questão de capacidade de manutenção dos cuidados.

Mas para além desta evidência, acrescentamos a “outra face da moeda”, aparentemente ausente da literatura: algumas pessoas com deficiência severa com o passar do tempo também vão adquirindo a consciência de que vivem num “Mundo” que não lhes assegura nem as condições que lhes permita a manutenção do nível de qualidade de vida a que estarão habituados, quando a cuidadora ou cuidador deixar de poder desempenhar esse papel (algo temporalmente inevitável), nem as condições que lhes permitam, enquanto filho, filha ou familiar, monitorizar os cuidados que a cuidadora ou o cuidador possa necessitar para ter um fim de vida digno.

Esta ligação pode levar ao isolamento dos cuidadores ao longo da vida (United Nations Economic Commission for Europe [UNECE], 2019), transformar muitos cuidadores em “pais perpétuos” (Kelly & Kropf, 1995) e sujeitar estas pessoas a um elevado desgaste físico, psíquico e emocional (Hellendoorn, 2009; Power, 2010).

A falta de apoios para além da família representa muitas vezes uma barreira intransponível para a ativação societal dos cuidadores informais (Barrett et al., 2014) e para a transição para a idade adulta independente da pessoa em situação de dependência porque coloca possíveis problemas à afirmação da sua soberania decisória. Isto pode criar a sensação de estarem institucionalizadas nas residências dos pais (Fontes, 2018; P. C. Pinto, 2011). Esta falta de apoios pode levar à diminuição de expectativas, pois a maioria dos pais com menos recursos achará isto impossível e será tentada a adotar um estilo de parentalidade menos emancipadora numa sociedade menos empática, mais individualista e sobretudo narcísica (Hendey & Pascall, 2001; MacDonald, 2014; Ullrich & Rocha, 2020).

Os cuidados ao longo da vida a pessoas com deficiência severa ficam sujeitos à reavaliação e redefinição ao longo dos anos, à medida que o cuidador fica mais consciente das implicações a longo prazo (Todd & Shearn, 1996a, 1996b). Através deste processo, os cuidadores, seja como pais perpétuos ou cuidadores da geração sanduíche³, adquirem, pela prática, capacidade de supervisionar o bem-estar do

-
- 1 Claro que não negamos a existência de situações de violência para com as pessoas com deficiência, inclusive no meio de famílias disfuncionais (Fontes, 2016; Roulstone & Mason-Bish, 2012). Mas nesses casos, o desenvolvimento de competências em prol da emancipação destas pessoas terá de ocorrer fora desse contexto.
 - 2 O estereótipo de que a relação parental numa família nuclear fica completa quando o jovem atinge a idade adulta, faz com que os cuidados que se prolongam pela vida adulta sejam vistos como algo anormal. Isto pode ser facilmente contestado na família “normal”, que passa por muitos ciclos de apoio aos jovens adultos perante as vicissitudes da vida adulta.

indivíduo com deficiência, conhecimento especializado sobre a deficiência ou doença, sobre as possíveis opções de tratamento, medicamentos e produtos de apoio, assim como experiência na gestão das exigências da situação de cuidados e de comportamentos. Normalmente chegam a um ponto de conhecimento em que já não esperam passivamente que outros lhes forneçam soluções.

Apesar disto, muitos pais de filhos com deficiência afirmam que a maioria das decisões relativas aos seus filhos adultos continuam a ser tomadas por profissionais, marginalizando-os e tratando-os com condescendência (Scorgie et al., 1999; Soodak & Erwin, 1995; Valle & Aponte, 2002). Uma forma de ultrapassar esta realidade é o reconhecimento dos cuidadores informais como cuidadores especializados no papel de mentores comunitários. Quando isto acontece, os cuidadores informais tornam-se parte de uma resposta sistémica às necessidades sociais.

Por fim, a literatura também menciona que o aumento das despesas com itens gerais (por exemplo, cuidados de saúde, alimentos ou consumíveis) ou com itens específicos da deficiência (por exemplo, produtos de apoio, reabilitação, assistência pessoal e adaptação do domicílio)⁴ (Antón et al., 2016; Mitra et al., 2017) é um fator que vai corroendo gradualmente o capital (social e económico) familiar disponível e ameaça reduzir a qualidade de vida de muitas mulheres com familiares dependentes ao seu cuidado e outros papéis domésticos devido a um acesso reduzido ao mercado de trabalho remunerado num contexto societal onde a população está a envelhecer, as famílias são mais pequenas, existem mais mães solteiras e com menos rendimentos devido ao divórcio (Barrett et al., 2014; Ferrera, 1996, 2010; UNECE, 2019).

Assim, a vantagem da adopção de mecanismos de financiamento direto é que cria uma situação sustentável que tende a criar um grau de flexibilidade e escolha na vida do indivíduo com deficiência (Siegel et al., 2009). Este aumento de poder de compra tem o potencial de criar um mercado de serviços mais ajustado às suas necessidades. Isto acontece, mesmo que a atribuição destes benefícios dependa da existência de determinadas condições de apoio no ambiente mais amplo (Arksey & Glendinning, 2007).

Tendo em conta o descrito, diremos que o processo de desfamiliarização terá de ter em conta a trajetória de *empowerment*, o saber fazer e a resiliência comum da pessoa em situação de dependência e do cuidador informal.

3 Embora o termo “geração sanduíche” se refira ao cuidado de alguém mais velho, enquanto cuidamos e educamos crianças dependentes (Chisholm, 1999), chamamos a atenção para a forma como estes desafios são maiores quando os adultos de meia-idade são confrontados com a obrigação de equilibrar as necessidades dos seus próprios filhos com deficiência com as exigências e necessidades dos pais envelhecidos (Lingren & Decker, 1992).

4 Estes custos são influenciados pela experiência individual da pessoa: a sua incapacidade, recursos, interação com o ambiente em que vive, incluindo os preços e a acessibilidade dos bens e serviços.

Na secção seguinte iremos analisar, numa perspetiva comparada, os dados sobre cuidados informais e as características dos MAVI nos casos de Espanha, Itália, República da Irlanda e Portugal.

O MAVI português numa perspetiva comparada

Um vasto acervo teórico neoinstitucionalista (Hall & Taylor, 1996; Pierson & Skocpol, 2002; R. A. W. Rhodes et al., 2006) sustenta os progressos significativos da investigação comparativa sobre o Estado-Providência e as políticas de *welfare*, sobretudo desde a distinção entre regimes feita por Esping-Andersen (1990, 1999). Muitas vezes assente nestas tipologias (não só as propostas por Esping-Andersen), a literatura sobre o Estado-Providência tem distinguindo regimes que investem mais em políticas sociais da era industrial e outros regimes que investem mais em políticas da era pós-industrial: as primeiras procuravam garantir a proteção do rendimento perante a não participação no mercado de trabalho e as segundas destinam-se à ativação dos destinatários no mercado laboral remunerado, através da cobertura de novos riscos, e garantindo a satisfação de outras necessidades menos dependentes da participação no mercado de trabalho (Armingeon & Bonoli, 2007; Häusermann, 2012).

Sabendo a importância que as tipologias assumem nos estudos sobre o Estado-Providência, começamos por resumir na Tabela 1 as características dos *welfare regimes* liberal, conservador-corporativista, social-democrata e mediterrânico.

A comparação feita confirma que o regime mediterrânico apresenta uma natureza híbrida onde muitas responsabilidades intergeracionais de cuidado com crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência ou doentes crónicos dependem sobretudo das relações familiares e informais, num contexto institucional de “familiarismo desapoiado” marcado pela ausência, fragilidade e caráter rudimentar dos programas sociais de apoio às famílias, pela sua grande centralidade e presença do terceiro setor e das organizações religiosas como prestadores de serviços (Branco, 2017; Ferrera, 1996, 2010; Joaquim, 2015; Leibfried, 1992; Martin, 2015). Estas características são muito diferentes quer do “familiarismo apoiado” *bismarkiano* dos regimes conservadores-corporativistas, quer da aposta na “desfamiliarização” característica dos regimes social-democratas que apoiam as famílias, não só a contratar serviços e profissionais para externalizar parte dessas tarefas, mas também empregados no mercado de trabalho formal ou informal (Esping-Andersen, 1990, 1999).

A Tabela 2 permite quantificar a importância dos apoios informais nos estudos de casos.

Tabela 1 Tipologias de *Welfare Regimes*

	Liberal	Conservador-Corporativista	Social-Democrata	Mediterrânico
Objetivo	Permitir que os indivíduos realizem todo o seu potencial sem as restrições de hierarquias sociais pré-existentis.	Preservar a estratificação social tradicional e a posição privilegiada do estado.	Construir uma sociedade solidária e igualitária através da ação pública.	Assegurar uma rede de proteção social desigual, minimalista e fragmentada, de matriz corporativa e clientelar. Um sistema onde: As políticas laborais são mal desenvolvidas e seletivas; Existe delegação operacional das políticas sociais no terceiro setor e; Esquemas de apoio familiar informais desempenham um papel central.
Necessidade da prova de meios	Alta	Média	Baixa	Média/Alta
Nível de universalismo	Baixo	Médio	Alto	Médio
Nível de desmercantilização	Baixo	Médio	Alto	Médio e Assimétrico
Nível de predominância da proteção de cariz familiar	Baixo	Médio/Alto (apoiado)	Baixo	Alto (desapoiado)
Nível de subsidiariedade	Alto	Alto	Baixo	Baixo
Nível de generalização dos padrões mais altos de proteção social	Baixo	Alto/amplio	Alto	Baixo
Nível de estratificação dos benefícios de acordo com os rendimentos	Alto (rendimentos)	Médio (estatuto profissional)	Baixo	Médio (estatuto profissional)
<i>Nexus</i> de solidariedade	Mercado	Estado/Família	Estado	Família
Prestadores de serviços	Privados e Entidades sem fins lucrativos	Entidades sem fins lucrativos e organizações religiosas	Estado	Entidades sem fins lucrativos e organizações religiosas
Fonte de financiamento	Impostos (+) & contribuições (-)	Contribuições	Impostos	Impostos (-) & contribuições (+)
Ideologia de <i>welfare</i>	Beveridge	Bismarck	Socialismo	Híbrido

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com Bonoli (2003), Esping-Andersen (1990, 1999), Ferrera (1996, 2000, 2010), Leibfried (1992), Martin (2015), Moreno (1996) e M. Rhodes (1996) (citado em Oliveira, 2021).

Tabela 2 Pessoas cuidadoras informais em % da população total

Países	Espanha	Itália	República da Irlanda	Portugal
Total	16,0	17,0	10,0	13,0
Sexo				
Homens	13,0	16,0	9,0	9,0
Mulheres	19,0	19,0	11,0	17,0
Grupos Etários				
18-34	14,0	12,0	6,0	8,0
35-64	19,0	20,0	13,0	17,0
65+	11,0	18,0	8,0	10,0

Fonte: Elaborado pelo autor usando os dados do EQLS de 2016, disponíveis em Zigante (2018).

Tabela 3 Pessoas cuidadoras informais em % da população em idade ativa (18-64) e por estatuto laboral

Países	Espanha	Itália	República da Irlanda	Portugal
Pessoas não cuidadoras	87,6	89,5	86,3	93,1
Pessoas cuidadoras com emprego	6,6	5,8	6,2	3,6
Pessoas cuidadoras sem emprego	5,8	4,7	7,4	3,3
Total de pessoas cuidadoras	12,4	10,5	13,6	6,9

Fonte: Elaborado pelo autor usando os dados do EQLS de 2016, disponíveis em Zigante (2018).

Perante os dados da Tabela 2, é possível perceber que uma percentagem considerável da população geral dos quatro países autointitula-se como cuidadora. Por sua vez, em todos os países em estudo há mais mulheres cuidadoras do que homens cuidadores e a maioria da população cuidadora tem uma idade entre os 35 e os 64 anos.

Os dados da Tabela 3 permitiram constatar que, com exceção do caso irlandês, a maioria destas pessoas acumula o papel de cuidadora informal com alguma atividade laboral. Este facto contradiz as evidências que revelam taxas de emprego feminino tradicionalmente baixas no modelo mediterrânico (Ferrera, 2000; Martin, 2015).

No entanto, a criação de Modelos de Apoio à Vida Independente (MAVI) no seio de todos os regimes de *welfare*, independentemente da sua tipologia, visa implementar mecanismos de apoio à contratação de serviços formais ou informais de assistência pessoal dirigidos às pessoas com deficiência.

Neste sentido, a Tabela 4, que resume as características dos MAVI em estudo, mostra que estes refletem o modelo político-administrativo e as responsabilidades

institucionais atestam o modelo de *governance* multinível (vertical) de cada caso. Ou seja, segundo os indicadores “Legislação Principal” e “Responsabilidades Institucionais” confirma-se uma maior fragmentação de poder em Espanha e Itália, devido à maior preponderância regional, e o envolvimento operacional de agentes públicos, privados e sociais locais em todos os casos (Griffo & Tarantino, 2019; Health Service Executive [HSE], 2018; Instituto de Mayores y Servicios Sociales [IMSERSO], 2019; Moloney, 2019; P. C. Pinto & Kuznetsova, 2019; Verdugo & Jenaro, 2019). Esta responsabilidade em Portugal é exclusiva dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI) (Decreto-Lei n.º 129/2017, 2017, art.º 21.º).

No que diz respeito ao indicador “Desinstitucionalização” os dados indicam que em todos os casos as pessoas com deficiência vivem maioritariamente no seio das famílias. Apenas as pessoas com deficiências intelectuais mais severas apresentam um maior índice de institucionalização (Griffo & Tarantino, 2019; HSE, 2018; IMSERSO, 2019; Moloney, 2019; P. C. Pinto & Kuznetsova, 2019; Verdugo & Jenaro, 2019).

Os indicadores “Acesso e Cobertura” e “Prova de Meios” mostram que em Espanha e Itália os MAVI são claramente não universais porque a regulamentação regional usa medidas de *targeting* em ambos os indicadores. Na Irlanda, apesar de todas as pessoas com deficiência serem elegíveis para aceder ao serviço de assistência pessoal, este país opta pela prova de meios. Os projetos-piloto em curso em Portugal são universais em termos de acesso e cobertura, mas ainda não permitem descortinar qual será a opção do legislador quanto à prova de meios (Aogáin et al., 2019; Decreto-Lei n.º 129/2017, 2017; European Network on Independent Living [ENIL], 2013, 2015a, 2015b; IMSERSO, 2019; P. C. Pinto & Kuznetsova, 2019)⁵.

O indicador “Financiamento” mostra que a assistência pessoal é sobretudo um serviço prestado por um prestador de serviço financiado diretamente pelo estado/região nos quatro casos, em detrimento dos mecanismos de financiamento direto aos cidadãos, apesar destes mecanismos serem uma possibilidade legal complexa em Espanha e uma realidade regional variável em Itália. Na Irlanda decorre, desde 2019, em fase experimental, a implementação de um esquema de orçamentos pessoais (Aogáin et al., 2019). Já em Portugal, os projetos-piloto financiam os serviços aos prestadores de serviço através de um modelo cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, existindo pouca clareza sobre qual será o modelo de financiamento adotado na fase de consolidação do MAVI (Decreto-Lei n.º 129/2017, 2017; P. C. Pinto & Kuznetsova, 2019).

Perante estes esquemas de financiamento, e não tendo dados sobre o financiamento direto para todos os casos em estudo, utiliza-se o indicador “Horas de

5 Sobre os conceitos de universalismo e *targeting* (Mkandawire, 2005; Cantillon et al., 2014).

serviço de Assistência Pessoal (AP)” para perceber o nível de generosidade⁶ dos MAVI em estudo porque permite perceber as horas pagas de assistência pessoal a que o beneficiário tem direito. Assim, em Espanha cada comunidade autónoma tem regulamentações específicas sobre este serviço e, para além de não existir um custo/hora tabelado, o salário máximo fornecido pelo nível básico da prestação (sem considerar o copagamento) só permite usufruir de 2,5 a 3 horas por dia de assistência pessoal (ENIL, 2015a). Em Itália o número de horas de AP varia de região para região e a legislação nacional não estabelece intervalos mínimos nem máximo de horas (ENIL, 2015b).

Na Irlanda, legalmente, as horas de serviço dependem das necessidades individuais e do nível de incapacidade das pessoas, bem como do seu contexto e estatuto laboral. Mas dados de 2017 mostram que 65% dos beneficiários dos serviços recebem aproximadamente 10 horas por semana de assistência pessoal e apenas 7% dos beneficiários recebem 40 ou mais horas por semana (National Disability Authority [NDA], 2019), mas aqueles que precisam deste serviço acham o processo de candidatura problemático, por falta de um procedimento padronizado, e aqueles que já usufruem deste, não têm nenhuma segurança quanto à continuação ou extensão do serviço devido à falta de proteção legislativa (ENIL, 2013; Aogáin et al., 2019). Em Portugal existe um limite máximo por pessoa destinatária (maiores de 16 anos) de 40 horas por semana. Só em situações excecionais e devidamente fundamentadas, as horas de apoio poderão atingir até 24 horas diárias, desde que cada CAVI não tenha mais de 30% de pessoas apoiadas nestas circunstâncias (P. C. Pinto & Kuznetsova, 2019).

Ora, perante os resultados dos indicadores “Desinstitucionalização” e “Horas de serviço de Assistência Pessoal (AP)”, será expectável que o indicador “Familiarismo e Cuidados informais” revele um elevado grau de dependência das pessoas com deficiência face ao apoio de familiares e de cuidadores informais por falta de alternativas em todos os casos (Aogáin et al., 2019; Decreto-Lei n.º 129/2017, 2017; ENIL, 2013, 2015a, 2015b; IMSERSO, 2019; P. C. Pinto & Kuznetsova, 2019). A conjugação destes resultados com a informação que a maioria das pessoas cuidadoras informais tem uma atividade laboral (Tabela 3), mostra a importância histórica da existência de serviços de acolhimento diurno, mesmo que não emancipem as pessoas com deficiência

6 Na contribuição original de Esping-Andersen, a desmercantilização refere-se ao “grau em que indivíduos, ou famílias, podem manter um nível de vida socialmente aceitável independentemente da participação no mercado” (Esping-Andersen, 1990, p. 37). Embora a ideia original de desmercantilização esteja conceptualmente bem fundamentada, o termo “desmercantilização” captura apenas um certo aspeto dos objetivos das políticas de bem-estar. Por isso, opto por adotar o termo usado por Lyle Scruggs (2014, p. 5) “generosidade dos benefícios” porque reflete o objetivo e o alcance das prestações sociais de uma forma mais geral.

Tabela 4 Modelos de Apoio à Vida Independente (2020)

Tópico	Ideal	ES	IT	IE	PT (projetos-piloto)
Legislação Principal	O indicador reflete o modelo político-administrativo do país.	Enquadramento nacional e regional.	Enquadramento nacional e regional.	Enquadramento nacional.	Enquadramento nacional.
Responsabilidades Institucionais	O modelo deve assegurar um ponto focal capaz de materializar uma coordenação horizontal e uma <i>governance</i> multinível integradas e eficazes, para evitar a ocorrência de processos de mudança ocultos.	Regiões, municípios, privados e Organizações Não Governamentais (ONG).	Regiões, municípios, privados e ONG.	Ministério da Saúde (Entidades locais da Health Service Executive - HSE, privados e ONG).	Centros de Apoio à Vida Independente.
Desinstitucionalização	O foco da política do setor da deficiência deve ser o potenciar a inclusão e participação societal das pessoas com deficiência.	As pessoas com deficiência estão maioritariamente fora dos cuidados institucionais. Apenas aquelas pessoas com deficiências intelectuais mais severas estão institucionalizadas.			
Acesso e Cobertura	Acesso universal de todas as crianças e adultos que tenham deficiências congénitas ou adquiridas que precisem de assistência em pelo menos uma das atividades da vida diária, como ajuda para vestir/despir, higiene pessoal, comer, comunicação ou outra assistência de alguém com conhecimento detalhado do seu comprometimento funcional específico.	A nível da legislação nacional não existe qualquer restrição, só a nível regional (deficiências de desenvolvimento e crianças).	Todas as pessoas com idades entre os 18 e os 64 anos, com deficiências congénitas ou adquiridas que causem um elevado grau de dependência. São excluídas as pessoas com deficiências de desenvolvimento e as pessoas com deficiências que não geram situações de dependência.	Todas as pessoas com deficiência são elegíveis para aceder ao serviço de assistência pessoal.	Todas as pessoas com deficiência ou incapacidade maiores de 16 anos que necessitam de apoio para prosseguir a sua vida de forma independente.
Horas de serviço de Assistência Pessoal (AP)	O número de horas de AP deve ser determinado pela pessoa e não pelas suas atividades ou níveis de dependência. O serviço 24 horas por dia/sete dias por semana (aproximadamente 115 das 168 horas) deve ser uma característica do sistema, com a possibilidade de receber assistência dupla, se necessário. Podem ser concedidas horas de apoio adicionais em caso de doenças temporárias, férias ou tarefas no trabalho que exijam mais assistência. Por vezes, alguns beneficiários têm dois assistentes simultaneamente. Considera-se a necessidade de assistência pessoal em todas as atividades relacionadas com a vida cotidiana, com base no estilo de vida.	Não existe um custo/hora tabelado. O salário máximo fornecido pelo nível básico da prestação (sem considerar o copagamento) permite pagar cerca de 2,5 a 3 horas por dia de assistência pessoal.	O número de horas de AP varia de região para região e a legislação nacional não estabelece intervalos mínimos nem máximo de horas.	As horas de serviço (semanais) dependem das necessidades individuais e do nível de incapacidade das pessoas, bem como do seu contexto e estatuto laboral. Atualmente, não há direito legal à assistência pessoal na Irlanda. 65% dos beneficiários dos serviços recebem aproximadamente 10 horas por semana e apenas 7% dos beneficiários recebem mais de 40 horas por semana.	Limite máximo de até 8 horas/dia pagas para 70% dos utentes de cada CAVI e até 24 horas/dia para uma quota de 30%.

Familiarismo e Cuidados informais	O grau de dependência das pessoas com deficiência face ao apoio de familiares e de cuidadores informais deve ser reduzido.	Elevado grau de dependência das pessoas com deficiência face ao apoio de familiares e de cuidadores informais.			
Financiamento	Os orçamentos para a assistência pessoal devem ser definidos, independentemente do rendimento pessoal do titular do orçamento. Deve existir uma fonte centralizada de financiamento para financiar um "Subsídio de assistência" identificado na lei.	O financiamento depende de região para região sendo partilhado entre a administração central, as regiões e, em alguns casos, o utilizador.	Atualmente, não há direito legal a um orçamento pessoal na Irlanda. No entanto, decorre desde 2019, em fase experimental, a implementação de um esquema de orçamentos pessoais.	Projetos-piloto financiados pelo Portugal 2020.	
Flexibilidade	A pessoa com deficiência deve ter um controlo total sobre a gestão das horas de AP e do orçamento atribuído. As pessoas devem poder escolher os fornecedores dos serviços. Os fundos são pagos antecipadamente e os utilizadores de assistência também podem solicitar ainda o pagamento de despesas de acompanhamento com os assistentes pessoais. O apoio é coordenado e personalizado para satisfazer as necessidades individuais do utilizador e projetado para ser acessível a quem precisa, fortalecendo a capacidade de viver uma vida independente.	Pouca flexibilidade (apenas pode ser utilizada na educação e trabalho).	Depende de região para região.	Pouca flexibilidade e pouca capacidade de controlar o serviço de AP.	Sem restrições.
Prova de Meios	O acesso aos mecanismos de apoio à Vida Independente deve ser universal.	Não universal ("Acesso e Cobertura" e "Prova de Meios").	Não universal ("Acesso e Cobertura" e "Prova de Meios").	Não universal ("Prova de Meios").	Universal ("Acesso e Cobertura").

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com Aogáin et al. (2019), Decreto-Lei n.º 129/2017 (2017), ENIL (2013, 2015a, 2015b), Griffo e Tarantino (2019), HSE (2018), IMSERSO, (2019), Moloney (2019), NDA (2019), P. C. Pinto e Kuznetsova (2019) e Verdugo e Jenaro (2019) (citado em Oliveira, 2021).

(Braddock & Parish, 2001), e o gradual investimento no ensino inclusivo, para permitir algum grau de integração laboral aos cuidadores informais (Belafatti, 2021; Giedraityte, 2021; T. Pinto, 2021; P. C. Pinto & Neca, 2020; Sabater, 2021).

No indicador "Flexibilidade", Espanha revela níveis baixos relativamente ao tipo atividade para o qual a assistência pessoal pode ser utilizada (apenas educação e trabalho). Em Itália os níveis de flexibilidade variam entre regiões; a evidência empírica sugere que o serviço de AP da Irlanda está a diminuir o nível de *empowerment* dos utentes e a sua capacidade de controlar o serviço, ao passo que em Portugal o *design* do MAVI não cria limites de contexto à utilização de AP (Aogáin

et al., 2019; Decreto-Lei n.º 129/2017, 2017; ENIL, 2013, 2015a, 2015b; IMSERSO, 2019; P. C. Pinto & Kuznetsova, 2019).

Na secção seguinte testaremos empiricamente o nível de desfamiliarismo e de generosidade potenciado pelo MAVI português.

Teste empírico ao MAVI português: experiências reais e soluções político-institucionais que podem potenciar o processo de desfamiliarização

Partindo das experiências pessoais do autor, contaremos a história de um aluno universitário (“Aluno A”) com o propósito de testar empiricamente o nível de desfamiliarismo e de generosidade potenciado pelo MAVI português. Perante as informações recolhidas, veremos como as instituições políticas poderão potenciar o processo de desfamiliarização.

Assim, defendendo que o indicador de sucesso de um processo de reforma institucional promotora do paradigma Vida Independente deve ser a forma como os MAVI potenciam a autodeterminação, a dignidade e a cidadania efetiva das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas com maior grau de dependência, os critérios que presidiram à construção deste teste foram:

- A condição biológica e psicológica do Aluno A. Este aluno com 21 anos é uma pessoa com deficiência com alterações das funções neuromusculoesqueléticas com problemas severos de mobilidade (mudar a posição básica do corpo) e forte compromisso das faculdades de manipulação. Necessidade de apoio pessoal permanente para o desenvolvimento de todas as tarefas quotidianas e de produtos de apoio para todas as funções relacionadas com o movimento, tarefas de cuidado pessoal e da vida doméstica, para mover o corpo e realizar deslocações, assim como de meios de transporte adaptados (Portugal, 2010) e;
- A densidade horária do primeiro ciclo do curso de licenciatura de Ciências da Comunicação (Área Opcional de Comunicação Estratégica) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa no ano letivo 2020/2021 (Tabela 5) que coincide com as horas de maior fluxo de trânsito na ida para os empregos e no regresso a casa.

Esta análise centra-se nas categorias assistência pessoal, dinâmica familiar⁷, relações de poder⁸ e outros serviços (de apoios) ⁹.

7 A dinâmica familiar refere-se aos padrões de interação entre parentes, aos seus papéis e relacionamentos, e aos vários fatores que moldam as suas interações (Gunn & Eberhardt, 2019).

No que diz respeito a outros intervenientes, incluiremos ainda neste teste uma Cuidadora Informal experiente de 45 anos, funcionária pública (secretariado de direção departamental), familiar do Aluno A com quem partilha casa num município nas imediações de Lisboa e um Assistente Pessoal com 35 anos, casado, com um filho, habilitado com carta de condução e residente num município territorialmente contínuo ao do Aluno A (a 30 minutos da casa deste), também nos arredores de Lisboa.

A observação etnográfica corresponde a todo o ano letivo e a mesma tem em conta as interações do Aluno A com estas pessoas, restante universo universitário e familiar no dia a dia.

Assistência Pessoal

Na atual fase experimental, o legislador português optou por ser conservador e desenhou um MAVI onde são os CAVI que prestam o serviço de assistência pessoal (Decreto-Lei n.º 129/2017, 2017, art.º 16.º), através de um Assistente Pessoal com quem é celebrado um contrato de trabalho em comissão de serviço, conforme o estabelecido no artigo 161.º do Código do Trabalho (Instituto Nacional para a Reabilitação [INR], 2017).

Deste modo, o processo de recrutamento desta prestação de serviços do CAVI mais próximo da zona de residência do Aluno A (CAVI X) respeitou os direitos e deveres da pessoa destinatária da assistência pessoal, assim como as regras inerentes quer ao processo de recrutamento e seleção, quer à contratação — respetivamente artigos 11.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 129/2017 (2017).

As tarefas para as quais foi contratado o Assistente Pessoal, incluem:

- *Atividades básicas:* apoio às idas à casa de banho, vestir/despir e apoio à refeição (não inclui confeção/preparação) em todas as atividades da vida do Aluno A.
- *Atividades estudantis:* apoio nas deslocações, apoio nas deslocações no local onde estuda e em atividades de estudo, apoio na atividade estudantis (pegar em documentos, posicionamento de equipamentos para usar, tirar apontamentos, pegar em livros, etc.).

8 Max Weber (2009, p. 180) entende por poder “(...) a oportunidade de um homem ou de um número de homens para concretizar a sua própria vontade numa ação comunitária, mesmo contra a resistência de outros que são participando da ação”.

9 Incluímos neste conjunto, todos os serviços que, no entender do consumidor com deficiência, lhe satisfaça uma necessidade básica, de suporte ou de ativação e/ou lhe proporcione a realização de experiências com significado e valores (Lindsay & Rocchi, 2004).

Desde logo, fazemos notar que neste caso o Aluno A optou por não atribuir ao assistente pessoal atividades diretamente relacionadas com a sua higiene pessoal íntima. As seguintes razões conduzem a esta decisão:

Em primeiro lugar, isto só pode acontecer porque existe uma Cuidadora Informal experiente, disponível e em condições biológicas e psicológicas de realizar estas atividades enquanto se criam as condições de confiança, intimidade e cumplicidade mútuas entre a pessoa que recebe a assistência e a pessoa assistente pessoal para se concretizar a transição¹⁰, algo que acontece com o passar do tempo e será facilitado pela criação de um ambiente de trabalho positivo, inclusivo, tolerante ao erro e inspirador de um espírito de equipa (Diamond & Diamond, 2007).

Em segundo lugar, porque a carga horária do curso do Aluno A absorve as oito horas de assistência pessoal diárias previstas na lei para 70% dos utentes dos CAVI (Decreto-Lei n.º 129/2017, 2017, art.º 9.º). Isto obriga necessariamente à combinação de vários outros apoios e explica também a impossibilidade de envolver o assistente pessoal em atividades de lazer.

De facto, a rotina do Aluno A até chegar à FCSH às 08h00 será aproximadamente esta:

- 06h00 – 07h00: durante este período, para além de se preparar, a Cuidadora Informal terá de levantar, vestir e higienizar o Aluno A¹¹.
- 07h00 – 08h00: saída de casa, transferência do Aluno A da cadeira de rodas para o automóvel, arrumar a cadeira de rodas no automóvel e seguir para o trânsito no sentido periferia-Lisboa, sabendo que os condutores consomem, em média, 42 minutos em filas de trânsito por dia, conforme o índice de tráfego da empresa TomTom (Nunes, 2019).

Só esta situação permite que a pessoa assistente pessoal comece a trabalhar apenas no período em que apoia o Aluno A na FCSH. Caso o Aluno A dependesse do assistente pessoal para realizar esta rotina, teríamos de contabilizar o tempo da rotina pessoal da pessoa assistente (na sua casa) e o tempo em trânsito para fazer o percurso até à casa do Aluno A. Neste cenário, as oito horas de trabalho do assistente pessoal começariam às 06h00, na casa do Aluno A, e mais cedo concretizaria as oito horas de trabalho obrigando a uma maior dependência de outros apoios informais¹².

10 Importa referir que a transição referida não é nem obrigatória, nem imediata. A partilha de tarefas pode ser uma forma de não exclusão de um cuidador de longa duração (Barrett et al., 2014) ou, no caso dos casais, uma forma de salvaguardar a integridade e o equilíbrio emocional do relacionamento.

11 Partimos do princípio de que tomam o pequeno-almoço na FCSH.

Ou seja: para satisfazer as suas necessidades, muitas vezes é preciso que a pessoa que recebe a assistência saiba lidar com processos de *teambuilding* e gerir com critério um conjunto de outros apoios (Diamond & Diamond, 2007), coadjuvada pelo CAVI e, sempre que possível ou desejável, pelos apoios informais.

Dinâmica familiar e relações de poder

Como observamos na primeira secção, a literatura refere que num agregado familiar onde uma pessoa assume o papel de cuidador informal de longa duração, observam-se muitas vezes um conjunto de desafios que influenciam diretamente a dinâmica familiar: impactos negativos na saúde e bem-estar físico e psicológico, risco de pobreza, exclusão e isolamento social devido a uma maior vulnerabilidade a situações de desemprego. Registámos igualmente as referências à codependência entre o cuidador e a pessoa com deficiência ao longo da vida e custos de vida extraordinários inerentes às necessidades criadas pela deficiência. A esta lista acrescentamos as tensões na gestão familiar dos recursos materiais disponíveis¹³.

Ora, no nosso caso, a introdução de mecanismos promotores da ativação das pessoas com deficiência com elevado grau de dependência (assistência pessoal e serviços de apoio) resultou:

- *Codependência*: a existência da solução assistência pessoal cria uma janela de oportunidade para a Cuidadora que após deixar o Aluno A na FCSH de manhã só volta ao fim da tarde, cumprindo o dia de trabalho sem interrupções. O Aluno A volta a depender da Cuidadora no período da noite e ao fim de semana. Antes, a Cuidadora teria de beneficiar de uma jornada contínua, apoiar o Aluno A até meio da manhã e na hora de almoço. Na sua ausência, o Aluno A dependia do apoio informal dos colegas.
- *Tensões com os apoios formais*: devido às particularidades do nosso caso, o risco de se verificarem tensões é escasso porque a coabitação entre apoios não é muito prolongada no tempo. Inclusivamente, o Aluno A facilitou a inclusão do Assistente Pessoal no meio académico ao ponto de este contar com o apoio pontual dos alunos na realização de algumas tarefas.

12 E não se pense que esta realidade é uma exceção associada a um horário universitário mais exigente. Caso fosse um “Trabalhador A” com as mesmas necessidades que deseje cumprir uma jornada laboral completa enfrentaria os mesmos desafios.

13 Isto pode acontecer porque muitos destes recursos são adquiridos ao abrigo das políticas de deficiência, mas com os meios financeiros das pessoas sem deficiência do agregado familiar. Esta situação cria realidades paradoxais de codependência e de possíveis ruturas de solidariedade no seio familiar mitigadoras da emancipação pessoal da pessoa em situação de dependência.

Tabela 5 Horários 2020/2021 da Licenciatura em Ciências da Comunicação

Horas	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
08:00-10:00	Discurso dos Media (A)	Discurso dos Media (B)	Semiótica (B) Filosofia da Comunicação (A) Relações Públicas	Análise de Campanhas Políticas	História dos Media (B) Relações Públicas
10:00-12:00	Discurso dos Media (B) Teoria da Comunicação (A)	Discurso dos Media (A) História dos Media (A) Sociologia da Comunicação (B)	Sociologia da Comunicação (B) História dos Media (A)	Semiótica (B)	História dos Media (B)
12:00-14:00		Sistémica e Modelos da Informação (A) Comunicação e Ciências Sociais (B) Comunicação Empresarial	Comunicação e Ciências Sociais (B)	Textualidades	
14:00-16:00	Teorias do Drama e do Espetáculo	Filosofia da Comunicação (B) Textualidades Economia (A)	Métodos Quantitativos (B)	Economia (A)	Métodos Quantitativos (B)
16:00-18:00	Filmologia (B) Mutações dos Media (A)	Mediação dos Saberes (B)	Mediação dos Saberes (B) Teorias do Drama e do Espetáculo	Filmologia (B) Mutações dos Media (A) Sistémica e Modelos de Informação (A) Filosofia da Comunicação (B)	

(1º Ciclo/ 2º Semestre)

Horas	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
08:00-10:00		Semiótica (A)	Teoria da Comunicação Institucional	Semiótica (A)	Teoria da Comunicação Institucional
10:00-12:00	Retórica e Argumentação (B) Sociologia da Comunicação (A) Teoria da Comunicação (B)	Comunicação e Ciências Sociais (A) Teoria Política Marketing (A)	Teoria da Notícia (B) Retórica e Argumentação (B) Sociologia da Comunicação (A) Teoria da Notícia (A)	Métodos Quantitativos (A) Teoria da Comunicação (B) Marketing (A)	Economia (B) Teoria da Notícia (A) Teoria Política
12:00-14:00	Economia da Informação Direito e Deontologia da Comunicação	Retórica e Argumentação (A) Teoria da Notícia (B)	Comunicação e Ciências Sociais (A) Retórica e Argumentação (A) Sistémica e Modelos da Informação (B)	Direito e Deontologia da Comunicação Economia da Informação	Sistémica e Modelos de Informação (B) Métodos Quantitativos (A)
14:00-16:00	Publicidade	Teoria da Imagem e da Representação Marketing (B)	Economia (B) Publicidade	Teoria da Imagem e da Representação Marketing (B)	
16:00-18:00	Filmologia (A) Mutações dos Media (B)	Mediação dos Saberes (A)	Mediação dos Saberes (A)	Mutações dos Media (B) Filmologia (A)	

Nota: esta tabela foi construída cruzando a informação disponibilizada originalmente a 28 de julho de 2021 na página web do Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa no ano letivo 2020/2021 (https://drive.google.com/file/d/1o30AoyKdEemDXt8M2vr_CTKZsdOR_Na1/view?usp=sharing) com a informação existente no guia de cursos da Universidade Nova de Lisboa na mesma data (<https://guia.unl.pt/pt/2019/fcsh/program/4004>).

Fonte: Adaptado pelo autor.

- *Gestão familiar dos recursos materiais disponíveis*: a carga horária do curso do Aluno A exigia a sua fixação na Faculdade. Caso contrário, a falta de soluções de mobilidade acessível poderia tornar a existência de um único automóvel no agregado familiar “desafiante”.
- *Também as exigências associadas às funções de assistentes pessoais poderão influenciar a dinâmica familiar das pessoas que desempenham estas funções*: a partilha de responsabilidades na execução de tarefas domésticas ou familiares, o trabalho por turnos, etc. No nosso caso, o horário universitário do Aluno A expõe um dos membros do casal a uma maior sobrecarga face às tarefas familiares matinais e a pessoa assistente pessoal a um maior risco de saúde e desgaste físico inerente aos cuidados prestados (Ferrera, 1996, 2010).

Diremos, portanto, que apesar do MAVI português garantir até 8 horas/dia para 70% dos utentes de cada CAVI e até 24 horas/dia para uma quota de 30%, o nível de “desfamiliarização” alcançado pode ser insuficiente tendo em conta a intensidade da atividade da pessoa que recebe assistência.

Na subsecção seguinte abordaremos como, na nossa opinião, se poderá operacionalizar a articulação entre apoios informais, assistência pessoal e outros serviços.

Como articular diferentes fontes de apoio

Na subsecção relativa à Assistência Pessoal concluímos que esta solução fundamental apenas atenua a dependência de outros apoios informais. Isto acontece apesar do padrão das oito horas de assistência pessoal do MAVI português, pelo menos nesta fase de projetos-piloto maioritariamente financiados por fundos comunitários (P. C. Pinto & Kuznetsova, 2019). Contudo, esta dicotomia entre apoios informais e assistência pessoal não é uma inevitabilidade, mas sim um resultado direto do *design* do MAVI português. De facto, o recurso a outros serviços tendencialmente diminuiria o esforço e o desgaste dos apoios informais e dos assistentes pessoais ao mesmo tempo que aumentaria o controlo e o poder de escolha da pessoa que recebe assistência relativamente aos seus apoios (Oliveira, no prelo).

Para operacionalizar a articulação entre estas fontes de apoio, o Aluno A terá, em primeiro lugar, de definir as suas necessidades de apoio e hierarquizá-las por grau de privacidade. Claro que esta classificação será sempre pessoal.

Em segundo lugar, o Aluno A terá de conhecer e mapear a oferta de serviços existente (no concelho de residência e não só) para poder fundamentar a distribuição dos apoios pelas diferentes fontes. Como são visíveis diferenças a nível regional em

Tabela 6 Mapa de necessidades e apoios de Aluno A

Tipo de apoio	(Sim/Não)	Distribuição das tarefas por fonte de apoio				
		A	B	C	D	Grau de Privacidade
Atividades da Vida Diária (AVD)						
Higiene pessoal	Sim	X				Alto
Idas e apoios no WC	Sim	X	X			Alto
Vestir e despir	Sim	X				Alto
Mobilidade	Sim	X	X		X	Baixo
Alimentação	Sim	X	X			Baixo
Conversação e comunicação	Não					
Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD)						
Gestão doméstica (pagar contas, contratar reparações)	Sim	X			X	Alto
Gestão financeira	Sim	X			X	Alto
Compras	Sim	X	X	X	X	Médio
Controle e administração de medicação	Sim	X	X			Médio
Acompanhamento e deslocações	Sim	X	X			Médio
Limpeza e arrumação da casa	Sim	X	X	X		Médio
Confeção da alimentação	Sim	X	X	X		Baixo
Tratamento da roupa (lavagem, passagem, costura)	Sim	X	X	X		Baixo
Transporte	Sim	X	X	X		Baixo

Fonte: Elaborado pelo autor (onde A é “Apoio Informal”, B é “Assistente Pessoal”, C é “Prestador de Serviço” e D é “Tecnologia ou Produtos de Apoio”).

termos de tipologia das respostas sociais (Gabinete de Estratégia e Planeamento / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social [GEP/MTSSS], 2019), este mapeamento irá permitir aferir a adequação da oferta (P. C. Pinto, 2018) e descobrir falhas de mercado locais cujas potenciais funções tenderão a ser suprimidas, se possível, pelas outras fontes de apoio ou por um fornecedor mais distante.

Em terceiro lugar, mediante a informação recolhida, o Aluno A terá de fazer escolhas e materializar a sua microrrede de apoio, observando as características enunciadas na subsecção anterior e limitações orçamentais.

Assim, apresentaremos na Tabela 6 um exercício meramente ilustrativo de como o Aluno A poderia operacionalizar a articulação entre diferentes fontes de apoio para satisfazer as suas necessidades.

A Tabela 6 mostra que — quer pelo elevado grau de privacidade associado a muitas destas tarefas, quer pela possibilidade do aluno A poder concretizar algumas destas com recurso a tecnologia, por exemplo pagar contas ou realizar transações de comércio eletrónico — o Aluno A opta por partilhar exclusivamente a realização de um conjunto de apoios nucleares com a Cuidadora Informal: as categorias “Higiene pessoal”, “Vestir e despir”, “Gestão financeira”, “Gestão doméstica (pagar contas, contratar reparações)” e “Compras”. A única tarefa relativa às categorias de índole financeira alargada ao assistente pessoal será a concretização de alguma transação quotidiana menor.

A categoria “Idas e apoios no WC” foi atribuída exclusivamente à Cuidadora Informal e ao Assistente Pessoal pela natureza íntima da tarefa. No entanto, a realidade pode ser outra e a sua execução pode, em caso de necessidade, ser alargada a um círculo de apoios informais restritos da confiança do Aluno A. O mesmo acontece nas categorias “Mobilidade” (que pode ser realizada autonomamente pelo aluno A recorrendo a produto de apoio), “Alimentação”, “Controle e administração de medicação” e “Acompanhamento e deslocações”. A execução das restantes tarefas poderá ser atribuída a “Apoio Informal”, “Assistente Pessoal” e “Prestador de Serviço” mediante o contexto.

Conclusão e recomendações

A literatura mostra a importância central da assistência pessoal enquanto elemento facilitador do processo de inclusão e participação societal das pessoas com deficiência. Mas também contribui decisivamente para a redução da dependência do apoio informal da família ou de amigos.

Partindo deste pressuposto teórico, esta investigação estudou a relação entre a assistência pessoal e o desfamiliarismo, tentando responder à pergunta: o nível de generosidade do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) português garante a desfamiliarização e termina com a dependência de cuidados informais?

A resposta é: não. O MAVI português não garante a desfamiliarização nem termina com a dependência de cuidados informais. Mas pode atenuar bastante.

Os resultados comparados confirmam uma elevada codependência entre as pessoas com deficiência e o cuidador/familiar, mesmo nos MAVI mais generosos, e que a maioria destas pessoas acumula o papel de cuidadora informal com alguma

atividade laboral. Esta realidade mostra a importância histórica do investimento em redes de serviços de acolhimento diurno e no ensino inclusivo.

Reconhecemos que a assistência pessoal tem o potencial de garantir a inclusão societal não só para os cuidadores como também para a pessoa que recebe a assistência. Apesar disto, acreditamos que um MAVI não pode assentar apenas na transferência do cuidado familiar para a assistência pessoal. A força emancipadora do MAVI deve assentar numa natureza mais holística potenciadora da afirmação da soberania decisória da pessoa em situação de dependência. Esta transformação institucional é fundamental para garantir o poder de escolha do consumidor e deve permitir a externalização de parte dessas tarefas, contratando serviços, profissionais ou empregados no mercado de trabalho formal, ou informal.

O sucesso desta etapa do processo de desfamiliarização dependerá da criação de um quadro de segurança para todas as partes envolvidas para que o risco de frustração de expectativas seja mínimo. A trajetória de *empowerment*, resiliência, saber fazer e experiência da pessoa em situação de dependência e do cuidador informal terá de ser honrada e valorizada na construção de um novo equilíbrio de poder onde o “monopólio do apoio” do cuidador informal de longa duração evolui para uma microrrede de apoios necessariamente bem definida, dinâmica, mais formalizada, corresponsável, personalizada, valorizada, flexível e associada à realização de experiências com significado e valores. Isto implica que, para satisfazer as suas necessidades, a pessoa que recebe a assistência saiba lidar com processos de *team-building* e gerir com critério um conjunto de outros apoios.

Nesta medida, sugerimos que as instituições políticas desenvolvam uma plataforma informática agregadora com o intuito de digitalizar o MAVI, facilitando a divulgação de informação relativa à procura e oferta no âmbito da assistência pessoal, os registos efetuados no Sistema, a publicação de documentação variada, o registo, partilha, gestão de informação pessoal e processual de todos os consumidores e prestadores formais e informais de Assistência Pessoal, a comunicação entre as entidades participantes, e entre estas e o cidadão.

Paralelamente, defende-se a criação de redes intermunicipais de serviços de proximidade (soluções integradas de serviços ao domicílio, de restauração, engomadoria, serviços de limpeza e reparação) e de transporte personalizado, também associadas a plataformas agregadoras capazes de mapear a oferta de serviços existente por concelho. E para potenciar o lado da procura e compensar os encargos específicos resultantes do esforço de inclusão e participação, torna-se essencial desenvolver uma componente flexível da Prestação Social de Inclusão indexada ao cumprimento de objetivos pró-ativação.

Por fim, reconhecendo a importância do reconhecimento formal das competências nos processos de inclusão e participação social de todos os cidadãos nas sociedades do conhecimento, defende-se ainda a criação de programas de formação de tutores de assistentes pessoais para capacitar ou certificar o saber fazer dos utilizadores de assistência pessoal para poderem gerir uma relação profissional com o seu assistente.

E associada a estas medidas, deverá estar a criação de uma entidade reguladora e um Tribunal Arbitral para o aconselhamento, coordenação, controlo e litigância de problemas com os serviços de Assistência Pessoal.

Financiamento

Os resultados apresentados na secção “O MAVI português numa perspetiva comparada” emergem da tese de doutoramento do autor e contou com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Adams, T. E., Ellis, C., & Jones, S. H. (2017). Autoethnography. In J. Matthes, C. S. Davis, & R. F. Potter (Eds.), *The International Encyclopedia of Communication Research Methods*, (pp. 1-11). Wiley.
- Antón, J. I., Braña, F. J., & de Bustillo, R. M. (2016). An analysis of the cost of disability across Europe using the standard of living approach. *SERIEs – Journal of the Spanish Economic Association*, 7(3), 281-306.
- Aogáin, B. N., Knight, R., Melvin, M., Nannyanzi, T., Bhailís, C., & Flynn, E. (2019). *Achieving a right to personal assistance in Ireland*. Centre for Disability Law and Policy (CDLP); National University of Ireland Galway.
- Arksey, H., & Glendinning, C. (2007). Choice in the context of informal care-giving. *Health & Social Care in the Community*, 15(2), 165-175.
- Armingeon, K., & Bonoli, G. (Eds.) (2007). *The politics of post-industrial welfare states: adapting post-war social policies to new social risks*. Routledge.
- Arnau, S., Rodríguez-Picavea, A. & Romañach, J. (2007). *Asistencia Personal para la Vida Independiente y la promoción de la autonomía de las personas con diversidad funcional (discapacidad) en España*. UNED, Universidad Nacional de Educación a Distancia.

- Barnes, C. (1991). *Disabled people in Britain and discrimination: a case for anti-discrimination legislation*. C Hurst & Co.
- Barrett, P., Hale, B., & Butler, M. (2014). *Family care and social capital: Transitions in informal care*. Springer Netherlands.
- Belafatti, F. (2021). *Financing of Care Services for Persons with Disabilities – Italy* [Fact Sheet]. European Association of Service providers for Persons with Disabilities.
- Berthoud, R., Lakey, J., & McKay, S. (1993). *The economic problems of disabled people*. Policy Studies Institute.
- Blick, R. N., Litz, K. S., Thornhill, M. G., & Goreczny, A. J. (2016). Do inclusive work environments matter? Effects of community-integrated employment on quality of life for individuals with intellectual disabilities. *Research in Developmental Disabilities*, 53-54, 358-366.
- Bonoli, G. (2003). Two worlds of pension reform in Western Europe. *Comparative politics*, 35(4), 399-416.
- Braddock, D. L., & Parish, S. L. (2001). An Institutional History of Disability. In G. L. Albrecht, K. D. Seelman, & M. Bury (Eds.), *Handbook of Disability Studies* (pp. 11-68). Sage.
- Branco, R. (2017). Sociedade Civil e Estado Providência. Portugal em perspectiva histórica e comparada. In C. Pequito (Ed.), *O Sistema político Português em perspectiva comparada* (pp. 403-430). Principia.
- Broderick, A. (2018). Equality of what? The capability approach and the right to education for persons with disabilities. *Social Inclusion*, 6(1), 29-39.
- Cantillon, B., Van Mechelen, N., Pintelon, O., & Van den Heede, A. (2014). Social redistribution, poverty and the adequacy of social protection. In B. Cantillon, & F. Vandenbroucke (Eds.), *Reconciling work and poverty reduction: how successful are European welfare states* (pp. 157-184). Oxford Academic.
- Chisholm, J. F. (1999). The sandwich generation. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 8(3), 177-180.
- Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2017). Institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente. *Diário da República*, 1.ª série, 194, 5608-5618.
- Diamond, L. E., & Diamond, H. (2007). *Teambuilding that gets results: Essential plans and activities for creating effective teams*. Sourcebooks, Inc.
- ENIL, European Network on Independent Living. (2013). *ENIL Personal Assistance Table – Ireland*.
- ENIL, European Network on Independent Living. (2015a). *ENIL Personal Assistance Table – Italy*.
- ENIL, European Network on Independent Living. (2015b). *ENIL Personal Assistance Table – Spain*.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Polity.
- Esping-Andersen, G. (1999). *The Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford University Press.

- Ferrera, M. (1996). The 'Southern Model' of Welfare in Social Europe. *Journal of European Social Policy*, 6(1), 17-37.
- Ferrera, M. (2000). Reconstructing the Welfare State in Southern Europe. In S. Kuhnle (Ed.), *Survival of the European Welfare Systems* (pp. 166-181). Routledge.
- Ferrera, M. (2010). The South European Countries. In F. G. Castel, S. Leibfried, J. Lewis, & C. Pierson (Eds.), *The Oxford Handbook of the Welfare State* (pp. 616-629). Oxford University Press.
- Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fontes, F. (Coord.) (2018). *Avaliação Intercalar do Projeto Piloto de Vida Independente de Lisboa (PPVI Lisboa)*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- FRA, European Union Agency for Fundamental Rights. (2017). *From institutions to community living – Part III: Outcomes for persons with disabilities*. Publications Office of the European Union.
- GEP/MTSSS, Gabinete de Estratégia e Planeamento / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2019). *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos* (Relatório 2018).
- Giedraityte, I. (2021). *Financing of Care Services for Persons with Disabilities – Ireland* [Fact Sheet]. European Association of Service providers for Persons with Disabilities.
- Griffo, G., & Tarantino, C. (2019). *Living independently and being included in the community – Italy*. Academic Network of European Disability Experts.
- Gunn, H. E., & Eberhardt, K. R. (2019). Family Dynamics in Sleep Health and Hypertension. *Current hypertension reports*, 21(5), 39.
- Hall, P. A., & Taylor, R. C. (1996). Political science and the three new institutionalisms. *Political studies*, 44(5), 936-957.
- Häusermann, S. (2012). The Politics of Old and New Social Policies. In G. Bonoli, & D. Natali (Eds.), *The Politics of the New Welfare State* (pp. 111-132). Oxford University Press.
- Hellendoorn, H. (2009). *The Madonna in the suitcase*.
- Hendey, N., & Pascall, G. (2001). *Disability and transition to adulthood: Achieving independent living*. Pavilion Publishing/Joseph Rowntree Foundation.
- HSE, Health Service Executive. (2018). *Progress Report on the Implementation of Time to Move On from Congregated Settings: A Strategy for Community Inclusion* (Annual Report 2017).
- ILL, Independent Living Resource Center. (1992). Independent Living for various disability groups. In A. Ratzka (Ed.), *Tools for Power – Resource Kit for Independent Living* (pp. 79-81). Disabled Peoples' International – Independent Living Committee.
- IMERSO, Instituto de Mayores y Servicios Sociales. (2019). *Análisis explicativo de las estadísticas mensuales del sistema para la autonomía y atención a la dependencia*.
- Innerarity, D. (2012). Power and knowledge: The politics of the knowledge society. *European Journal of Social Theory*, 16(1), 3-16.

- INR, Instituto Nacional para a Reabilitação. (2017). *Manual de Apoio. Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) – Assistência Pessoal*.
- Joaquim, C. (2015). *Cadernos do Observatório* (Vol. 3: Proteção social, terceiro setor e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal?). Observatório sobre Crises e Alternativas, CES-Lisboa.
- Kelly, T. B., & Kropf, N. P. (1995). Stigmatized and perpetual parents: Older parents caring for adult children with life-long disabilities. *Journal of Gerontological Social Work*, 24(1/2), 3-16.
- King, G., Keohane, R., & Verba, S. (1994). *Designing Social Inquiry Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press.
- Leadbeater, C., Bartlett, J., & Gallagher, N. (2008). *Making it personal*. DEMOS.
- Leibfried, S. (1992). Towards a European Welfare State. In Z. Ferge, & J. E. Kolberg (Eds.), *Social Policy in a Changing Europe* (pp. 245-279). Westview Press.
- Lindsay, C., & Rocchi, S. (2004). Context-of-use. In F. Jégou, & P. Joore (Eds.), *Food Delivery Solutions. Cases of solution oriented partnership* (pp. 28-34). Cranfield University, Oscar Press.
- Lingren, H. G., & Decker, J. (1992). *The sandwich generation: A cluttered nest*. Cooperative Extension. Institute of Agriculture and Natural Resources, University of Nebraska-Lincoln.
- MacDonald, P. (2014). Narcissism in the modern world. *Psychodynamic Practice: Individuals, Groups and Organisations*, 20(2), 144-153.
- Martin, C. (2015). Southern Welfare States: Configuration of the Welfare Balance between State and the Family. In M. Baumeister, & R. Sala (Eds.), *Southern Europe? Italy, Spain, Portugal, and Greece from the 1950s Until the Present Day* (pp. 77-100). Campus Verlag.
- Mitra, S., Palmer, M., Kim, H., Mont, D., & Groce, N. (2017). Extra costs of living with a disability: A review and agenda for research. *Disability and health journal*, 10(4), 475-484.
- Mkandawire, T. (2005). *Targeting and universalism in poverty reduction*. United Nations Research Institute for Social Development.
- Moloney, C. (2019). *Living independently and being included in the community – Ireland*. Academic Network of European Disability Experts.
- Moreno, L. (1996). *Southern Welfare State in Transition: Crisis, What Crisis? Issues for a Discussion* [Paper presentation]. Social Research and Social Policy in Southern Europe, National Centre for Social Research, Athens, Greece.
- Morris, J. (1993). *Independent Lives? Community Care and Disabled People*. Palgrave.
- NDA, National Disability Authority. (2019). *Transforming lives. Programme to implement the recommendations of the 'value for money and policy review of disability services in Ireland'. Report on future needs for disability services*.
- Nunes, D. F. (2019, 04 de junho). 42 minutos de fila por dia: Lisboa é a cidade ibérica com mais trânsito. *Diário de Notícias*.

- Oliveira, P. N. (2015). *Políticas Públicas, Inovação e Cidadania: O Sistema Prometheus*. [Dissertação de Mestrado, FCSH — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].
- Oliveira, P. N. (2021). *Estado-Providência e Deficiência: Transformação, Poder e Ativação* [Tese de Doutoramento, FCSH — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].
- Oliveira, P. N. (no prelo). Vida independente: Potenciar o controlo e poder de escolha ao cidadão com deficiência. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*.
- Oliveira, P. N., & Partidário, P. J. (2008). Que oportunidade para inovação sustentável no Sistema Nacional de Atribuição das Ajudas Técnicas/Tecnologias de Apoio? *Revista de Educação Especial e Reabilitação*, 14, 15-49.
- Pierson, P., & Skocpol, T. (2002). Historical institutionalism in contemporary political science. In I. Katznelson, & H. V. Miller (Eds.), *Political Science: State of the Discipline* (pp. 693-721). Norton.
- Pinto, P. C. (2011). Family, disability and social policy in Portugal: Where are we at, and where do we want to go? *SOCIOLOGIA ON LINE*, (2), 39-60.
- Pinto, P. C. (2018). From rights to reality: of crisis, coalitions, and the challenge of implementing disability rights in Portugal. *Social Policy and Society*, 17(1), 133-150.
- Pinto, P. C., & Kuznetsova Y. (2019). *Living independently and being included in the community – Portugal*. Academic Network of European Disability Experts.
- Pinto, P. C., & Neca, P. (2020). *Deficiência e COVID-19 em Portugal: resultados de um estudo realizado com pessoas com deficiência e cuidadoras/es*. Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, ISCSP-ULisboa.
- Pinto, T. (2021). *Financing of Care Services for Persons with Disabilities – Portugal* [Fact Sheet]. European Association of Service providers for Persons with Disabilities.
- Portugal, S. (Coord.) (2010). *Estudo de Avaliação do Impacto dos Custos Financeiros e Sociais da Deficiência* (Relatório Final). Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Power, A. (2010). *Landscapes of care*. Ashgate Publishers Ltd.
- Ratzka, A. (1989, April). *Personal Assistance as Key to Independent Living* [Keynote]. Conference on personal assistance, Strasbourg, France. ENIL — European Network on Independent Living.
- Resolution No. A/RES/61/106, adopted by the General Assembly on 13 December 2006. (2007). Convention on the Rights of Persons with Disabilities, *General Assembly Official Records*, 61st Session, 1-29.
- Rhodes, M. (1996). Southern European Welfare States: Identity, Problems and Prospects for Reform. *South European Society and Politics*, 1(3), 1-22.
- Rhodes, R. A. W., Binder, S. A., & Rockman, B. A. (Eds.) (2006). *The Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford University Press.
- Roulstone, A., & Mason-Bish, H. (Eds.) (2012). *Disability, hate crime and violence*. Routledge.
- Sabater, A. (2021). *Financing of Care Services for Persons with Disabilities – Spain* [Fact Sheet]. European Association of Service providers for Persons with Disabilities.

- Scorgie, K., Wilgosh, L., & McDonald, L. (1999). Transforming partnerships: Parent life management issues when a child has mental retardation. *Education and Training in Mental Retardation and Developmental Disabilities*, 34(4), 396-405.
- Scruggs, L. (2014). Social Welfare Generosity Scores in CWED 2: A Methodological Genealogy. *CWED Working Paper Series, WP 01*, 1-19.
- Shakespeare, T., Porter, T., & Stöckl, A. (2017). *Personal Assistance Relationships: Power, Ethics and Emotions* (Report on ESRC Project ES/L007894/1). University of East Anglia.
- Siegel, B., Bear, D., Andres, E., & Mead, H. (2009). Measuring equity: An index of health care disparities. *Quality Management in Healthcare*, 18(2), 84-90.
- Smith, L. T. (1999). *Decolonizing methodologies: Research and indigenous species*. Zed Books.
- Soodak, L., & Erwin, E. (1995). Parents, professionals, and inclusive education: A call for collaboration. *Journal of Educational and Psychological Consultation*, 6(3), 257-276.
- Todd, S., & Shearn, J. (1996a). Struggles with time: The careers of parents with adult sons and daughters with intellectual disabilities. *Disability Society*, 11(3), 379-401.
- Todd, S., & Shearn, J. (1996b). Time and the person: The impact of support services on the lives of parents of adults with intellectual disabilities. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 9(1), 40-60.
- Ullrich, A., & da Rocha, G. A. (2020). A era do narcisismo: condutas narcísicas na sociedade contemporânea. *Cadernos da FUCAMP*, 18(36), 35-50.
- UNECE, United Nations Economic Commission for Europe. (2019). *The challenging roles of informal carers. UNECE Policy Brief on Ageing* (No. 22).
- Välilä, J., & Hoffman, D. (2008). Knowledge society discourse and higher education. *Higher education*, 56(3), 265-285.
- Valle, J., & Aponte, E. (2002). IDEA and collaboration: A Bakhtinian perspective on parent and professional discourse. *Journal of Learning Disabilities*, 35(5), 469-479.
- Verdugo, M., & Jenaro, C. (2019). *Living independently and being included in the community – Spain*. Academic Network of European Disability Experts.
- Weber, M. (2009). *From Max Weber: essays in sociology*. Routledge.
- Zarb, G. (2003). Vida Independiente: Visión Económica [The Economics of Independent Living] (Independent Living Institute – ILI, Trad.). In J. V. García Alonso (Coord.), *El Movimiento de Vida Independiente: Experiencias Internacionales* (pp. 69-76). Fundación Luis Vives.
<https://www.independentliving.org/docs6/zarb2003.html>
- Zarb, G., & Nadash, P. (1994). *Cashing in on Independence: Comparing the Costs and Benefits of Cash and Services for Meeting Disabled People's Support Needs*. British Council of Organisations of Disabled People.
- Zarb, G., & Oliver, M. (1993). *Ageing with a Disability: What do they expect after all these years?*. University of Greenwich.
- Zigante, V. (2018). *Informal care in Europe. Exploring Formalisation, Availability and Quality*. European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion.

Zola, I. K. (1988). The Independent Living Movement: Empowering People With Disabilities. *Australian Disability Review*, 1(3), 23-27.

Data de submissão: 20/01/2022 | **Data de aceitação:** 25/01/2023



FRATRIAS E INTIMIDADE(S)

Coabitação e práticas familiares na construção das relações entre irmãs e irmãos

SIBLINGS AND INTIMACY(IES)

Cohabitation and family practices in the construction of sibling's relationships

Andreia Barbas

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Visualização, Redação do Rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Av. Dr. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal

E-mail: andreiabarbas@fe.uc.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5458-2761>

Resumo: O artigo explora a forma como se constrói e se representa a intimidade nas relações entre irmãs e irmãos, estabelecendo a coabitação e as práticas familiares como potenciadoras desta conexão. Com base em 68 entrevistas realizadas com recurso à foto-elicitação que reúnem 25 fratrias, das quais 9 recompostas e 16 nucleares, procurou-se compreender o que origina relações fraternais mais íntimas, mais próximas, mais familiares. Os dados mostram que a intimidade não é inata ao parentesco, mas sim criada, reproduzida e sustentada no quotidiano, através do tempo — nas trajetórias individuais e familiares — e perpassada no espaço — sobretudo, na fase da coabitação. Interpelar a intimidade nesta heterogeneidade permitiu: *i*) retratar diferentes níveis de intimidade e renunciar à idealização e uniformidade deste objeto; *ii*) tornar visível que estas relações não se estabelecem a partir do laço sanguíneo, e que precisam de outros elementos para serem consolidadas, reforçadas e (re)confirmadas.

Palavras-chave: fratrias, intimidade, quotidiano, relações entre irmãos.

Abstract: The article explores how intimacy is constructed and represented in siblings' relationships, establishing cohabitation and family practices as enhancers in this connection. Based on 68 interviews and using photo-elicitation, which gathers 25 sibling groups, of which 9 half-siblings and 16 full-siblings, our aim was to understand what makes intimate, closer and "sticky" siblings' relationships. The data shows that intimacy is not innate to kinship, but created, reproduced, and sustained in everyday life, through time — in individual and family trajectories — and generated in space — mostly in the cohabitation phase. Looking at intimacy in this way allows *i*) to recognise distinct levels of intimacy and renounce the idealization and uniformity of this object; *ii*) demonstrate that these relationships are not built exclusively by the blood tie and that they need other elements to be consolidated, reinforced and (re)confirmed.

Keywords: siblings, intimacy, everyday life, siblings' relationships.

Introdução

Crescemos e vivemos em confronto com a noção de família. Tanto através das experiências individuais e coletivas, como também surge representada na literatura,

por intermédio da ficção, na imprensa, em imagens e vídeos publicitários, entre tantos outros formatos. As conceções sobre as relações familiares ancoram-se neste cruzamento individual, coletivo e social. O fenómeno da idealização da família circunscreveu-a a um lugar de conforto, de proximidade e de intimidade, mas todas as relações de parentesco são íntimas? O vínculo sanguíneo estabelece forçosamente proximidade? A intimidade é a mesma com os diferentes elementos da família? Procurar responder a estas questões remete-nos para explicações não dicotómicas, preterindo a categorização das boas ou más relações. Identificar os elementos que originam uma maior ou menor intimidade visibiliza a diversidade que caracteriza as relações familiares contemporâneas e abre a discussão às formas de ser, fazer e exhibir as famílias.

Na década de 60 Donald Irish chamava a atenção na Social Forces para a indiferença face às relações fraternais nas investigações desenvolvidas no âmbito da vida familiar (Irish, 1964). Várias décadas depois, a mesma questão continua a ser assinalada por quem investiga sobre a vida familiar. A ausência é justificada por Buisson (2003) em dois argumentos: a invisibilidade que as irmãs e os irmãos assumiram enquanto objeto de estudo na análise sociológica; e a especificidade que lhes foi atribuída enquanto “acessórios familiares” das mães e dos pais, desconsiderando as suas próprias dinâmicas relacionais. Embora, nos últimos anos, tenha surgido internacionalmente uma atenção generalizada (Grigoryeva, 2017; Portner & Riggs, 2016; Tanskanen & Rotkirch, 2019; Zhang 2014), em Portugal, nos estudos sobre o parentesco as fratrias continuam à margem da análise sociológica e pouco se conhece sobre as suas funções ou sobre as suas relações (Portugal, 2014).

De forma a trazer as fratrias para o debate científico português, a investigação de doutoramento na área da Sociologia que dá origem a este texto explorou as relações entre irmãs e irmãos. As questões que conduziram a pesquisa enunciam-se da seguinte forma: *i)* Que características têm as relações fraternais? *ii)* Como se mostram? *iii)* Como se distinguem? *iv)* E o que as condiciona? A discussão aqui apresentada centra, sobretudo, a primeira e a última questão incidindo no conceito de intimidade. A extensão da investigação vai mais além, mas tendo em conta os objetivos do artigo e a dimensão clássica deste tipo de textos é aqui apresentada apenas uma parte dos resultados da pesquisa que se encontra na fase final. O trabalho de campo revelou que a intimidade é um dos fragmentos que compõe as relações fraternais, reproduzida e sustentada no quotidiano, mas também condicionada por variáveis que dão origem a diferentes níveis de intimidade nas relações fraternais. A partir das narrativas foi possível identificar a amplitude do conceito, pois os significados e as práticas do que é ser íntima/o não é comum a todas as pessoas. Além disso, a intimidade

não é a mesma com todos os membros da fratria, da mesma forma que é variável no decorrer das trajetórias interpessoais e familiares.

O artigo explora na primeira parte o conceito de intimidade com base na discussão de Jamieson (1998, 2011), que aqui se entrelaça no contributo de Morgan (1996, 2011b) sobre as práticas familiares e na proposta de Finch (2007) sobre a *exibição* (tradução nossa) das relações familiares. A combinação destes quadros teóricos teve como intenção interpelar a intimidade no âmbito da operacionalização da pesquisa. Na segunda parte do texto é feito um breve roteiro metodológico e a unidade de análise é caracterizada. Por fim, discutem-se os resultados analisando as seguintes questões: *i*) O que constrói a intimidade nas relações fraternais? *ii*) O que potencia ou minimiza a intimidade nestas relações? *iii*) E como se manifesta a intimidade?

A discussão da intimidade

Será que todas as relações entre irmãs e irmãos são íntimas? E dentro de cada grupo a proximidade é a mesma com todos os elementos? Se o laço de parentesco é o mesmo o que diferencia estas relações? Para responder a estas questões procurou-se identificar que características tornam as relações fraternais mais próximas, mais íntimas, mais “grudentas” (Davies, 2019; Finch, 2007; Mason, 2018).

A discussão do conceito de intimidade é particularmente marcada na Sociologia por Jamieson (1998) através da obra *Intimacy*, que marca a sua evolução e as características relativas à contemporaneidade. A autora faz um mapeamento sociológico através de várias obras para interpretar a intimidade e os indícios da sua transformação no final do século XX. Nesta obra, Lynn chamou a atenção para o alcance do conceito na vida privada e apontou dimensões para a sua leitura, tais como, confiança, amor, cuidado, partilha, entendimento forte associação com alguém, partilha de um conhecimento detalhado entre sujeitos, conhecimento privilegiado face a outras pessoas e empatia (Jamieson, 1998). Mais recentemente, a autora publicou na *Sociological Research Online* recuperando o debate em relação à definição do conceito, reforçando a perspetiva de que não existe uma definição consensual e universal na definição de intimidade, e que resulta do contexto histórico e cultural (Jamieson, 2011). Por esta razão, propôs a intimidade enquanto prática, sustentada na abordagem de Morgan (1996, 2011b). Nas palavras da autora sobre as práticas de intimidade: “Practices of intimacy refer to practices which cumulatively and in combination enable, create and sustain a sense of a close and special quality of a relationship between people” [As práticas de intimidade referem-se a práticas que, cumulativamente e em conjunto, são capazes de criar e

sustentar uma sensação de proximidade e de um vínculo especial nos relacionamentos interpessoais] (Jamieson, 2011, p. 153).

Outras autoras e outros autores têm contribuído com outras dimensões: reconhecer familiaridade, associação e afetividade com o Outro (Seymour & Bagguley, 1999); a partilha segredos (Smart, 2007); e, ainda, a identificação de afinidades (Mason, 2018). Tendo em conta esta diversidade de perspetivas e no âmbito da operacionalização da pesquisa, as práticas de intimidade foram definidas pelos próprios sujeitos, de forma a alcançar a amplitude destas interpretações. Perguntou-se às pessoas se tinham uma maior proximidade com certos elementos do que com outros, e que razões encontravam para essa relação privilegiada.

A valorização das práticas familiares: relações contruídas

A recente curiosidade pelo que as famílias fazem e como se mostram tem motivado a procura dessas respostas nas investigações sobre as relações familiares e desmontado a família enquanto objeto único e indefetível (Finch, 2007; Hall & Holdsworth, 2016; James & Curtis, 2010; Morgan, 2011a). A reconceptualização das famílias, das relações e do parentesco implicou novos modos de olhar a família. O trabalho de Morgan (1996) ao mapear as práticas familiares é, aqui, particularmente interessante, pois distancia a família enquanto estrutura à qual os indivíduos se vinculam, e principia a sua compreensão através das atividades, concretizadas em determinadas momentos, com significados próprios. O autor observa as relações familiares como uma parte da vida social, representada pelas suas qualidades e pelas suas características (Morgan, 1996). Na sua definição: “Practices are often little fragments of daily life which are part of the normal taken-for-granted existence of practitioners. Their significance derives from their location in wider systems of meaning.” [Práticas são muitas vezes pequenos fragmentos da vida quotidiana, considerados como parte da existência normal e tida como garantida pelos participantes. O seu significado depende da posição que ocupam em sistemas mais amplos de significado.] (Morgan, 1996, p. 190).

A compreensão das relações fraternais como construídas no quotidiano possibilitou observar as atividades, as interações e as rotinas que fazem parte da dinâmica dos grupos de irmãs e de irmãos. Adicionalmente, considerar a intimidade a partir das práticas ofereceu a dissociação das representações e das práticas de intimidade. Como Jamieson (1998) assinala como é importante distinguir as histórias públicas sobre a vida privada e a vida que é efetivamente vivida pelos sujeitos. A autora identifica como existe uma crescente exposição sobre como a vida privada deve ser conduzida, e que envolve estereótipos e julgamentos, impondo-se tanto

numa escala micro através das identidades pessoais, como numa dimensão mais macro, em torno da produção de políticas públicas (Jamieson, 1998). Considerar os quotidianos permite extravasar as representações e analisar as experiências concretas dos sujeitos sobre as suas dinâmicas de proximidade.

A exibição das relações: “mostrar família”

A proposta de Janet Finch (2007) ao sugerir o conceito de “*Display*” enredado na argumentação de Morgan (1996) sobre as práticas familiares procurou valorizar que os sujeitos tanto constroem as suas relações familiares através das práticas familiares, como também as exibem entre si, e para públicos relevantes, de forma a mostrar nessa exibição que aquelas relações são relações familiares. A definição que a autora sugere encontra-se na publicação *Sociology*: “the process by which individuals, and groups of individuals, convey to each other and to relevant others that certain of their actions do constitute ‘doing family things’ and thereby confirm that these relationships are ‘family’ relationships.” [a exibição é o processo pelo qual indivíduos e grupos de indivíduos transmitem uns aos outros e a públicos relevantes que algumas das suas ações constituem ‘fazer coisas familiares’ e, assim, confirmam que essas relações são relações de ‘família’.] (Finch, 2007, p. 67).

O desafio lançado por Finch (2007) relativamente à operacionalização do conceito foi aceite pelas investigadoras e pelos investigadores que trabalham sobre a vida familiar, privada, dando origem a um grande eco deste conceito na comunidade científica (Almack, 2008; Dermott & Seymour, 2011; Halder & Wærdahl, 2009; Harman & Cappellini, 2015; James & Curtis, 2010; Lahad et al., 2018; Share et al., 2018; Walsh, 2018). É possível observar que o uso do “*Display*” é valorizado, sobretudo, nos arranjos familiares onde existe maior diversidade e fluidez, e que se afastam das “tradicionais concepções”, uma vez que, são essas as razões que prevalecem na apresentação do conceito. No entanto, Finch (2007) alerta que o seu uso deve ser transversal, porque assumir o carácter qualitativo das relações familiares e a sua relação com as identidades individuais (Morgan, 1996, 2011b) significa que todas as famílias precisam de um elemento de exibição para as sustentar, embora com diferentes níveis de intensidade, e que seja variável no decorrer das trajetórias individuais e familiares. Os relatos mostram que não basta ser íntima ou íntimo, é também importante “exibir” essa intimidade.

Argumenta-se, então, que as práticas de intimidade emergem das práticas familiares, mas também são exibidas entre os seus membros e para públicos considerados relevantes, centrando representações, ações e exibições.

Metodologia

Este texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutoramento, realizada em Portugal, entre 2018 e 2022. As questões que dão origem a esta investigação dirigiram-na para uma abordagem qualitativa. Usou-se a entrevista semi-diretiva com recurso à foto-elicitación como técnicas de recolha de dados. A fotografia não foi isolada na análise, pois teve como função ativar um lado mais sensorial no momento da situação de entrevista (Harper, 2002; Mason & Davies, 2009). Os resultados apresentam a análise das narrativas produzidas no momento da entrevista que, envolveu, os seguintes temas: trajetória individual e familiar do sujeito; fotografia representativa para aquele sujeito das suas relações fraternais; relação com cada elemento da fratria; proximidade e conflito; pessoas importantes dentro e fora do núcleo familiar com impacto nas relações fraternais; diferenças e semelhanças das relações fraternais face a outras relações familiares ou não familiares; e, por fim, os significados de ser irmã ou irmão. A postura metodológica no decorrer da investigação e que orientou o tratamento da informação recolhida caracterizou-se pela abertura à indução. Nos termos de Sílvia Portugal (2014, p. 73): “Nem a teoria é uma coleção de dados agregados, nem os dados são uma materialização dos princípios teóricos conhecidos. A teoria fornece padrões de inteligibilidade dos dados, os dados desafiam a sistematização e a construção de explicações”.

A seleção das fratrias escolhidas foi estabelecida em três critérios. O primeiro, relacionado com o ano de nascimento das mães das pessoas entrevistadas, definido no intervalo de 1950-1969¹. O segundo, referente à heterogeneidade das fratrias, pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, o tipo de família de origem (nuclear ou recomposta), a dimensão (díades, tríades ou alargadas), a composição sexual (femininas, mistas e masculinas), a região de naturalidade (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), a zona (rural ou urbana) e a escolaridade dos sujeitos. O terceiro, em relação à disponibilidade de todos os elementos da fratria participarem na pesquisa, pelo pressuposto assumido em escutar a totalidade da fratria, de forma a obter a sua visão panorâmica (Ribbens McCarthy et al., 2003).

A unidade de análise é reflexo desta multiplicidade e 68 pessoas fizeram parte da investigação. Correspondem a 25 fratrias, das quais 16 nucleares e 9 recompostas². Relativamente à composição sexual das fratrias, as nucleares totalizam onze mistas, três femininas e duas masculinas, e as recompostas identificam três fratrias femininas e

-
- 1 Este período foi escolhido pelas mães dos sujeitos entrevistados terem nascido e crescido no período do Estado Novo e educado as filhas e os filhos após o fim deste regime.
 - 2 A seleção deixou de fora irmãos adotivos e irmãos com deficiência, por se considerar que têm especificidades que merecem ser observadas de modo particular, tal como a literatura dá conta.

seis mistas. O grupo das fratrias nucleares em termos de dimensão distribuiu-se da seguinte forma: nove fratrias compostas por dois elementos (díades); quatro fratrias compostas por três elementos (tríades); e três fratrias compostas por quatro ou mais elementos (alargadas). Já o grupo das fratrias recompostas corresponde a: quatro fratrias de dois elementos (díades); três fratrias de três elementos (tríades); e duas fratrias de quatro ou mais elementos (alargadas).

Sobre as características sociodemográficas dos sujeitos, a unidade de análise reflete a diversidade estabelecida na sua definição: a idade varia entre os 18 e os 49 anos; a escolaridade vai desde o 6.º ano até ao doutoramento; relativamente ao estado civil existem pessoas casadas, em união de facto e solteiras; e, por fim, há quem tenha filhas e filhos e quem não tenha.

As entrevistas foram realizadas individualmente e não houve qualquer confronto ou referência à informação que foi prestada nas conversas anteriores. Todas as pessoas assinaram um documento que informava os objetivos de pesquisa e aplicação dos dados. As informações que pudessem revelar características pessoais foram anonimizadas e os nomes aqui apresentados são fictícios. Cada pessoa escolheu o local de entrevista e a média de duração das entrevistas foi de uma hora.

Após a transcrição integral das 68 entrevistas e a sua análise no *software* MAXQDA destacaram-se 16 fragmentos que compõem as relações fraternais, sendo a intimidade um desses temas. A montagem dos resultados não foi feita através de cada grupo de irmãs e/ou irmãos, mas sim dos elementos que constroem, distinguem, mostram e condicionam estas relações. A forma encontrada para compor esta análise foi através da indexação de temas. Não significa que todos os fragmentos existam integralmente em cada fratria, são pontos de entrada para a interpretação destas relações.

Resultados

Como se constrói a intimidade? O que promove que se estabeleçam relações íntimas com alguém? Ou, pelo contrário, o que a constrange e condiciona? Se existem relações privilegiadas no grupo de irmãs e de irmãos, e outras não, o que lhe dá origem? Embora, conceptualmente o amor e a intimidade estejam ligados, o entendimento do que é ser íntimo ou próximo de alguém foi algumas vezes desagregado do amor pelos sujeitos. Isto é, as pessoas não revelaram amar mais um irmão, ou uma irmã, mas assumiram sentir-se mais próximas e próximos de alguns membros da fratria (no caso das fratrias tríades e alargadas). Se é possível identificar uma maior proximidade, intimidade e afinidade em algumas das relações, significa que a construção da intimidade é condicionada pela presença ou ausência de determinadas questões.

Aborda-se nesta secção três questões que se entendem relevantes na discussão da intimidade nas relações fraternais: O que constrói a intimidade? O que a potencia ou minimiza a intimidade? E, por fim, como se manifesta essa intimidade? As respostas a estas perguntas sustentam-se na análise das narrativas das entrevistadas e dos entrevistados. Por se entender que os dados de caracterização das fratrias são importantes, no final de cada excerto, encontra-se apresentada a fratria pela seguinte ordem: FN (fratria nuclear) ou FR (fratria recomposta); número de elementos que compõem a fratria; composição sexual da fratria (mista, feminina ou masculina); e a ordem de nascimento do elemento que surge nesse excerto.

O que constrói a intimidade?

A sincronia do tempo e do espaço

O tempo e espaço surgiram como elementos determinantes na construção da intimidade. Ao contrário do vínculo atribuído pelo parentesco, e que ocorre de forma imediata (com o nascimento de uma irmã ou de um irmão), a intimidade é firmada no decorrer do tempo, no espaço.

O caso seguinte foi escolhido para iluminar uma das possíveis interpretações relativas à distinção da intimidade numa fratria de três elementos, uma vez que, a irmã mais nova partilha apenas a mãe em comum. Rute identifica que, pela coabitação, e pela partilha de experiências ao longo da vida, a sua irmã mais velha, Benedita, a “sabe de cor”, ao contrário da sua irmã mais nova, e com a qual não partilhou tanto tempo a experiência de viver em conjunto.

A Benedita sabe-me de cor. A minha família... os outros [familiares] não sabem. Os outros... sabem quem eu sou, mas há todo um limite de informação que os pais não têm de saber. E que... não faz parte. E os irmãos sabem. Os irmãos são amigos. São os guardadores de segredos. Tudo o que eu vivi, ou parte... quase tudo o que eu vivi ela [irmã mais velha] viveu também. Então é daquelas... é tipo ter memórias a dois. Uma pessoa que olhas para trás e que viveu tudo o que eu vivi. E lembra-se, tem outra perspectiva. E é uma pessoa que... ainda bem que ela viu, porque há coisas que se vão perdendo com a idade, de memória, e depois falamos sobre isso e é verdade. Há coisas que eu até desconstruí, na minha cabeça, e depois ela ajuda-me a construir de volta: “Mas não te lembras que era assim?” E é giríssimo quando passamos a cassete toda para trás, e nos lembramos de momentos que, neste momento, só eu e a Benedita é que sabemos. Não há mais ninguém no mundo, que não seja a Benedita, que se lembra daquilo que eu me lembro. E isso é giro! (Rute: FR • 3 • FEM • 2.º)

Outro exemplo é o de Salomé que tem uma irmã mais nova — por recomposição por parte da mãe — e que refere o entendimento comum que há entre irmãs.

É por tudo, ela [irmã] sabe tudo o que eu passei, ela sabe as minhas vivências desde o falecimento do meu pai, que ela sabe que é uma coisa que custa muito, e que nunca ultrapassei. E ela sabe disso. E ela sabe tudo. Ela sabe tudo o que aconteceu com a situação do meu marido, apesar de ela ser pequena, ela recorda-se perfeitamente. E se for alguma coisa ao contrário, eu também sei as coisas, pronto. Sei o que é que ela passou, sei situações que ela viveu que os meus pais não sabem. Que nós ocultámos. Não teriam de ser... não teriam de ser ditas. Algumas, entretanto, já se souberam, em situações de família que alguém... pronto. Depois, a partir daí, que tivemos de dizer, mas que guardámos durante muitos anos, muitos anos para nós. Hum... isso não se partilha com ninguém, não, não. Isso é mesmo... é mesmo uma coisa só... só nossa. É mesmo uma coisita só nossa. É... pronto. É aquela afinidade... é aquela questão de a gente estar ali sozinhas [a Salomé e mãe] e viver ali sozinhas e, de repente vir lá uma pirralha não sei de onde [expressão usada para dar conta do nascimento da meia-irmã], e a partir daí, pronto, a gente acaba por... e é isso tem a ver... tem tudo a ver com... tem tudo a ver com carinho e com afeto. Do facto de sabermos a história uma da outra, e do facto de sabermos que temos de ser assim para... para melhorarmos a nossa qualidade de vida e a dos nossos pais. (Salomé: FR • 2 • FEM • 1.^o)

O que potencia ou minimiza a intimidade?

A partir das narrativas, é possível identificar que a intimidade não é uma qualidade intrínseca às relações fraternais, pois pode ser potenciada ou minimizada por outras questões. Que questões são essas? Os dados mostram como as memórias, a “linguagem”, a partilha de redes e os gostos comuns são elementos agregadores, tal como a amizade. Da mesma forma que, a ausência destes elementos foi apontada para justificar uma menor intimidade.

A memória, as referências e a linguagem partilhada — ou a sua ausência

A linhagem evoca as memórias e a história familiar comum. Rita é a irmã mais velha de uma fratria nuclear díade e mostra como a sua história de vida é partilhada com o irmão, tal como os valores e a educação dada pela mãe e pelo pai. A entrevistada identifica como estes atributos comuns são significativos na construção da identidade familiar.

Porque os nossos pais são muito importantes, não é? São quem nos põe no mundo. São quem nós devemos tudo. Devemos os sacrifícios que eles fazem, a educação que

eles nos passaram, os valores, e aquela pessoa [irmão] é um bocadinho o que vem dos nossos pais, não é? Ou seja, se nós nos juntarmos temos sempre connosco os nossos pais, a família. Ou seja, eventualmente um dia quando eles partirem [mãe e pai], nós os dois [irmãos] conseguimos olhar para trás e sabemos, nós os dois, ou seja, juntos, como se fosse um puzzle, encaixamos e vamos buscar a mãe, o pai, o avô, a avó. (Rita: FN • 2 • MIST • 1.º)

Isabel pertence a uma fratria recomposta de cinco elementos, mas nunca coabitou com um dos elementos da fratria. Quando foi questionada sobre a pessoa da qual se sentia menos íntima identificou um dos elementos da fratria. A justificação atribuída a esse afastamento tem a ver com a falta de pontos comuns e que levam a um distanciamento.

Imagina, a [meia-irmã] vem para cá passar um fim de semana. E nós [família alargada] estamos todos. Eu não... eu acho que ela está sempre em constante provocação. Acho que ela está sempre tipo a testar-nos. E a ver até onde é que nós vamos. E se puder provocar um bocadinho provoca. O meu pai foi passar um fim de semana com o [irmão mais novo] a [identificação da cidade fora de Portugal] e ela... estavam a jogar todos às cartas e ela tem um mau perder desgraçado. Estava ela, o marido, o meu pai e o [irmão mais novo]. E, ela, a certa altura começou a perder, ou não estava a ter razão nalguma coisa, e começou a chamar nomes ao marido, e levantou-se da mesa e disse que não jogava mais. Portanto, perante uma atitude destas, tipo, eu fico a olhar e penso: eu nunca seria capaz de fazer isto. Nem com o meu marido, nem com um irmão, nem à frente do meu pai, muito menos, tipo nem com amigos meus. Percebes? Eu não me identifico com ela em nada. Acho que não tem a ver com o não vivermos juntas, tem a ver simplesmente com a maneira de ela ser. Eu não me identifico... eu acho que ela é uma pessoa super interesseira, um bocado egoísta, só faz aquilo que ela quer, é só quando lhe interessa. (Isabel: FR • 5 • MIST • 3.º)

A partilha de redes e interesses comuns — ou a sua ausência

A partilha de interesses comuns entre as irmãs e os irmãos foi mais um elemento apontado pelos sujeitos. São vários os exemplos dados, tais como, viagens, atividades desportivas, interesses musicais, atividades extracurriculares entre outros exemplos. Gostar das mesmas coisas promove uma maior interação entre os membros da fratria. Carlos pertence a uma fratria nuclear díade e refere que sempre partilhou o grupo de amigos com o irmão mais novo, assim como as atividades nos tempos de lazer, e que ainda hoje em dia são comuns.

Acho que é o estar tantos anos juntos. E o facto de estarmos sempre juntos. É que há irmãos que se dão bem... de certeza que têm uma boa relação de irmãos, mas há muita

separação: eu tenho os meus amigos, tu tens os teus; estamos juntos em casa, mas fora de casa não estamos juntos ou estamos juntos ocasionalmente fora de casa.

Comigo e com ele [irmão] não acontece isso. Estamos quase sempre [juntos], é sempre partilhado. O grupo com quem jogamos à bola é o mesmo — agora não que estou aqui —, mas pronto. Sextas-feiras à noite é sempre... estamos lá sempre. Acho que é por causa disso. Não há um... eu estou com ele em todos os contextos. Eu conheço o contexto em casa, eu conheço o contexto com os amigos, então... acho que é isso. Não... não há nada de errado com irmãos que não façam isso, nós calhou ser assim. Acho que não há uma maneira mais certa ou errada de fazer as coisas. Neste caso, é assim. (Carlos: FN • 2 • MASC • 1.º)

De modo inverso, a ausência de interesses semelhantes reduz as interações entre os elementos da fratria. Tiago é o irmão mais velho de uma fratria nuclear de dois elementos e afirma não ter atividades comuns com o irmão.

Só [atividades] nossas, não. Só nossas, não. Não. Porque nunca fomos pessoas, lá está. Nunca... nunca... nunca tivemos essa necessidade de... de fazer essas atividades, só nós. Não. Eu da minha parte falo. Nunca senti que... como somos pessoas diferentes... temos gostos diferentes... maneiras de pensar diferentes... maneiras de fazer coisas diferentes, obviamente... ele terá gostos diferentes. E eu tenho outros gostos. E os meus gostos não são os gostos dele. E então como não são os gostos não... não nos juntamos para fazer atividades. Ou não vamos jantar, não. Não há essa... se calhar, um dia mais tarde quando as coisas estiverem mais calmas. Quando a vida for diferente, talvez isso aconteça. Talvez isso aconteça. Talvez isso aconteça. (Tiago: FN • 2 • MASC • 1.º)

A amizade — ou a sua ausência

Os valores circunscritos ao amor, carinho e amizade emergem nas representações das relações fraternais. Contudo, a análise das narrativas revela que a amizade não é criada da mesma forma que o laço de sangue. Não só a amizade é uma escolha, ao contrário do parentesco, como o vínculo sanguíneo é atribuído de forma imediata, por oposição à amizade que se vai construindo entre os membros da fratria. Rute pertence a uma fratria recomposta feminina de três elementos e a sua relação com uma das irmãs tem características que reconhece identificar nas suas relações de amizade. Como identifica a entrevistada é uma adição ao que já existe.

Mas eu acho que o que tem piada na relação de irmãos é a amizade que se cria. Eu acho que os irmãos — foi como eu disse há bocado — os irmãos são irmãos por sangue, mas são amigos por escolha. E quando tu consegues ver um amigo num irmão é brutal. (Rute: FR • 3 • FEM • 2.º)

Moisés compõe uma fratria recomposta de cinco elementos e é o irmão mais novo dessa fratria. Ao falar sobre as suas relações com os membros da fratria contou que, atualmente, não tem uma relação de amizade com um dos elementos da fratria. Significa isto, que ao contrário do parentesco ao qual não se pode renunciar, a amizade por ser quebrada.

Epá, por exemplo, caraterístico meu e a [meia-irmã] ... característica minha e da [mesma meia-irmã]? Sabes que eu me separei muito da [meia-irmã]. Com estas porcarias eu... eu afastei-me muito porque não queria... não queria conflitos, não queria porcarias. Ela, às vezes, julgava-me em coisas e eu não tinha paciência. E eu sempre... eu imagino a [meia-irmã] como uma pessoa... tenho uma imagem má, estás a perceber? Tenho um mau sentimento quando estou ao pé dela, não gosto. Eu gosto muito dela, ela gosta de mim, ela quer que a nossa relação fique de muitos amigos, muito maninhos, muito juntos, mas eu não consigo. Porque ela... já temos um passado que ela me chateou. Ela fez-me passar as passas do Algarve, a minha infância, percebes? Lixava-me a vida. Era mazinha, mesmo. E agora não há volta a dar, acho eu. E a característica é que... eu acho que vou dizer os conflitos. Com a minha irmã, um conflito muito grande, uma separação muito grande que eu não tinha, por exemplo... a minha mãe é muito diferente de mim, mas é minha mãe, percebes? A minha irmã posso... posso manter a distância. (Moisés: FR • 4 • MIST • 4.º)

Como se manifesta a intimidade?

Nas antecipações e nos silêncios

A expressão usada de se conhecer alguém de cor surge, normalmente, associada a pessoas com as quais se tem muita intimidade, e daí ser possível antecipar as suas reações e saber interpretar os silêncios. Foi possível observar que quem coabita, por partilhar uma vida comum, tem um maior conhecimento do Outro. As irmãs e os irmãos que sempre viveram juntas e juntos identificaram ser capazes de conhecer e antecipar as reações dos outros membros da fratria. Carlos pertence a uma fratria nuclear díade e refere saber os limites dos temas que pode abordar com o irmão, para que não haja desacordo. Face à questão “Costumo perguntar sobre temas que têm maior desacordo, ou conflitos... pensando na relação nos dias de hoje... o que é que vos faz discordar? Que temas são esses?”, respondeu:

[suspiro] não são muitos [silêncio]. Politicamente, talvez não concordemos muito um com o outro. Tendências diferentes, acho eu, não é grave. Também não falamos disso, por isso... [risos]. Eu, às vezes, eu sabendo que ele — e, se calhar, ele pensa a mesma coisa de mim — sabendo que ele, sabendo o feitio dele... às vezes, prefiro não dizer

nada e ficar calado sobre certos assuntos. Do que estar a expor e... do que estar a expor e ficarmos chateados. (Carlos: FN • 2 • MASC • 1.º)

Camila pertence a uma fratria recomposta tríade e sempre viveu com a irmã mais velha. Por essa razão, afirma dizer saber o que a irmã sente, sem ser preciso qualquer diálogo.

É que eu conheço tão bem a minha irmã que acontece alguma coisa e eu sei exatamente como é que ela se está a sentir. Por exemplo, gozam imenso connosco porque... na minha família, se eu vir a [irmã] a chorar, vou começar a chorar. E se a minha mãe nos vir a chorar, vamos chorar todas ao mesmo tempo [risos]. E isto já aconteceu N vezes, e olham logo para nós a dizer: “Pronto, já está tudo a chorar!” Exatamente por isso, porque... a minha irmã começa a chorar e eu sei o que ela está a sentir. E ser irmão é muito isso... é... de uma forma automática, tu conheces a pessoa tão bem que sentes o que ela sente e compreendes e já me estou a emocionar toda [lágrimas]. Isto está a ficar gravado, ainda por cima [risos]. (Camila: FR • 3 • FEM • 2.º)

Aurora é a irmã mais velha de uma fratria nuclear díade. Ao falar sobre a sua relação com o irmão refere como não é preciso verbalizar determinadas questões, porque o irmão “sabe e compreende”.

O que eu sinto é uma sensação de segurança. Que aquela pessoa [irmão] nunca me vai falhar, e que me compreende, e há coisas que eu nem preciso, sequer, de lhe dizer... sobre mim, porque eu sei que ele sabe. Pronto, eu sinto que com outras pessoas eu tenho de justificar muito mais as minhas ações e aquilo que eu estou a sentir. E a forma porque é que eu... fiz aquilo. E ele sabe. E já tivemos situações em que eu estava a explicar-lhe alguma coisa muito profunda sobre mim, e eu percebi que ele percebeu. E não era preciso explicar mais, porque ele percebeu. E, se calhar, ele é igual. E esse tipo de identidade, eu não... acho que não senti com mais ninguém, pronto. (Aurora: FN • 2 • MIST • 1.º)

Nos segredos

Recentemente os segredos têm sido foco de análise para quem investiga as relações íntimas, familiares. O artigo publicado na *Sociology* por Smart (2011) mostra o interesse em compreender o significado sociológico dos segredos, não pelo seu conteúdo, mas sim, pela compreensão multidimensional que é possível ter através da sua leitura. A autora começa por referir que as pessoas reconhecem haver segredos nas famílias, mas dada a natureza da informação pode ser difícil explorar o tema em termos analíticos (Smart, 2011). No caso deste trabalho, não se procurou analisar que segredos as irmãs e os irmãos partilham (ou escondem), mas sim como estas

informações ocultas fazem parte destas relações e que servem para mostrar em quem se confia, quem é íntimo. Torna-se, assim, mais um elemento de união, de intimidade entre os membros da fratria. Rodrigo e Camilo que pertencem a duas fratrias díades reconhecem como a partilha de segredos é distintiva face a outras relações.

O que é que é só nosso? Aquela cumplicidade, aqueles nossos segredos que nós temos. Aqueles pequenos segredos que nós temos, que nós nunca vamos contar aos nossos pais. O facto de um ou outro fumar um cigarro. Eu agora já não fumo, portanto, ela, se calhar, agora, também já não fuma, mas, na altura, da Universidade fumávamos. O facto de: “toma lá dois contos — na altura, ainda era contos —, mas toma lá 10 euros para comprares um maço de tabaco” etc. E aqueles pequenos segredos que nós temos de irmãos. E a forma como nós encaramos também o futuro dos nossos pais. Porque nós também falamos nisso em *backoffice*, não é? Também falamos nisso só os dois. E pensamos muitas vezes nos problemas que eles possam vir a ter e daí advir, mas são... são pequenos segredos. São pequenos segredos que nós não conseguimos contar a ninguém. E nem aos nossos cônjuges. São pequenos segredos que nós temos. E que nós guardamos só para nós. (Rodrigo: FN • 2 • MIST • 2.º)

Se calhar, o desabafar um com o outro. Há certas coisas que nós não desabafamos com os pais, que desabafamos com os irmãos. Há certos segredos que ficam entre irmãos. Há certos segredos que ficam entre irmãos, não chegam aos pais. Há muita coisa. Há muita que nós... o apoio. Há muito apoio que nós aí fora... nós, em casa, o apoio dos pais é uma coisa, e o apoio do irmão é outra. O irmão convive com a gente no dia a dia, aí fora de casa e coiso. E os pais é totalmente diferente. Os pais é aquela coisa do: “Vê lá, não faças isto. Não fujas para aqui, não fujas para ali.” E os irmãos é totalmente diferente: “Vê lá... achas que devo fazer?” “Não sei, pensa tu. Se fizeres, eu ajudo-te. Se não quiseres.” É totalmente diferente. Por isso, é que eu digo, que muitos dos segredos ficam guardados entre irmãos. (Camilo: FR • 2 • MIST • 2.º)

No entanto, é importante destacar que nem todos os segredos são partilhados de igual forma dentro do grupo de irmãs e irmãos. O exemplo de Clara, que faz parte de uma fratria nuclear, composta por quatro irmãs dá conta desta questão.

Não quer dizer que eu tenha o mesmo tipo de conversa com as três [irmãs], não é? Mas pelo menos com uma [irmã] tenho. Com a [irmã mais velha], tenho. E não há segredos. Nós podemos desabafar em termos de... em termos familiares, em termos financeiros. Em termos de filhos. Em termos do que a mãe faz e que à gente não nos agrada. Da vida da mãe... [risos], não é? Da vida da outra. Da outra irmã... da vida da amiga... não precisamos de dizer: “Não vás contar nada.” Porque já sabemos à partida que não vai contar nada. Conseguimos ver o tipo de conversa que é... que não é para a gente ir dizer à outra [irmã]. Porque é uma partilha entre duas [irmãs]. (Clara: FN • 4 • FEM • 3.º)

Na doença e nos problemas

Os episódios menos positivos de vida também foram referidos pelas irmãs e pelos irmãos. Em momentos mais difíceis surgem alguns nomes em destaque no apoio ou na resolução dos problemas. Alguns membros das fratrias identificaram que recorriam às irmãs ou irmãos por serem figuras mais próximas, mais íntimas e com quem se está à-vontade para partilhar. Tiago mostra como o irmão se pode sempre socorrer nele.

E é mais... nós, aqui, caracterizamo-nos mais pelos problemas. Ou seja, quando sei quando há um problema... é mais por ele, não é mais por mim. É a mim a quem ele recorre. Pode não reconhecer isso, mas tem sido assim. Tem sido assim. Que eu não acho mal, eu acho bem. E estou cá para ajudar. Atenção! Sou irmão dele, eu estou cá para o ajudar e quero... e quero ajudá-lo. Mas é mais essa... esse... mais nos problemas que nós nos encontramos do que propriamente nas coisas boas. Que, infelizmente, obviamente vendo a vida assim um bocadinho... em retrospectiva... tem havido mais coisas más do que coisas boas. E as coisas boas, neste momento, acho que não se conseguem sobrepor às coisas más, mas pronto, há de haver um dia que isso há de passar. (Tiago: FN • 2 • MASC • 1.º)

Nas cicatrizes que contam histórias

Outro elemento que surgiu ao longo das conversas foram os episódios destas relações marcados por cicatrizes dos próprios ou das irmãs ou irmãos. De forma a ilustrar estes episódios os relatos de Joana e Rodrigo dão conta destes casos.

Por exemplo, houve uma vez que o meu irmão nunca mais se esqueceu... Ele foi atrás de mim para me dar porrada tipo... Eu disse que não ia brincar com ele e ele foi atrás de mim... E a minha porta ainda hoje nem tem o vidro, porque ele foi a correr e eu fechei-lhe a porta com tanta força... Ele espetou a mão no vidro. Ainda tenho lá tipo o buraco. Nunca mais pusemos o vidro e pronto... há coisas assim. (Joana: FN • 2 • MIST • 2.º)

Lembro-me de uma [história], isso é uma coisa que vai ficar para a vida. Que é uma cicatriz que ela tem na perna, não sei se é na perna esquerda, se é na perna direita, que andávamos os dois a brincar com uma tijoleira em casa, e que eu atirei a tijoleira para ela, mas na brincadeira, e lhe acertei na perna e ela fez uma ferida enorme. Que precisou... não foi suturada, mas tem lá uma marca muito grande. E essa marca acaba por ficar. E nós andávamos a saltar de tijoleira para tijoleira, mas eu acabei por, na altura, saltar, e ela não conseguiu saltar, e acabámos por... e ela ficou com aquela marca, e eu acabei por levar... uns tabefes do meu pai, mas ela... ainda hoje nos rimos dessa situação, porque uma cicatriz que ela leva para a vida, mas é uma cicatriz que nós ambos

nos lembramos que nós estávamos a brincar. E foi, sobretudo, na brincadeira, ou seja, não foi... não fui eu que quis molestá-la ou lhe quisesse bater e que lhe tivesse feito aquilo por querer, mas é uma cicatriz que ela tem e como recordação de uma brincadeira estúpida que nós estávamos a ter. (Rodrigo: FN • 2 • MIST • 2.º)

Nos títulos: as madrinhas e os padrinhos

Os títulos de madrinhas e de padrinhos também foram significativos nesta mostra de proximidade e de intimidade. A representação de que as madrinhas e os padrinhos podem (ter de) assumir as funções parentais na ausência das mães e dos pais justifica os motivos apresentados pelos sujeitos na escolha do título, ou seja, delegam em quem têm mais confiança para cumprir esse papel. Se por um lado, este título é escolhido pela proximidade que existe na relação, o próprio título também reforça o que já existe, surgindo como mais um elemento de aproximação, de temas comuns de vida(s) partilhada(s). Helena e Graça destacam como este papel é exemplarmente assumido por elementos da fratria e, por essa razão, as suas escolhas.

E, só para teres uma ideia, os meus irmãos são os padrinhos da [filha mais velha] e vão ser os padrinhos da [filha mais nova]. Eu acho que não faz sentido ser mais ninguém. O meu marido não tem irmãos. E os meus irmãos são... são... são... são os segundos pais da [filha mais velha]. E, eu, qualquer coisa... eu tenho uma consulta, preciso que alguém fique com ela, que a vá buscar à creche, ou no caso da mais velha, que a vá buscar à escola e que a ajude a fazer os trabalhos de casa. Que prepare a sopinha... são os meus irmãos. Fazem isso. Os meus irmãos são aquelas pessoas que eu sei que posso contar e que confio plenamente. Vou à vontade e deixo as minhas filhas que são mais que tudo para mim, sem dúvida. São as pessoas que se eu não puder apoiar, por alguma razão, não é... sei que eles vão fazer isso por mim. E eu sei que vão fazê-lo bem e que fazem com... com mesmo muito amor, muita dedicação. (Helena: FN • 3 • MIST • 1.º)

Entretanto, a [irmã] é madrinha do meu filho, que eu disse sempre que ela seria madrinha do meu primeiro filho, do [nome próprio do filho]. Eu sou madrinha da [sobrinha]. Acompanhei a gravidez dela toda, assim mesmo muito de perto. Hum... do ponto que... quando ela nasceu, eu fui a segunda pessoa a pegar na pequenita, e a enfermeira tinha... o meu cunhado queria o colo da pequenita e eu disse: "Deixa-me pegar só um bocadinho, só um bocadinho." E eu peguei, e ela parou imediatamente de chorar, porque eu conversei... falei para ela. Portanto, todos os dias falava para a barriga dela. Todos os dias que via. Quando não via, falava ao telefone e dizia: "Olha, desculpa lá, põe lá, agora um bocadinho o telefone junto da barriga, para ela ouvir a minha voz." E ela mexia-se muito quando eu conversava com ela. E, e realmente, reconheci-la. E temos assim uma paixão. E ela é minha sobrinha, e certamente, se não fosse assim, também a adoraria, mas é uma relação assim muito próxima. E a minha irmã

diz que ela é assim muito parecida comigo, porque é assim muito vaidosa, porque é muito “mimocas”, e porque não sei o quê [risos]. (Graça: FN • 2 • FEM • 1.º)

Nas contradições: entre as expetativas e a realidade

O desfasamento entre as representações e as interações é mais um elemento que deve ser considerado quando se apontam as dimensões analíticas do conceito de intimidade. O que se espera destas relações, nem sempre corresponde ao que de facto se vive nas interações. Marta integra uma fratria recomposta de quatro elementos, e retrata um dos episódios que dá conta do desconforto que sente.

Tanto que isto faz-me... eu como sou, que eu sou uma pessoa muito dada, e carinhosa e isso assim... faz-me impressão. E penso estes anos todos... e eu vou ser sincera, eu, às vezes, quando estamos todos em família, eu, às vezes, irrita-me e até... e até digo à minha mãe: “Epá, não me chames quando estão todos.” Porque há certas situações que acontecem. E eu com o avançar dos anos ganhei maturidade, e acho que depois, lá está, outra vez, depois de eu ser mãe, acho que há certas situações que se criam que não há necessidade. Caramba! É a mesma coisa que eu agora penso: eu tenho os meus filhos, eu separo-me, e eu vou fazê-los passar por isto? Não há necessidade. E há certas coisas que ainda hoje acontecem, que me transcendem. E eu penso: Caramba! Como é que com o passar dos anos as pessoas não mudam? E eu... se calhar, eles queixam-se do mesmo, não sei. Daí [pensar em] terapia familiar. (Marta: FR • 4 • MIST • 3.º)

Marta acrescenta ainda, em resposta à questão “E que momentos são esses?”:

Ah, sei lá! Certas coisas... coisas assim mesmo básicas. E eu penso: para que é que estão a arranjar confusão? Por exemplo, houve muito... olha, uma coisa que eu me lembro. Muito, muito, muito... a Pureza, mais a Pureza... e também o Simão. Mas tipo chegavam e tinha de haver o momento, eu até brincava antes, o “Momento Cerqueira”. Que era: iam todos para um sítio, ninguém podia lá entrar e estavam ali a falar horas infinitas e eu era tipo posta de parte. Estás a ver? Ou falarem por código. É um bocado estranho a nossa relação, é pena, mas pronto. As pessoas são como são. E, depois, a certa altura... lá está, depois de eu ter criado a minha família, houve certas coisas que eu deixei de ligar tanto, pronto. Com a idade acho eu. (Marta: FR • 4 • MIST • 3.º)

Outro exemplo desta descoincidência é o caso de Mel que integra uma fratria recomposta e mostra como a sua representação de intimidade da relação com o seu irmão não corresponde depois às práticas e às interações do que é ser próxima ou conhecer alguém. Transmite Mel em resposta à questão “Há alguma coisa que eu não tenha perguntado e que seja importante sobre o tema? Sobre as relações?”:

Nós moralmente somos muito próximos. Moralmente... acho que não é esta a expressão que eu quero dizer. Portanto, nós pensamos um no outro como irmãos. Ou seja, eu achei que lhe devia dizer, que me ia casar, por exemplo, de forma diferente do que disse a outras pessoas, não é? Portanto, eu represento-o como sendo mais próximo de mim, mas efetivamente não é. Percebes? Mas como eu sei que é meu irmão, e há este peso da fraternidade na família, não é? Eu sinto-me... por exemplo, agora para as prendas de Natal. Tu compras sempre para os mais próximos uma prenda um bocadinho melhor. E eu efetivamente compro uma melhor para o meu irmão. Como compro para os meus pais, mas depois sou capaz de dar com mais... até... adequação a prenda ao meu primo, que é muito mais baratucha, mas é de encontro aos interesses dele, do que a que dou ao meu irmão. Eu não posso dizer que não o conheço, mas não é... pronto, não há essa proximidade. Não sei se, às vezes, mas isso também é um bocadinho de perfil dele, lá está, não é só por a nossa relação ser assim distante. (Mel: FR • 2 • MIST • 2.º)

Considerações finais

O texto começa por discutir o conceito de intimidade, ativando os quadros teóricos que deram origem à operacionalização do conceito no âmbito da pesquisa. Como sugere Jamieson (2011) olhar para a intimidade a partir das práticas, permite alcançar amplitude nas diferentes formas de representar e fazer as relações de intimidade. Este texto sugere, ainda, que a intimidade não é só representada e feita, também é mostrada entre os sujeitos e para públicos relevantes. A combinação dos contributos teóricos selecionados para a discussão do conceito tornou possível captar a intimidade através da sua multiplicidade.

A partir do contexto das fratrias, procurou-se identificar como a intimidade é construída e que elementos lhe dão origem. O tempo e o espaço revelaram-se cruciais, sendo o ponto de partida para que estabelecer os relacionamentos de proximidade. Depois, os outros elementos que identificados potenciam ou minimizam as conexões com os sujeitos, aqui, identificados, por presença ou por ausência. A forma como se mostra a intimidade é igualmente importante, porque não basta ser íntimo, é importante mostrar essa intimidade nas relações interpessoais.

As relações aqui em análise são as mesmas do ponto de vista do vínculo de parentesco, no entanto, o trabalho de campo retratou diferentes níveis de intimidade. Esta investigação tem como objetivo retratar a multiplicidade nas formas de ser, fazer e exhibir as relações fraternais. A partir das práticas de intimidade é possível identificar a diversidade das dinâmicas fraternais e renunciar à sua idealização. Especificamente, sobre o conceito de intimidade, deve-se ter em conta que a sua definição é subjetiva e individual, envolvendo diferentes interpretações sobre a

mesma relação interpessoal, uma vez que, é variável conforme a pessoa que coproduz a narrativa.

Financiamento

Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MEC) com verbas do Orçamento do Estado, do Fundo Social Europeu, disponibilizadas ao abrigo do PORTUGAL 2020, através do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) no âmbito da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/130622/2017.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Almack, K. (2008). Display work: Lesbian parent couples and their families of origin negotiating new kin relationships. *Sociology*, 42(6), 1183-1199. <https://doi.org/10.1177/0038038508096940>
- Buisson, M. (2003). *La fratrie, Creuset de Paradoxes*. L' Harmattan Logiques Sociales.
- Davies, K. (2019). 'Sticky' proximities: Sibling relationships and education. *The Sociological Review*, 67(1), 210-225. <https://doi.org/10.1177/0038026118784832>
- Dermott, E., & Seymour, J. (Eds.) (2011). *Displaying Families: A New Concept for the Sociology of Family Life*. Palgrave Macmillan.
- Finch, J. (2007). Displaying Families. *Sociology*, 41(1), 65-81. <https://doi.org/10.1177/0038038507072284>
- Grigoryeva, A. (2017). Own Gender, Sibling's Gender, Parent's Gender. *American Sociological Review*, 82(1), 116-146. <https://doi.org/10.1177/0003122416686521>
- Haldar, M., & Wærdahl, R. (2009). Teddy Diaries: A Method for Studying the Display of Family Life. *Sociology*, 43(6), 1141-1150.
- Hall, S. M., & Holdsworth, C. (2016). Family Practices, Holiday and the Everyday. *Mobilities*, 11(2), 284-302. <https://doi.org/10.1080/17450101.2014.970374>
- Harman, V., & Cappellini, B. (2015). Mothers on Display: Lunchboxes, Social Class and Moral Accountability. *Sociology*, 49(4), 764-781. <https://doi.org/10.1177/0038038514559322>
- Harper, D. (2002). Talking about pictures: A case for photo elicitation. *Visual Studies*, 17(1), 13-26. <https://doi.org/10.1080/14725860220137345>

- Irish, D. P. (1964). Sibling Interaction: A Neglected Aspect in Family Life Research. *Social Forces*, 42(3), 279-288. <https://doi.org/10.2307/2575529>
- James, A., & Curtis, P. (2010). Family displays and personal lives. *Sociology*, 44(6), 1163-1180. <https://doi.org/10.1177/0038038510381612>
- Jamieson, L. (1998). *Intimacy*. Polity Press.
- Jamieson, L. (2011). Intimacy as a Concept: Explaining Social Change in the Context of Globalisation or Another Form of Ethnocentrism? *Sociological Research Online*, 16(4), 151-163. <https://doi.org/10.5153/sro.2497>
- Lahad, K., Sabar, G., & Sabar Ben Yehoshua, N. (2018). Doing and Displaying Gendered Boundary Work among Blended Families in Israel. *Sociology*, 52(1), 95-110. <https://doi.org/10.1177/0038038516677220>
- Mason, J. (2018). *Affinities. Potent Connections in Personal Life*. Polity Press.
- Mason, J., & Davies, K. (2009). Coming to our senses? A critical approach to sensory methodology. *Qualitative Research*, 9(5), 587-603. <https://doi.org/10.1177/1468794109343628>
- Morgan, D. (1996). *Family Connections*. Polity Press.
- Morgan, D. (2011a). Locating 'Family Practices'. *Sociological Research Online*, 16(4), 1-9. <https://doi.org/10.5153/sro.2535>
- Morgan, D. (2011b). *Rethinking Family Practices*. Palgrave Macmillan.
- Portner, L. C., & Riggs, S. A. (2016). Sibling Relationships in Emerging Adulthood: Associations with Parent-Child Relationship. *Journal of Child and Family Studies*, 25(6), 1755-1764. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0358-5>
- Portugal, S. (2014). *Famílias e Redes Sociais: Ligações fortes na produção de bem-estar*. Edições Almedina, S.A.
- Ribbens McCarthy, J., Holland, J., & Gillies, V. (2003). Multiple perspectives on the "family" lives of young people: Methodological and theoretical issues in case study research. *International Journal of Social Research Methodology: Theory and Practice*, 6(1), 1-23. <https://doi.org/10.1080/13645570305052>
- Seymour, J. & Bagguley, P. (Eds.) (1999). *Relating Intimacies: Power and Resistance*. Macmillan Press LTD.
- Share, M., Williams, C., & Kerrins, L. (2018). Displaying and performing: Polish transnational families in Ireland Skyping grandparents in Poland. *New Media & Society*, 20(8), 3011-3028. <https://doi.org/10.1177/1461444817739272>
- Smart, C. (2007). *Personal Life*. Polity Press.
- Smart, C. (2011). Families, Secrets and Memories. *Sociology*, 45(4), 539-553. <https://doi.org/10.1177/0038038511406585>
- Tanskanen, A. O., & Rotkirch, A. (2019). Sibling similarity and relationship quality in Finland. *Acta Sociologica*, 62(4), 440-456. <https://doi.org/10.1177/0001699318777042>
- Walsh, J. (2018). Migrant family display: A strategy for achieving recognition and validation in the host country. *Sociological Research Online*, 23(1), 67-83. <https://doi.org/10.1177/1360780417747286>

Zhang, Q. F. (2014). The Strength of Sibling Ties: Sibling Influence on Status Attainment in a Chinese Family. *Sociology*, 48(1), 75-91.
<https://doi.org/10.1177/0038038512466971>

Data de submissão: 24/06/2021 | **Data de aceitação:** 25/01/2023



A PROSPETIVA ESTRATÉGICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Um estudo de caso sobre relações de cooperação entre municípios

STRATEGIC FORESIGHT AS A SUPPORT TOOL FOR THE DEVELOPMENT OF NEW TERRITORIAL DYNAMICS

A case study on cooperation relations between municipalities

Ana Balão

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Investigação, Metodologia, Visualização, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Departamento Ciências Sociais, Território e Desenvolvimento & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). Praça da República, 23-25, 7300-109 Portalegre, Portugal

E-mail: ana.balao@ippportalegre.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3744-3764>

José Saragoça

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). Colégio do Espírito Santo, Largo dos Colegiais, 2, 7000-803 Évora, Portugal

E-mail: jsaragoca@uevora.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5169-5517>

Resumo: Este texto considera o território como um espaço em permanente transformação, originada pela ação dos diferentes atores e pelas interações que mantém entre si e com outros, num sistema aberto, e assume a metodologia prospetiva como uma abordagem útil para compreender o jogo de atores de um determinado sistema, capaz de contribuir para a construção coletiva de uma visão de futuro.

Apresenta-se e discute-se um “estudo de caso”, onde o uso da prospetiva estratégica se evidencia enquanto metodologia útil à tomada de decisão de atores municipais, no quadro da sua cooperação, evidenciando as componentes e os fatores condicionadores dessas relações em diferentes tempos de ação.

Em termos metodológicos, apresenta-se a análise estratégica de atores, operacionalizada através do método MACTOR (Método Actores, Objetivos; Relações de força), identificando-se, assim, os jogos e as relações de força entre os atores no âmbito do sistema de relações municipais do território em análise.

Os resultados evidenciam os fatores-chave do sistema de cooperação do Alto Alentejo, que os atores podem considerar para responder aos desafios colocados pelos novos modelos de políticas públicas, nomeadamente a necessidade de empreender ações multinível, multisetorial e multiescalar para a mudança desejada, salientando-se o papel das autoridades centralizadas de cooperação, nomeadamente, Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo ou Entidade Regional de Turismo do Alentejo, neste contexto.

Palavras-chave: prospetiva estratégica, desenvolvimento territorial, políticas públicas, cooperação intermunicipal.

Abstract: This text considers the territory as a space in constant transformation, driven by the actions of different actors and the interactions they maintain among themselves and with others within an open system. It assumes prospective methodology as a useful approach to understand the game of actors within a specific system, capable of contributing to the collective construction of a vision for the future.

The main goal is to present and discuss a ‘case study’ that highlights the use of strategic foresight as a useful methodology for decision-making by municipal actors within the framework of their cooperation. It emphasizes the components and conditioning factors of these relationships at different times of action.

Methodologically, it presents the strategic analysis of actors, operationalized through the MACTOR method (Method Actors, Objectives; Relations of Strength), thus identifying the games and power relationships among actors within the municipal relations system of the analyzed territory.

The results highlight the key factors of the Alto Alentejo cooperation system, which actors can consider in addressing the challenges posed by new public policy models, particularly the need to undertake multilevel, multisectoral and multiscale actions for the desired change, emphasizing the role of centralized cooperation authorities, namely, the Alto Alentejo Intermunicipal Community or the Alentejo Regional Tourism Entity, in this context.

Keywords: strategic foresight, territorial development, public policies, intermunicipal cooperation.

Introdução¹

Os paradigmas associados ao desenvolvimento do território têm vindo a sofrer profundas alterações. Atualmente, os territórios assumem novos papéis e novos protagonismos para a construção do futuro desejado e possível.

As políticas públicas apelam a um novo modelo em que emergem novos atores (públicos e privados, coletivos e os próprios cidadãos) num quadro relacional multinível e de parceria, em que são operacionalizadas triangulações entre estratégias de “cima para baixo”, com outras de sentido inverso. A nova lógica de ação centra-se nas necessidades dos territórios e no aproveitamento dos seus recursos e aptidões. Pode afirmar-se que estamos perante novos sistemas em que, para além de novos protagonistas, também se convocam os modelos de organização das relações entre atores, numa governação multinível, multidimensional e multiescalar, permitindo a participação, a ação e a corresponsabilização de atores de diferentes naturezas (públicos, privados, associativos, associados a sistemas investigação e desenvolvimento e os próprios cidadãos), de escalas de atuação que podem trespassar níveis de ação desde o internacional ao local, de diferentes setores e cuja dimensão é ou pode ser bastante heterogénea. Deste modo, importa desencadear novas formas de governança baseados na cooperação entre múltiplos atores, que possuem objetivos comuns, mas onde podem confluir outros, claramente, opostos e cujos interesses podem (e são, muitas vezes) diferenciados, e em que os meios detidos pelos diferentes atores são (ou podem ser) significativamente díspares.

1 O trabalho que se apresenta tem origem numa comunicação apresentada na *VI Conference on Regional and Urban Planning and I Conference on Data Science for the Social Sciences*, realizada na Universidade de Aveiro em 2021.

Contudo, não existem pretensões de encontrar um modelo único de cooperação entre atores. Efetivamente, impõe-se que sejam idealizadas formas mais completas e outras mais flexíveis de relação, para a concretização de propósitos comuns e de políticas públicas, num quadro de múltiplos atores cujos interesses e meios são bastante diversos.

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir um estudo de caso onde se evidencia o uso da prospetiva estratégica enquanto metodologia útil à tomada de decisão de atores municipais, no âmbito do sistema de cooperação, demonstrando as componentes e os condicionadores dessas relações em diferentes tempos de ação.

A prospetiva estratégica, através da mobilização de diferentes métodos, constitui-se como um instrumento (de planeamento) capaz de articular o curto e o longo prazo, e promover as orientações que levarão a decisões (exteriorizadas em ações) no futuro. Por outro lado, o trabalho visa explicitar a aplicabilidade dos métodos prospetivos enquanto instrumento de apoio ao desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais, no presente e no futuro.

O trabalho está estruturado em três partes. A primeira dedica-se ao enquadramento teórico, à sistematização das mudanças ocorridas no âmbito das teorias do desenvolvimento territorial e das políticas públicas. A explanação do tema realiza uma trajetória sobre a territorialização das políticas públicas no contexto europeu e explicita o surgimento e incremento das políticas públicas de base territorial, em que se cruzam opções, decisões, ações e avaliações “de baixo para cima” e outras de sentido oposto. Aqui, também se focam os modelos relacionais baseados em sistemas de cooperação e o aparecimento das parcerias como uma necessidade para a concretização dos novos modelos de desenvolvimento. Nesta parte surge um subcapítulo dedicado à relação entre a metodologia prospetiva e a prossecução das (novas) políticas públicas, evidenciando-se as potencialidades (e as debilidades) desta metodologia para a transformação e mudança futura, possível e desejável. Na segunda parte do trabalho, dedicada à metodologia, são apresentadas as ferramentas/instrumentos associados à prospetiva e, ainda, as características associadas à metodologia que revelam pertinência para a sua aplicação aos territórios. A última parte detém-se sobre os resultados do estudo empreendido, evidenciando a relevância da utilização da prospetiva estratégica para o sistema de cooperação intermunicipal. No âmbito dos diversos métodos associados à metodologia, destaca-se, neste trabalho, a análise estratégica de atores, o método MACTOR (Método Atores, Objetivos, Relações de força) para a identificação das relações de força e de dependência entre atores, para a compreensão dos fatores de força e os fatores críticos de sucesso, aqueles que podem fazer periclitir o sistema, no futuro.

Enquadramento teórico

Políticas públicas e desenvolvimento territorial

Atualmente, nas diferentes dimensões da sociedade é usual considerar a necessidade de as políticas estarem ajustadas aos territórios em que incidem, às suas necessidades, aos seus objetivos, aos meios disponíveis, às relações existentes *intra* e *extra* território. A participação é outro pressuposto da ação, as políticas devem ser participadas pelos diversos e diferentes atores territoriais, numa lógica que possa integrar estratégias “de cima para baixo”, mas também e, especialmente, “de baixo para cima”. Contudo, esta realidade ainda está longe de se constituir como uma forma de ação generalizada e aplicada de forma transversal embora a génese do desenvolvimento territorial tenha aparecido na década de 80 do século passado, quando Walter Sthör e David Taylor propõem o “*bottom up development*”. Neste contexto surge o desenvolvimento territorial e o aparecimento de novos protagonistas no processo, nomeadamente, os atores locais e as suas comunidades. Sthör (1984) fala sobre os múltiplos exemplos de desenvolvimento sustentado endógeno em zonas periféricas, mas cuja visibilidade é incomparavelmente inferior à relevância dada a projetos dinamizados por organizações centrais e menciona o aparecimento de programas que têm na sua génese o desenvolvimento “a partir de baixo”.

Na Europa, a territorialização das políticas públicas tem estado na agenda dos órgãos da União Europeia (UE) e, naturalmente, dos diferentes países que a integram. Neste contexto, a valorização dos territórios enquanto espaço relacional e composto por identidades próprias tem vindo a ganhar adeptos, facto especialmente evidente após a crise económica e social que atingiu, de forma global, o mundo. O desenvolvimento territorial relaciona-se com o novo contexto de mudanças que Baudelle et al. (2011) tão bem sintetizaram: a globalização económica, alterações sociais e societais, a par de alterações na estrutura familiar e de coabitação e alterações climáticas.

O acentuar de problemas entre países, fruto do avanço de modelos de desenvolvimento em que os territórios eram considerados espaços homogêneos, desterritorializados, desumanizados, em que as relações sociais manifestadas ou o espaço físico onde estas têm lugar, os recursos (materiais e imateriais) não se constituíam como fatores diferenciadores e de desenvolvimento, levaram a alterações na conceção das políticas públicas e na ação dos atores.

Hoje, parece familiar o conceito de coesão. No entanto, o seu surgimento no seio da União Europeia é fruto da integração de países com problemas estruturais de desenvolvimento, nomeadamente Portugal e Espanha, e porque as diferenças

sociais e económicas não se manifestavam apenas na comparação entre países, mas incluíam regiões, nomeadamente de países economicamente desenvolvidos, o que influencia o aparecimento do princípio da valorização territorial, associado a uma visão em que “os territórios são marcados por aquilo que têm de único, mas também pela teia de inter-relações e a conectividade que se estabelecem nesse, e por esse, espaço geográfico” (Balão, 2020, p. 21). Tal como defendem Dias e Seixas (2020) não é possível compreender o desenvolvimento sem que sejam equacionados o processo relacional e histórico, sendo o território produto de uma construção social.

De acordo com vários autores (Barca et al., 2012; Kahn, 2010; Santinha, 2014), a assunção deste novo paradigma associa-se à ação de diferentes organismos internacionais (p. ex. Banco Mundial, OCDE, UE), que emitem as suas posições sobre novas conceções dos territórios, conferindo importância à dimensão territorial e à coesão territorial.

O paradigma territorial é acompanhado de um novo modelo de governação, no qual os atores locais assumem um especial protagonismo, desde logo porque se prevê a sua participação nos processos (definição, concretização e avaliação), assumindo um novo poder (participação, decisão e ação) na definição de políticas de desenvolvimento territorial, com uma forte componente identitária (Arocena, 2002). De acordo com Reis e Baltazar (2018) a participação pode assumir dois modelos diferentes: colaboração com iniciativas encetadas pelo poder ou pode assumir aspetos organizativos e expressivos posicionamentos contrários à iniciativa que tem origem no poder. Estes dois modelos de ação são evidentes da racionalidade dos atores, que é uma racionalidade limitada em função de fatores como a afetividade, preferências, interesses, hábitos, capacidades cognitivas, meios e valores (Crozier & Friedberg, 1990; Friedberg, 1993; Guerra, 2010; Reynaud, 2004) e que influenciam as suas ações e interações, podendo alterar-se em função dos contextos em que se operacionaliza.

É neste quadro conceptual que surgem as políticas públicas de base territorial — *territory — focused public policies*. A introdução de novos atores e o incremento de novos modelos de governação, em que se mesclam opções, decisões, ações e avaliações “*top down*” com outras “*bottom-up*”, num plano de ação multinível e multiescalar, sendo estas

as políticas concebidas e implementadas segundo um quadro estratégico prospetivo elaborado a partir de um dado território, com graus eventualmente desiguais de participação do sistema de atores regionais e locais. Os impactos territoriais das políticas públicas produzem-se independentemente de estas poderem ou não ser consideradas PPBT [*i.e.*, políticas públicas de base territorial]. (Figueiredo, 2010, p. 11)

A necessidade de existência de um referencial estratégico de articulação entre níveis de governação, mas também entre atores territoriais, conduziu à necessidade de desenvolver sistemas de relacionamento baseados na cooperação, de novas formas de governação e organização (Ramos & Baltazar, 2017).

Quando olhamos para a realidade nacional afigura-se de especial importância esta afirmação, tendo presente o carácter centralizador do Estado português. A territorialização de políticas públicas não se limita a introduzir uma nova abordagem nas políticas tradicionais, como referido por Dias e Seixas (2020), as alterações ocorrem ao nível dos processos das políticas públicas e, fundamentalmente no que se refere à ação dos atores e apelam a sistemáticos arranjos, de geometria variável, adequados ao problema complexo sobre o qual pretendem intervir. Em simultâneo, recorrem à mobilização de atores diversos, mesclando intervenções de diferentes níveis de poder, impulsionando a constituição de redes de atores “que possibilitem potenciar, reconverter ou pôr em funcionamento, modelos de cooperação interorganizacionais internos e externos” (Neto, 2013, p. 97).

O incremento e desenvolvimento de relações baseadas num sistema de cooperação tem vindo a ser apontando, por entidades significativamente diversas, como uma necessidade para a concretização de objetivos associados a estes desígnios. No seio da União Europeia tem vindo a incentivar-se a criação de redes de parceria como forma de evitar o isolamento (Neto, 2013), em especial em termos económicos. Contudo importa referir que a cooperação pode ter origem em motivações bastante diversas.

Após um longo período associado à defesa de modelos relacionais marcados pelo individualismo e pela competição, mas em que se observa, simultaneamente, a fragilização da coesão territorial, agudizando as desigualdades entre territórios (regiões e países) surge a necessidade de constituição de redes baseadas na cooperação. Ergue-se a necessidade de promover sistemas de relações em que os vários atores (parceiros) se unem para a concretização de objetivos comuns, de solucionar necessidades semelhantes, mas também para responder a desafios similares, em resposta a pressões internas e/ou externas, proteção face, nomeadamente, a situações que conduzam ao isolamento ou até à extinção. Sinal da importância da constituição de rede e de parcerias é o facto de se constituírem como um dos pilares para a concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável protagonizados pelas Nações Unidas, na defesa da sustentabilidade como um desígnio de futuro. As parcerias são apontadas por esta organização como forma de aumentar a coerência das políticas que visam o desenvolvimento sustentável e aponta-se a sua relevância para a concretização dos diferentes objetivos plasmados na Agenda 2030.

A prospetiva estratégica enquanto instrumento de planeamento e desenvolvimento territorial

A prospetiva estratégica é uma reflexão sobre o futuro, sendo uma metodologia que o futuro é construído pelas decisões e ações dos diferentes atores. A missão da prospetiva é ajudar a construir o futuro e este assenta sob três conceitos básicos: o futuro como espaço de liberdade, o futuro como espaço de poder e o futuro como espaço de vontade (Gabiña, 1998; Jouvenel, 2004)

Os estudos do futuro estão, desde há longa data, ligados ao planeamento, tendo ganho relevância após as duas Grandes Guerras Mundiais. H. Jouvenel (2004), um dos mais relevantes impulsionadores da prospetiva a nível mundial, refere-se ao futuro como algo que se constrói e não como uma realidade determinada à partida. Nas últimas décadas é evidente o desenvolvimento de exercícios prospetivos associados ao contexto de globalização da economia e de desterritorialização (Chorincas, 2006). Com o surgimento e desenvolvimento das políticas públicas territorializadas, a prospetiva tem assumido um importante papel para que os atores possam responder às necessidades associadas à regulação destas políticas, mas também para controlarem o desenvolvimento do seu território, o futuro desejado.

Considerando o futuro como um espaço de liberdade, de vontade e de poder (Gabiña, 1998; Godet, 1993; Jouvenel, 2004) a prospetiva, nomeadamente a prospetiva estratégica, está claramente relacionada com a prossecução das designadas políticas públicas de 2^a ou de nova geração (Balão, 2020; Dias & Seixas, 2020), as políticas públicas territorializadas, que desafiam a responder a problemas complexos através da implicação de uma multiplicidade de atores de diferentes naturezas, recorrendo a modelos mistos de atuação, em escalas diversas, considerando o produto das relações entre estes atores como fator de singularidade na ação coletiva, expressa nas respostas empreendidas para a prossecução do desenvolvimento territorial, enquanto construção social.

A prospetiva constitui-se como uma ferramenta que concede aos decisores informações estratégicas e, simultaneamente, tem capacidade de mobilização, sensibilização e criação de consensos (Nunes & Heitor, 2002) em torno de ações que se constituem como possibilidades de futuro, também designados *futuribles*. Esta metodologia indica a coconstrução de ações prioritárias para a concretização de visões futuras e a sua aplicação na esfera das políticas públicas permite “um conjunto de possibilidades de transformação estrutural e substantiva das mesmas, seja no âmbito da sua conceção, seja no quadro da respetiva implementação, monitorização e avaliação” (Albuquerque, 2017, p. 48). Numa sociedade sujeita a mudanças cada vez mais rápidas, operadas de forma global e sentidas localmente, torna-se premente fazer uso de instrumentos que nos permitam reduzir níveis de surpresa e de

incerteza e tal só será possível se estivermos numa plataforma que considere o longo prazo, como é o caso da prospetiva.

Nunes e Heitor (2002), reportando-se à relação entre prospetiva e técnicas de planeamento a longo prazo referem as características inovadoras desta metodologia no que concerne ao facto de esta incorporar nas decisões do momento presente, os desafios e oportunidades a longo prazo e também de promover uma atuação em rede relativamente às decisões de longo prazo. Devemos ter presente o contexto em que se operam as políticas de desenvolvimento territorial, local de novos questionamentos, onde se aplicam novos modos de governação e nos quais participam atores diversos, com objetivos e meios diversos e, não raras vezes, em conflitualidade, onde se operacionalizaram mudanças de escalas, em que foram criados novos construtos territoriais (p. ex. territórios transfronteiriços). Neste sentido, são pertinentes as palavras de Michel Godet quando defende que “a ação pública nos territórios deve, mais do que nunca, ser iluminada à luz do futuro possível e desejável” (Godet, 2005, p. 15). Para Chorincas (2006) a prospetiva territorial incorpora um sistema de informação territorial, mas vai mais além, na medida em que identifica o seu futuro possível e desejável. Apesar da diversidade de conceitos sobre prospetiva territorial (Balão, 2020), existem elementos comuns que os unem: território, local, estratégias, mudança, incerteza (redução), futuro.

A prospetiva estratégica tem a capacidade de articular a vertente estratégica do longo prazo (futuro) com as necessidades de gestão do curto prazo (presente), não desvalorizando o conhecimento do passado. Aquilo a que Godet (1993) chama o “triângulo grego” da prospetiva constituído por três dimensões que simbolizam três tempos distintos: uma, que visa conceder uma visão global da envolvente passada, presente e futura (pré-atividade); outra, dedicada às propostas que antecipam a mudança, consubstanciada nos objetivos estratégicos e nos projetos locais (pró-atividade); e, finalmente, uma terceira, que consubstancia o plano estratégico, em que os objetivos estão associados a ações e compromete, através da responsabilização, todos os atores em cena.

Diversos autores (Cuervo, 2006; Miklos, 2008; Vásquez, 2021; Vitale et al., 2016;) afirmam que a prospetiva tem sido uma ferramenta para pensar os territórios, mas também um instrumento de governação local, em que a participação (e a negociação) assume relevância significativa. De acordo com Chorincas, esta metodologia envolve “cinco elementos fundamentais: (1) antecipação; (2) participação; (3) ligação em rede ou interacção; (4) visão; (5) acção” (Chorincas, 2006, p. 280).

A “caixa de ferramentas” da prospetiva disponibiliza um conjunto de metodologias e técnicas para a sua operacionalização. Usando a proposta de Santos e Saragoça (2017) identificam-se as seguintes: “i) Opinião de especialistas; ii) Cenários;

iii) Modelagem e simulação; iv) Monitoramento e sistemas de inteligência; v) Análise de tendências; vi) Métodos descritivos e matrizes; vii) Métodos estatísticos; viii) Criatividade e ix) Avaliação/decisão” (Santos & Saragoça, 2017, p. 106).

A metodologia prospetiva apresenta características que mostram um alinhamento com as premissas associadas às políticas públicas territorializadas e aos processos que lhe estão inerentes, revelando-se pertinente a sua utilização na aplicação destas políticas e na definição de opções de desenvolvimento territorial. Tendo presente o contexto das políticas públicas territorializadas, destacamos algumas das características desta metodologia para a sua aplicação aos territórios:

- *Inclusiva*, visa a inclusão de atores diversos e quanto mais significativa for maior será a capacidade para construir o futuro, pelos desafios equacionados, pelos meios mobilizados e pela capacidade de construção de uma identidade comum; a utilização de diferentes instrumentos para a sua operacionalização permite conhecer os consensos mobilizadores, mas não afasta os conflitos, fraturantes para a ação futura;
- *Flexível*, não existe um modelo único de aplicação da metodologia prospetiva, existindo a possibilidade de utilização de métodos associados à “caixa de ferramentas” (Godet, 2000) com outros que derivam de outros campos científicos sendo a aplicação destes métodos ajustada ao contexto em que se operacionaliza o exercício prospetivo;
- *Mobilizadora*, o objetivo é a construção do(s) futuro(s) possíveis e concretizáveis, esta metodologia cria e mobiliza-se em torno de uma visão de futuro, mobilizando os diferentes atores em torno de uma ação coletiva que visem concretização desses objetivos no sentido de concretizar a mudança desejada para alcançar o futuro desejado;
- *Participativa*, a participação dos atores é fundamental para a sua concretização;
- *Empoderadora*, através da construção de uma visão comum, do desenvolvimento de ações baseadas em relações de cooperação para a concretização dos objetivos mobilizadores, a prospetiva permite fortalecer o capital social e territorial;
- *Multiterritorial*, a sua aplicação pode incidir sobre diferentes planos: municipais, supramunicipais, regionais, nacionais ou supranacionais;
- *Multitemática*, os métodos têm capacidade para se aplicar a uma variedade de temas (p. ex. turismo, educação, cultura, economia, indústria, energia...);
- *Multidisciplinar*, esta característica advém da observação de outras características que lhe são associadas, a multiplicidade de atores, diversidade de temáticas e também pelo facto de as equipas de prospetiva serem constituídas por

elementos oriundos de diferentes disciplinas, com capacidade para mobilizar diferentes conhecimentos, métodos e instrumentos científicos que enriquecem os exercícios prospetivos;

- *Facilitadora da decisão*, pelo conjunto de informações promovidas e produzidas no quadro desta metodologia, cujos resultados alcançados espelham os diferentes tempos de ação e têm como fonte os próprios atores;
- *Promotora de conhecimento*, evidenciando as variáveis internas e externas do sistema, bem como os projetos dos atores, as suas estratégias, os eventuais conflitos, as mudanças, as imagens e visões futuras, bem como o plano de ação para a concretização do futuro desejado. E, simultaneamente, afasta as ideias preconcebidas, baseadas em informações parciais ou fragmentadas, fornecendo importantes informações a todos os atores, mas especialmente aos decisores políticos. Tendo presente o processo de construção coletiva de que se reveste o exercício prospetivo, estamos perante um processo de aprendizagem e conhecimento para todos os atores envolvidos, nomeadamente sobre a realidade, mas também sobre os resultados obtidos e o processo que os originou.

No entanto, não poderemos deixar de evidenciar que esta metodologia também contempla algumas limitações. A sua utilização no espírito da *Escola Francesa de Prospetiva*, implica a participação empenhada dos atores, e este será o primeiro obstáculo a transpor para a concretização do exercício prospetivo. A participação dos atores não implica que estes evidenciem, clara e objetivamente, os seus objetivos, os projetos que desenvolvem (ou desejam) e/ou os meios disponíveis para a sua concretização, escondendo ou camuflando os seus pontos fracos, levando a envios decorrentes do “jogo” que estes desejam concretizar. O reconhecimento destas fragilidades conduz à necessidade de estar vigilante e atento aos “jogos” promovidos pelos atores em presença.

Por outro lado a mudança e a imprevisibilidade associadas a fatores inesperados podem promover alterações na ação dos atores e naquilo que foram as recomendações produzidas (Soares et al., 2017), não sendo possível afirmar que os resultados alcançados serão aqueles que conduzirão os atores à mudança e ao(s) futuro(s) desejados.

As relações entre investigador e atores e entre investigador e investigação/exercício é outro dos fatores que condiciona a metodologia prospetiva, pela proximidade que implicam essas relações e pela dificuldade de manter distanciamento desejado.

Pelo exposto, as relações de cooperação têm sido incentivadas nos mais diversos campos de ação, nomeadamente no desenvolvimento de políticas públicas territorializadas.

Assim, interessou-nos explorar e apreender, através do uso da metodologia prospetiva, em especial da utilização do Método MACTOR, a análise estratégica de atores, as relações de cooperação empreendidas por um grupo de municípios, as dinâmicas desenvolvidas, os objetivos mobilizadores, as suas estratégias de ação e os meios que estão dispostas a alocar ao sistema de cooperação intermunicipal no qual se inserem.

Metodologia

O trabalho que se apresenta é resultado da investigação realizada sobre as relações de cooperação entre os quinze municípios que integram a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUT) do Alto Alentejo. Os atores participantes no estudo foram os municípios da NUT III Alto Alentejo². Dos quinze municípios que compõem a NUT, 12 participaram na investigação³.

Procedeu-se a investigação aplicada, no campo da investigação-ação, cuja estratégia de investigação se baseou no estudo de caso⁴, tendo-se assumido as diferentes limitações associadas a estas investigações (Duhamel & Fortin, 1999; Saragoça, 2010; Yin, 1994).

O estudo enquadra-se no âmbito da prospetiva, nomeadamente a proposta pela Escola Francesa de Prospetiva (Godet, 1993), e neste contexto, apresenta-se um dos métodos inseridos nesta Escola, a análise estratégica de atores.

A análise estratégica de atores, método MACTOR, visa analisar os jogos de atores. Segundo Godet (1993), este empreendimento é concretizado através da identificação dos projetos e das motivações dos atores, dos meios que destinam para tal efeito e respetivos constrangimentos; da identificação e hierarquização dos desafios estratégicos e dos objetivos que lhe estão associados, posicionando os atores face aos objetivos e identificando as convergências/divergências entre estes; da avaliação das relações de força; e da formulação de hipóteses sobre os acontecimentos que irão caracterizar as relações de força.

Atendendo aos objetivos da investigação e à metodologia considerada mais adequada para desocultar o fenómeno da cooperação intermunicipal, importava

-
- 2 Atendendo aos objetivos do estudo e à natureza dos atores não se operacionalizou uma tipologia de atores.
 - 3 Sendo estes: Alter do Chão (ALT), Avis (AVS), Campo Maior (CAMPMAIOR), Castelo de Vide (CASTVIDE), Elvas (ELV), Fronteira (FRONT), Gavião (GAV), Marvão (MAR), Monforte (MONF), Ponte de Sor (PSOR), Portalegre (PTG) e Sousel (SOU). Os municípios de Arronches (ARRON), Crato (CRT) e Nisa (NIS) não tiveram participação em qualquer um dos momentos da investigação, por sua decisão.
 - 4 Assumindo-se que o contexto possuiu relevância para o fenómeno em investigação (Yin, 1994).

proceder à delimitação do sistema, para que fossem conhecidas as dinâmicas passadas e presentes do sistema de cooperação. Para a concretização desta tarefa recorreu-se à realização de um seminário de prospetiva, cujo principal objetivo foi promover a reflexão sobre práticas de relacionamento entre os municípios e outras instituições e, simultaneamente, abordar o futuro da cooperação em territórios de baixa densidade. Este foi fundamental para o diagnóstico do sistema em causa, para o qual também contribuiu a análise de documentação disponível, nomeadamente legislação e outros documentos que, não sendo documentos reguladores, influenciam as relações entre municípios. Devido a este fenómeno não estar estudado, foi necessário proceder à recolha de informação nos municípios por forma a proceder à análise retrospectiva das relações de cooperação entre municípios.

A caracterização do tempo presente foi realizada mediante procedimentos inspirados no método MACTOR proposto por M. Godet. Assim, foi realizada uma análise documental que incidiu em protocolos de cooperação firmados entre municípios do território em estudo disponíveis em 11 câmaras municipais estudadas (de 562 documentos consultados foram validados 329), a aplicação de questionários a 12 câmaras municipais⁵ e a realização de entrevistas a cinco presidentes de câmara.

No que concerne à identificação dos desafios estratégicos e dos objetivos associados, este objetivo foi concretizado através de diferentes recursos: *i)* bibliografia consultada, *ii)* análise das comunicações proferidas no âmbito do seminário de prospetiva e *iii)* sinopse e análise de conteúdo das entrevistas aplicadas aos presidentes de câmara, que contemplaram os principais desafios e objetivos no sistema de cooperação. Através do quadro de desafios estratégicos e identificação dos objetivos associados foram identificados três pilares sobre os quais assentam os desafios: o ambiente interno, a envolvente externa e a governação.

A aplicação do método MACTOR compreendeu as seguintes fases: *i)* recenseamento dos atores; *ii)* identificação de desafios e objetivos estratégicos; *iii)* identificação de meios de ação e obstáculos que colocam em causa a concretização dos objetivos por parte dos diferentes atores; *iv)* identificação das convergências e divergências entre municípios; *v)* reconhecimento das relações de força presentes no sistema de cooperação intermunicipal do Alto Alentejo; e *vi)* identificação de, eventuais, *clusters* no sistema.

5 Em que foi recolhida informação sobre: os objetivos, meios de ação, dependências entre atores, potenciais convergências e, eventuais, divergências entre atores.

Resultados — Estudo de caso: utilidade da prospetiva para a análise da cooperação intermunicipal

A cooperação ocorre quando os indivíduos, os grupos ou as organizações se juntam de forma a atingir determinados objetivos, para aceder a recursos ou meios que, à partida e de forma isolada, lhe estavam vedados ou menos acessíveis (Balão, 2020). Trata-se de um processo social em que “os atores do sistema dispõem de múltiplos graus de liberdade que vão poder exercer, através de ações estratégicas, para atingir os fins que fixaram” (Godet, 1993, p. 140). Este foi um pressuposto do presente estudo empírico.

A abordagem empreendida, no seio da prospetiva territorial, relaciona os modelos de desenvolvimento territorial, as (novas) políticas públicas e a ação dos atores para responder aos desafios internos e externos com que são confrontados, explicitando a sua ação no âmbito do sistema de cooperação. Nomeadamente, a lógica de ação dos atores, sobre os fenómenos e fatores que levam estes atores (municípios do Alto Alentejo) a encetarem e cimentarem relacionamentos em que necessitam de atuar de forma conjunta para a concretização de ações coletivas (Balão, 2020).

Teve-se presente na investigação que a defesa de um novo modelo de desenvolvimento (territorializado) associado à identidade e capacidades (recursos, meios, relações) dos territórios vem, simultaneamente, elevar as capacidades e a ação dos atores locais, e das suas populações, de forma a contribuírem para a resolução de determinados problemas ou para suprirem certas necessidades, num jogo substancialmente diverso e onde novos modelos de governação são defendidos e experimentados.

A investigação empírica procurou explorar as relações, realizadas no âmbito local, mas também fora do seu território porque “todas elas, podem gerar os recursos importantes para responder (ou contribuir para responder) às demandas e necessidades na contemporaneidade” (Balão, 2020, p. 4), novas conceptualizações sobre políticas públicas, onde sobressaem novos modelos, com responsabilidades renovadas por parte de novos atores.

As áreas de cooperação são múltiplas, podendo contemplar a concretização de infraestruturas e de equipamentos, mas também podem ter como objeto a concretização de ações, materiais ou imateriais, associadas à coesão social, à competitividade ou à inovação. Nos 329 documentos analisados, a título de exemplo, algumas das áreas em que os municípios operaram protocolos de cooperação intermunicipal: ambiente e saneamento; equipamento rural e urbano, proteção civil, energia; transportes e comunicação, habitação, património e cultura; educação, ensino e formação profissional; turismo.

A análise estratégica de atores empreendida através do método MACTOR, mostra, quanto aos meios que os atores disponibilizam, que a realidade é bastante diversa e nenhum dos atores afirma possuir todos os meios. “O capital humano dos municípios é identificado como o principal meio para que se possam atingir os objetivos da cooperação intermunicipal” (Balão, 2020, p. 230), mas a análise revela que os municípios assumem não possuir equipas treinadas para o trabalho cooperativo. Estes atores evidenciam, ainda, os seus equipamentos físicos e tecnológicos como meios disponíveis para mobilizar no âmbito do sistema de cooperação.

Para desocultar as relações de força existentes entre atores, promoveu-se a análise das dependências, convergências e divergências entre atores. As entrevistas realizadas aos presidentes de câmara evidenciavam relações de dependência no sistema (p. ex. relativamente a outros níveis de governação). As respostas empreendidas sobre o seu grau de dependência direta relativamente aos seus pares e outras entidades⁶, revelam que os municípios mais próximos geograficamente são aqueles de quem se reconhece maior dependência.

Os dados foram apurados a partir de uma Matriz de Influências Diretas (MID) (Figura 1) e deram origem à Matriz de Influências Diretas e Indiretas (MIDI) (Figura 3) e ao Plano de Influências e Dependências entre Atores⁷ (Figura 4).

Neste sistema, os atores mais influentes são os municípios de Alter do Chão, Avis, Fronteira, Marvão e Monforte e que os mais dependentes são os municípios de Gavião, Elvas e Campo Maior.

A Matriz dos Máximos de Influência Direta e Indireta (MMIDI) mostra que o nível máximo de influência de um ator sobre outro é 4, que acontece entre o município de Campo Maior e o município de Elvas e entre os municípios de Monforte e Fronteira (Figura 2).

No que se refere a outros atores, a autoridade centralizada de cooperação — Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) — é o ator cujo relacionamento e dependência é assumido como o mais significativo pelos municípios (Figura 3), ainda que existam outros atores dos quais é assumida dependência, nomeadamente entidades regionais como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e a Entidade Regional de Turismo (ERT). Facto também evidenciado nas entrevistas

6 Foram listados 53 outros atores — incluídos nos seguintes conjuntos: administração central ou administração desconcentrada do Estado, empresas públicas, empresas privadas, instituições de ensino, entidades regionais e outras entidades locais tendo presente a realidade local. Os partidos/coligações políticos também foram incorporados nesta listagem.

7 Este plano coloca em evidência os atores que desempenham um papel-chave no sistema (muito influentes e pouco dependentes), também designados de atores-chave; os atores que são muito influentes e muito dependentes, que podem ser considerados atores de ligação ou de charneira; os atores que apresentam pouca influência, mas um elevado grau de dependência e ainda os atores que são medianamente influentes e dependentes (Prestrelo, 2005; Saragoça, 2010).

MIDI	ALT	AVS	CAMPMAIOR	CASTVIDE	ELV	FRONT	GAV	MAR	MONF	PSOR	PTG	SOU	li
ALT	2	0	14	9	16	9	16	2	5	6	9	10	96
AVS	2	0	13	8	14	8	14	2	2	8	8	9	88
CAMPMAIOR	1	0	11	7	12	7	12	2	1	5	7	8	62
CASTVIDE	1	0	13	7	14	7	14	2	1	5	8	9	74
ELV	1	0	12	8	12	7	12	2	1	5	7	8	63
FRONT	2	0	13	8	15	8	15	2	5	6	8	9	83
GAV	1	0	10	6	10	6	10	1	1	4	7	7	53
MAR	1	0	13	9	14	7	14	2	1	5	9	9	82
MONF	2	0	12	8	13	8	13	2	2	6	8	9	81
PSOR	1	0	11	7	12	7	12	2	1	5	7	8	68
PTG	1	0	13	9	14	8	14	2	1	5	9	10	77
SOU	1	0	10	6	11	6	11	2	1	5	6	7	59
Di	14	0	134	85	145	80	147	21	20	60	84	96	886

Os valores representam influências diretas e indiretas entre os atores:
Quanto maior o valor, mais influência o ator exerce sobre o outro.

Figura 1 Matriz de Influências Diretas e Indiretas (MIDI)

Legenda:
Di: Dependências diretas e indiretas entre atores
li: Influências diretas e indiretas entre atores

Fonte: Balão (2020, p. 245).

realizadas aos presidentes de câmara, o Presidente 1 menciona a este respeito “Eu acho que o ator mais relevante no processo de cooperação é a proatividade que a Comunidade Intermunicipal tiver” (Balão, 2020, p. 424).

Contata-se que Fronteira e Portalegre possuem graus de influências significativos (Figura 4), mas também manifestam elevada dependência (quadrante B). Note-se que o município de Ponte de Sor surge como ator independente relativamente ao sistema de cooperação em presença (fraca influência e fraca dependência) (quadrante C).

Quando analisadas as relações de força, verifica-se os municípios que já haviam manifestado ser muito influentes e pouco dependentes são os detentores de maior capacidade para influenciar o sistema.

A utilização do método MACTOR conduziu a que fossem desenvolvidas análises com recurso a diferentes medidas⁸. Apurou-se que os municípios de Alter

8 Nomeadamente, Relações de força MIDI (Ri); Distâncias líquidas; balanço líquido das influências; Coeficientes da relação de forças.

MMDII	ALT	AVS	CAMPMAIOR	CASTVIDE	ELV	FRONT	GAV	MAR	MONF	PSOR	PTG	SOU	IMAXI
ALT	0	0	3	1	3	1	3	1	4	2	2	2	22
AVS	1	0	3	1	3	1	3	1	1	2	2	2	20
CAMPMAIOR	1	0	0	1	3	1	3	1	1	2	2	2	17
CASTVIDE	1	0	3	0	3	1	3	1	1	2	2	2	19
ELV	1	0	4	2	0	1	3	1	1	2	2	2	19
FRONT	1	0	3	1	3	0	3	1	4	2	2	2	22
GAV	1	0	3	1	3	1	0	1	1	2	2	2	17
MAR	1	0	3	2	3	1	3	0	1	2	2	2	20
MONF	1	0	3	1	3	1	3	1	0	2	2	2	19
PSOR	1	0	3	1	3	1	3	1	1	0	2	2	18
PTG	1	0	3	2	3	1	3	1	1	2	0	2	19
SOU	1	0	3	1	3	1	3	1	1	2	2	0	18
DMAxi	11	0	34	14	33	11	33	11	17	22	22	22	230

© LPSOR-EPITA-MACTOR

Figura 2 Matriz dos Máximos de Influência Direta e Indireta (MMIDI)

IMAXI: o grau máximo de influência do ator.
DMAxi: o grau máximo de dependência do ator.
Fonte: Balão (2020, p. 245).

do Chão e Fronteira são os atores que, à data, apresentavam maiores níveis de influência direta e indireta e este último município sobressai, conjuntamente com Portalegre, como ator de ligação, ou seja, uma parte da comunicação entre os atores do sistema era canalizada através destes atores.

Perante esta realidade, interessava reconhecer os objetivos mobilizadores tal como os constrangimentos intrínsecos ao sistema, os atores implicados e as formas encontradas para materializar os desafios e objetivos⁹. Os objetivos foram definidos com recurso ao enquadramento teórico da investigação, bem como dos contributos recolhidos através outros instrumentos de investigação, conforme referido anteriormente. Foram identificados quarenta e seis objetivos potenciais (Figura 5) para o sistema de cooperação, enquadrados em diferentes dimensões ou pilares — *ambiente interno, envolvente externa e governação* — aos quais foram associados desafios, tendo em conta os contributos das fontes primárias e secundárias referidas. O

9 A identificação dos desafios e dos objetivos estratégicos (Godet, 1993) constitui-se como outra etapa do método MACTOR. A investigação também procurou identificar os objetivos estratégicos presentes no sistema (Figura 5).

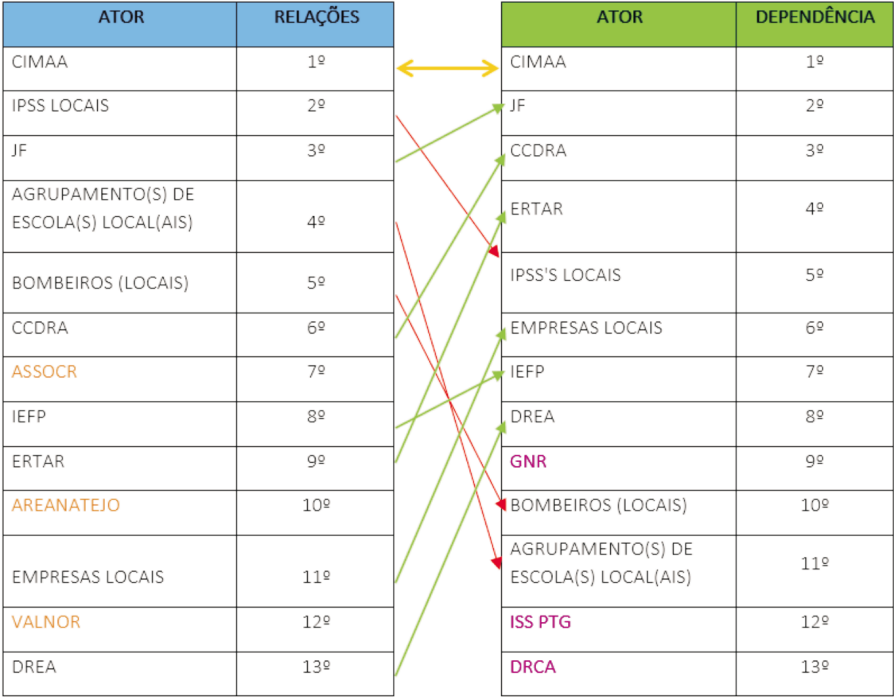


Figura 3 Posicionamento dos atores perante a frequência de relações e de dependência perante atores

Legenda:

- AREANATEJO — Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo
- ASSOCR — Associações Culturais e Recreativas Locais
- CCDRA — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- CIMAA — Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
- DRCA — Direção Regional de Cultura do Alentejo
- DREA — Direção Regional de Educação do Alentejo
- ERTAR — Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo
- GNR — Guarda Nacional Republicana
- IEFP, IP — Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IPSS Locais — Instituições Particulares de Solidariedade Social Locais
- ISS PTG — Instituto da Segurança Social — Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre
- JF — Juntas de Freguesia
- VALNOR — Empresa de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos

→ a frequência de relações e a assunção de dependência perante o ator é exatamente igual

→ a assunção de dependência perante o ator é superior à frequência de relações

→ a frequência de relações entre atores é superior à dependência assumida perante o ator

Fonte: Balão (2020, p. 238).

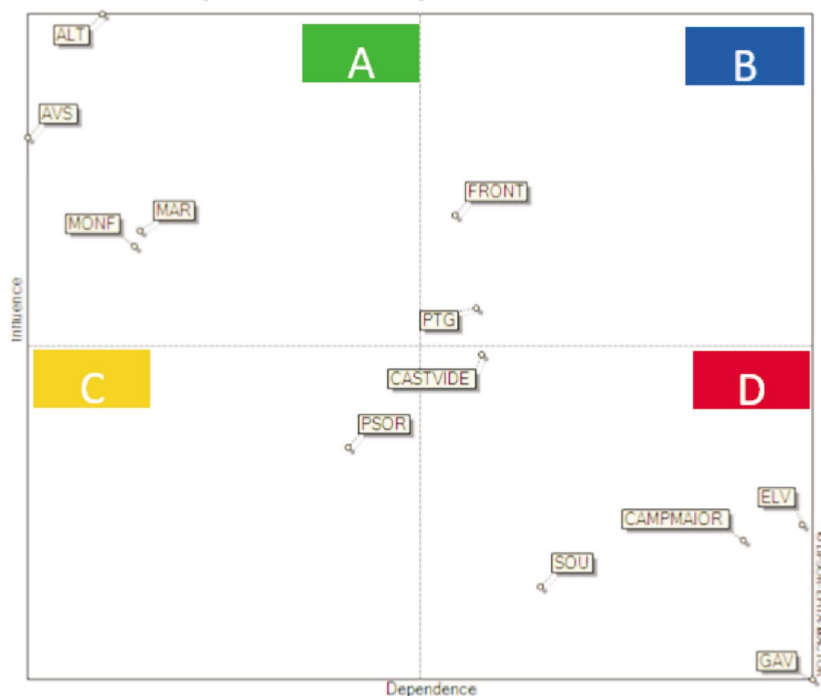


Figura 4 Plano de Influências e Dependências entre Atores

Fonte: Balão (2020, p. 241).

pilar *Ambiente Interno* integrava dois desafios: a capacidade do município para a cooperação e promover o desenvolvimento do território, estando em evidência as atribuições dos municípios e também a sua organização interna para atingir objetivos associados à cooperação intermunicipal. O pilar *Envoltente Externa* relacionava-se com o estabelecimento e desenvolvimento de relações no contexto externo da NUT III Alto Alentejo, no domínio regional, mas também nacional e internacional (com especial enfoque no espaço transfronteiriço¹⁰). No que concerne ao pilar *Governança*, interessava compreender o modelo de governação que os atores associam ao sistema de cooperação.

De modo a conhecer o posicionamento dos atores em função dos objetivos e identificar convergências e, eventuais, divergências (Silva & Saragoça, 2017) foi encetada a análise da convergência dos atores face aos objetivos. Este tipo de

10 Para além das fontes da identificadas, foi importante para a definição deste especial enfoque, a situação geográfica do território em análise.

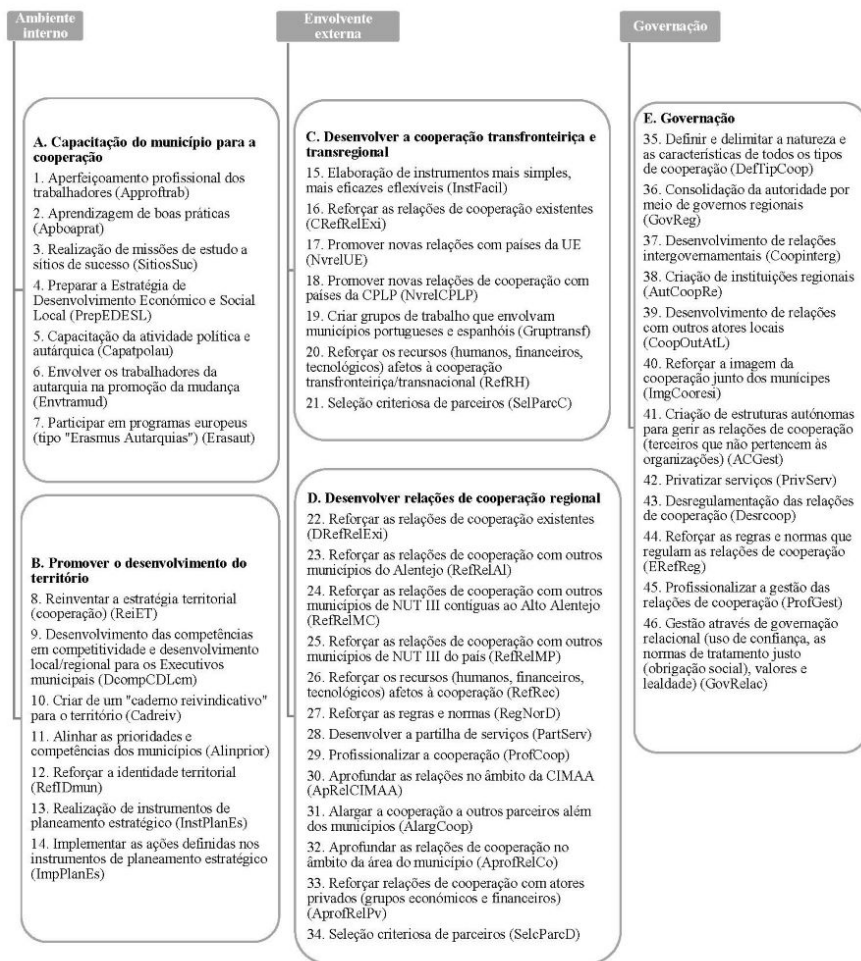


Figura 5 Pilares, desafios e objetivos estratégicos

Fonte: Balão (2020, p. 247).

informação conduz ao conhecimento sobre as tendências relativas a posicionamentos semelhantes perante os objetivos estratégicos, o que pode vir a influenciar as relações de cooperação, seja nas alianças e na manifestação de novas relações de parceria (Saragoça, 2010), ou na decisão sobre a conceção de alguns dos projetos e ações que mais facilmente poderão vir a ser alvo da ação dos municípios em cooperação.

Com recurso à Matriz das Posições Valorizadas — 2MAO¹¹ (Figura 6) pode constatar-se que dos 10 objetivos mais valorizados pelos atores do sistema, cinco estão inseridos no desafio “Desenvolver relações de cooperação regional” (Envolvente

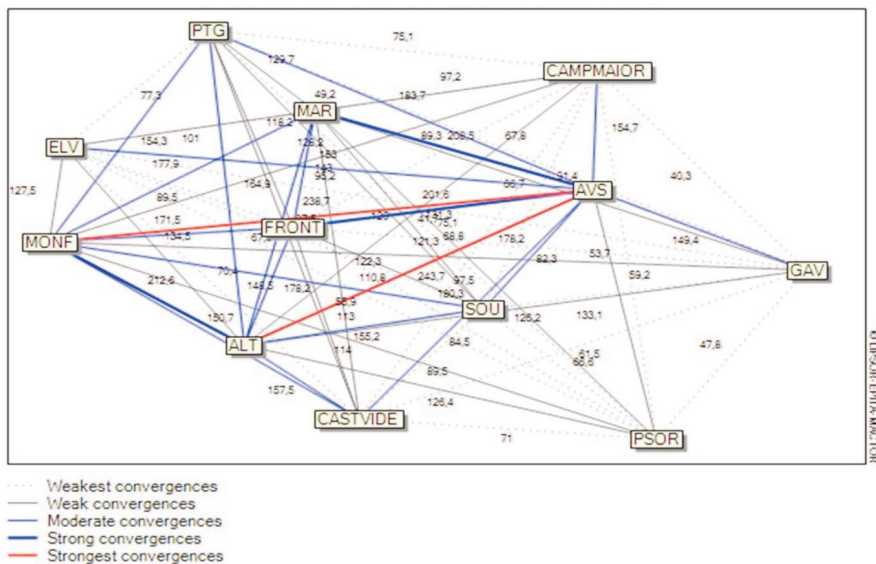


Figura 7 Convergência entre atores

Fonte: Balão (2020, p. 258).

A Matriz objetivos x atores (1MAO) revela uma grande homogeneidade, existindo cinco municípios que apenas divergem em um objetivo¹³. O município de Ponte de Sor é o que diverge em maior número de objetivos (13). A “Governação” é o pilar em que há maior divergência.

A análise efetuada demonstra existir um fio condutor entre relacionamentos, dependências e objetivos no seio do sistema de cooperação. Através da matriz de convergências valorizadas ponderadas dos atores sobre os objetivos (3CAA) foi possível elaborar o mapa de convergência entre atores (Figura 7) que mostra, a convergência de atores face a objetivos, evidenciando a relação entre atores com contiguidade territorial, fomentando o aparecimento de oportunidades para a ação conjunta na concretização de objetivos, projetos e ações no âmbito do sistema de cooperação.

Observa-se que os municípios de Avis, Alter do Chão e Monforte são aqueles que apresentam maiores convergências, sendo as convergências mais significativas entre Alter do Chão e Avis, entre Monforte e Avis, entre Marvão e Avis e entre Fronteira e Avis. Gavião e de Ponte de Sor são atores que não convergem com os

13 Alter do Chão, Marvão e Portalegre: seleção criteriosa de parceiros no seio do desafio de desenvolver a cooperação transfronteiriça e transnacional. Gavião e Monforte: privatização de serviços.

restantes atores do sistema, em consonância com os dados já referidos sobre relacionamentos, dependências e influências.

Foi também objetivo do estudo identificar os obstáculos com que os atores esperam vir a confrontar-se e os fatores críticos de sucesso (fatores que podem colocar em causa o sistema de cooperação intermunicipal). Os principais obstáculos identificados estão relacionados com o financiamento necessário às relações de cooperação para a superação de necessidades ou concretização de objetivos comuns. A incapacidade de captar fontes de financiamento e a escassez de meios financeiros constituem-se como dificuldades à concretização de relações no âmbito do sistema de cooperação. Contudo, parece relevante que a tomada de consciência sobre estes obstáculos pode ser um importante fator de motivação para que se possam empreender relações de cooperação, tendo presente o modelo e os pressupostos das políticas públicas territorializadas, transformando aquilo que no início do percurso de construção do futuro é considerado um obstáculo numa oportunidade para os atores. Importa não esquecer que os atores atuam de forma estratégica e possuem um elevado grau de liberdade que lhes permite desencadear ações (estratégicas) para atingirem os objetivos estratégicos. O confronto com estes obstáculos, associados aos meios que os atores assumiram ter (ou não ter) e aos objetivos estratégicos, podem constituir-se como um fator de mudança desejada.

No que concerne aos fatores que podem vir a colocar em causa o sistema de cooperação, evidencia-se que “os atores conferem grande relevância à vontade política e à liderança como fatores decisivos para o sistema de cooperação intermunicipal” (Balão, 2020, p. 275), variáveis já abordadas por outros autores (Sousa, 2017) sobre os condicionalismos à ação dos municípios.

Como se constata, a metodologia prospetiva, pelas suas características, constitui-se como um valioso instrumento para associar ao desenvolvimento das novas políticas públicas territorializadas e ao desenvolvimento territorial. Em ambos os quadros, a participação dos atores assume uma relevância significativa na concretização do(s) futuro(s) e da(s) mudança(s) desejada(s).

Considerações finais

A prospetiva estratégica tem vindo a afirmar-se como uma metodologia capaz de enfrentar os desafios colocados pela atualidade, nomeadamente a elevada incerteza e a complexidade dos fenómenos, que caracterizam a sociedade, ainda que não seja isenta de limitações e careça de intensa vigilância epistemológica, nomeadamente porque os atores possuem capacidade de ação e de agir em função dos seus objetivos estratégicos.

A investigação empreendida sobre a cooperação entre municípios do Alto Alentejo operada através de uma abordagem prospetiva encontrava-se alinhada com o facto de se acreditar que as mudanças operadas ao nível das teorizações sobre desenvolvimento territorial, materializadas numa nova geração de políticas públicas, trouxeram a necessidade de incluir, mas sobretudo, integrar a participação de uma multiplicidade de atores (diferentes e com múltiplos interesses), mas com capacidade para construírem uma visão comum de futuro. Esta nova realidade implica, simultaneamente, alterações nos modelos relacionais, que passam a estar fundamentados em relações de cooperação, para a concretização de objetivos comuns. Esta afirmação é corroborada pelo vasto conjunto de organismos e organizações que, na sua ação, o afirmam e o dinamizam, através de instrumentos materiais (por ex. financiamentos) e imateriais (por ex. recomendações) diversos.

A metodologia prospetiva, pelas características evidenciadas ao longo deste trabalho, constitui-se como um importante instrumento para o desenvolvimento das novas políticas públicas territorializadas com vista ao desenvolvimento territorial.

Os resultados alcançados pela investigação relativa à análise estratégica de atores, empreendida através do Método MACTOR, trouxeram à luz informações sobre o sistema de cooperação municipal do Alto Alentejo, que os atores podem utilizar para dar resposta aos desafios colocados pelos novos modelos de políticas públicas, nomeadamente aqueles que se prendem com a necessidade de empreender ações multinível, multisetorial e multiescalar. A análise sobre os desafios e objetivos estratégicos concede aos atores a possibilidade de identificar convergências existentes e possibilita maior capacidade de decisão sobre a concretização novas relações de parceria.

Assim, à guisa de síntese, pode referir-se a grande convergência entre atores e objetivos, salientando-se o papel relevante para o sistema de cooperação da Autoridade Centralizada de Cooperação – CIMAA, como é possível observar por diferentes objetivos mais valorizados: o aprofundamento de relações de cooperação no âmbito da CIMAA, a promoção da realização de instrumentos de planeamento estratégico para o território e ainda o reforço das relações existentes. Por outro lado, os municípios manifestam a importância do aprofundamento dos relacionamentos regionais para o sistema. Os fatores identificados com capacidade mobilizadora são: a regulação da cooperação intermunicipal (em diferentes níveis e escalas), os problemas e visões comuns para a região e também a proximidade geográfica. No que concerne aos principais fatores críticos de sucesso, capazes de se manifestar num quadro futuro, foram identificados: a vontade política, a liderança, a cultura organizacional, os meios disponíveis e a confiança.

Os resultados, nomeadamente acerca da proximidade entre atores, pela significativa convergência de objetivos e também pela explicitação dos meios, como

dos fatores críticos associados a este sistema, trazem à superfície novos conhecimentos que os atores (direta e indiretamente) envolvidos podem utilizar para a concretização dos seus objetivos, através de ações individuais e coletivas.

Em suma: o sistema de cooperação municipal é um sistema aberto, associado a relações entre pares (municípios), mas em que outros atores, de diferentes naturezas, de diversas escalas, influenciam e são influenciados pelo sistema em presença.

A investigação realizada evidência o contributo da metodologia prospetiva para a compreensão das dinâmicas territoriais associadas à capacidade de ação dos atores.

Notas

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Albuquerque, C. (2017). Políticas Públicas e prospetiva. Futuros possíveis e/ou presentes desejáveis? In J. Saragoça, C. A. Silva, & J. Fialho (Coords.), *Prospetiva estratégica – Teoria, métodos e casos reais* (pp. 43-65). Edições Sílabo.
- Arocena, J. (2002). *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. Taurus.
- Balão, A. (2020). *Relações de cooperação entre Municípios do Alto Alentejo: diagnóstico prospetivo, cenários e possíveis estratégias de ação* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora].
- Barca, F., McCann, P., & Rodríguez-Pose, A. (2012). The Case For Regional Development Intervention: Place-Based Versus Place-Neutral Approaches. *Journal of Regional Science*, 52(1), 134-152. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2011.00756.x>
- Baudelle, G., Guy, C., & Mérenne-Schoumaker, B. (2011). *Le développement territorial en Europe: concepts, enjeux et débats*. Presses Universitaires de Rennes.
- Chorincas, J. (2006). Prospetiva Territorial: conceitos, técnicas e exemplos europeus. *Revista GeoINova*, (12), 275-295.
- Crozier, M., & Friedberg, E. (1990). *El actor y el sistema – Las restricciones de la acción colectiva*. Alianza Editorial Mexicana.
- Cuervo, J. (2006). La prospetiva territorial: un camino para la construcción social de territorios de futuro. In L. C. J. Reyes (Ed.), *Región, espacio y territorio en Colombia* (pp. 303-336). Universidad Nacional de Colombia.
- Dias, R. C., & Seixas, P. C. (2020). Territorialização de políticas públicas: processo ou abordagem? *Revista portuguesa de estudos regionais*, (55), 47-60.

- Duhamel, F., & Fortin, M.-F. (1999). Os estudos de tipo descritivo. In M.-F. Fortin (Ed.), *O processo de investigação: da concepção à realização* (pp. 161-172). Lusociência – Edições Técnicas e Científicas.
- Figueiredo, A. (2010). *A territorialização de políticas públicas em Portugal*. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP.
- Friedberg, E. (1993). *O poder e a regra. Dinâmicas de acção organizada*. Instituto Piaget.
- Gabiña, J. (1998). *Prospectiva y ordenación del territorio*. Marcombo
- Godet, M. (1993). *Manual de Prospectiva Estratégica – Da antecipação à acção*. Publicações D. Quixote.
- Godet, M. (2000). The Art of Scenarios and Strategic Planning: Tools and Pitfalls. *Technological Forecasting and Social Change*, 65(1), 3-22.
[https://doi.org/10.1016/S0040-1625\(99\)00120-1](https://doi.org/10.1016/S0040-1625(99)00120-1)
- Godet, M. (2005). Preface. In G. Loinger, & C. Spohr (Eds.), *Prospective et planification territoriales – État des lieux et propositions* (N.º 24: Travaux et Recherches de Prospective, pp. 15-19).
<http://www.lapropective.fr/dyn/francais/memoire/trp/trp-n-24.pdf>
- Guerra, I. (2010). *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção – O planeamento em ciências sociais*. Principia.
- Jouvenel, H. d. (2004). *Invitation à la prospective An Invitation to Foresight*. Futuribles
- Kahn, R. (2010). La dimension culturelle du développement territorial. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, (4), 625-650.
- Miklos, T. (2008). *Prospectiva, gobernabilidad y riesgo político: instrumentos para la acción*. Editorial Limusa.
- Neto, P. (2013). Espaço, diplomacia económica e políticas públicas. In M. M. Serrano, & P. Neto (Coords.), *Espaço – Perspetivas multidisciplinares sobre a construção dos territórios* (pp. 93-106). Edições Sílabo.
- Nunes, R., & Heitor, M. (2002). *Guia Prático de Prospectiva Regional em Portugal*. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Perestrelo, M. (2005). *Prospectiva: planeamento estratégico num contexto de desenvolvimento regional* (101146361) [Tese de Doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte-iul. <http://hdl.handle.net/10071/3138>
- Ramos, I., & Baltazar, S., (2017). Governança e Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Territorial – dos estudos empíricos às tendências prospetivas. In J. Saragoça, A. Balão, & C. Chainho (Coords.), *Pensar o Futuro, Preparar a Mudança. Livro de Atas do 1.º Encontro de Prospektiva* (pp. 109-125). CICS.NOVA.UÉvora – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora.
- Reis, P. & Baltazar, S. (2018). A problemática do desenvolvimento e crescimento económico: revisitar conceitos, teorias e modelos. *Desenvolvimento e Sociedade – Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*, (4), 153-172.
<https://www.rdp.uevora.pt/handle/10174/24905>
- Reynaud, J.-D. (2004). *Les règles du jeu – L'action collective et la régulation sociale* (3ª ed.). Armand Colin.

- Santinha, G. (2014). O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes. *EURE* (Santiago), 40(119), 75-97.
<http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612014000100004>
- Santos, M., & Saragoça, J. (2017). Contributo para o conhecimento dos métodos e técnicas utilizados na prospetiva. In J. Saragoça, C. A. Silva, & J. Fialho (Coords.), *Prospetiva Estratégica – Teoria, métodos e casos reais* (pp. 95-110). Edições Sílabo.
- Saragoça, J. (2010). *Governo electrónico local: Diagnóstico sociológico, estratégias de actores e futuros para o distrito de Évora, Portugal*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. <http://hdl.handle.net/10174/4502>
- Silva, C. A., & Saragoça, J. (2017). Caracterização e operacionalização dos métodos da escola francesa de prospetiva. In J. Saragoça, C. A. Silva, & J. Fialho (Coords.), *Prospetiva Estratégica – Teoria, métodos e casos reais* (pp.127-170). Edições Sílabo.
- Soares, P. A., Chainho, C., & Balão, A. (2017). Limites da prospetiva e potencialidades dos “estudos do futuro” em sociologia. In *Atas do IX Congresso Português de Sociologia. Portugal, território de territórios*. Associação Portuguesa de Sociologia. https://associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/actas
- Sousa, R. (2017). A agência municipal na cooperação intermunicipal nacional e transnacional. In F. Amorim (Ed.), *Arruda dos Vinhos (1517) – Uma comunidade concelhia, memória e futuro. Transcrição do Foral Manuelino de 15 de Janeiro de 1517* (pp. 193-218). Câmara Municipal Arruda dos Vinhos.
- Sthör, W. (1984). Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies. *Estudos de Economia*, 4(4), 461-485
- Vásquez, J. (2021). *Bases metodológicas y conceptuales de la Prospectiva Territorial para la construcción de la Visión Cali 2036*. Instituto de Prospectiva, Innovación y Gestión del Conocimiento.
<https://www.cali.gov.co/buscar/?q=Bases+metodol%C3%B3gicas+y+conceptuales+de+la+Prospectiva+Territorial+para+la+construcci%C3%B3n+de+la+Visi%C3%B3n+Cali+2036>
- Vitale, J., Pascale, C., Barrientos, M. J., & Papagno, S. (2016). *Guía de prospectiva para el ordenamiento territorial rural de la Argentina a nivel municipal*. Ministerio de Agroindustria. <https://repositorio.inta.gob.ar/handle/20.500.12123/9012>
- Yin, R. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso – Desenho e Métodos*. Bookman.

Data de submissão: 27/03/2022 | **Data de aceitação:** 09/05/2023



RECENSÃO

REVIEW

RODRIGUES, JOÃO. (2022). O NEOLIBERALISMO NÃO É UM SLOGAN. TINTA-DA-CHINA

Rahul Kumar

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Metodologia, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: Instituto de História Contemporânea, Universidade NOVA de Lisboa & Departamento de Ciências

Sociais da Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal. IHC-UNL, Colégio Almada Negreiros,

Sala 327, Campus de Campolide da NOVA, 1099-085 Lisboa, Portugal

E-mail: rahul.kumar@fsch.unl.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4799-149X>

O processo de integração europeia foi, possivelmente, o fator mais decisivo no percurso da formação social portuguesa desde o 25 de Abril de 1974. Para a generalidade dos analistas e quase todas as forças políticas, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) encontra-se diretamente associada à construção do sistema democrático, tendo contribuído para ultrapassar a herança institucional e política do Estado Novo, para modernizar as infraestruturas e a estrutura produtiva do país, para transformar uma sociedade rural, pobre, e em muitas dimensões bastante conservadora, numa sociedade mais afluyente, moderna, dinâmica e aberta. Sob a ideia de convergência, parte substancial da sociedade portuguesa ambicionou fazer parte do pelotão da frente, e sonhou tornar-se europeia. A base deste consenso europeísta, que persiste mesmo depois da grande crise financeira de 2007 e das políticas de austeridade que se lhe seguiram, assenta numa série de leituras sobre as causas do atraso português — normalmente imputado a razões de natureza interna — e sobre a lógica da integração europeia — tomada quase sempre como um projeto cosmopolita e democrático, de paz e prosperidade.

O livro de João Rodrigues, *O neoliberalismo não é um slogan*, tem como ponto de partida a emergência e a trajetória política do neoliberalismo, como objeto a União Europeia e como tema central o lugar de Portugal nesta história. O neoliberalismo é, sem dúvida, um fenómeno problemático e um conceito controverso: se, por um lado, os atores classificados como neoliberais rejeitam o qualificativo, argumentando que ele é utilizado de forma derogatória pelos seus adversários políticos, por outro lado, no campo das ciências sociais a utilidade analítica da ideia de neoliberalismo é frequentemente questionada. Contra estas duas perspetivas, o autor mostra de forma convincente a formação da doutrina neoliberal, identificando os seus princípios teóricos e discutindo as suas prescrições. Essa história das ideias não é, todavia, apresentada de forma desencarnada. É inserida de forma consistente nos quadros geopolíticos que facilitaram a sua institucionalização. Ao olhar de forma atenta para processos de mudança institucional, o livro coloca as teorias neoliberais no centro da construção da União Europeia, talvez o mais perfeito modelo de neoliberalismo incrustado, e da integração de Portugal nessa organização política supranacional.

O argumento encontra-se organizado em seis capítulos que discutem, de forma cruzada, o lugar do neoliberalismo na história do pensamento económico e o lugar que esses debates e ideias ocuparam no espaço público. A primeira secção, com o título “Não é mesmo um slogan”, apresenta uma cartografia bastante completa daquilo que o autor designa como o arquipélago neoliberal: um conjunto de escolas de pensamento, instituições académicas, *think tanks* e organizações internacionais a partir das quais um influente coletivo de intelectuais procurou renovar o liberalismo clássico e repensar a relação entre estado e mercado para além do *laissez-faire* do século XIX. O mercado surge aqui não como uma instituição natural, mas como uma construção política, deliberadamente fabricada e protegida. Segundo o autor, o centro da ideologia neoliberal assentou na procura de “soluções políticas para subordinar a atuação dos poderes públicos à promoção da concorrência mercantil em áreas crescentes da vida social” (p. 23). Mais do que reduzir o tamanho do estado, a ação do neoliberalismo concentrou-se na definição do próprio carácter do estado — ou seja, tratou de assegurar, com base em interesses de classe específicos, que as intervenções do poder político, idealmente exercido por elites tecnocráticas não eleitas, seriam *marktconform*.

O segundo e o terceiro capítulos, “Engenharia política supranacional” e “Economia política dos consensos internacionais”, procuram situar o desenvolvimento do neoliberalismo no quadro da geopolítica internacional e construir uma periodização detalhada do processo de tradução institucional das teorias neoliberais. O autor mostra de que modo as hipóteses sobre mercados eficientes, individualismo metodológico ou agentes racionais, discutidas em colóquios académicos e encontros intelectuais, foram testadas e implementadas no mundo das instituições políticas. Se o Colóquio Walter Lippmann, que teve lugar em 1938 em Paris, é habitualmente considerado como local de nascimento oficial da ideologia neoliberal, e a chegada das ideias neoliberais ao poder é habitualmente associada à crise económica dos anos 1970, este livro defende que a institucionalização do neoliberalismo remonta aos anos 1950 e tem na CEE o seu primeiro modelo e teste político. O argumento pode ser resumido da seguinte forma: esta organização supranacional, de propensão federalista, teve como objetivo fundamental anular a possibilidade de uma economia política socialista no continente europeu e condicionar de modo significativo os efeitos da reconstrução democrática dos Estados Nacionais no pós-guerra, insulando as suas elites políticas de reivindicações redistributivas e democráticas. Sendo clara e comprovada a inspiração hayekiana para o processo de construção europeia, ancorado no mercado único e na moeda comum, nem por isso a integração se fez sem atritos. A diversidade dos modelos de proteção social nos vários países europeus, a sua sólida base nacional — a escala mais favorável

aos arranjos democráticos — a par de um certo equilíbrio geopolítico favoreceram até aos anos 1970 o “reformismo do medo”. É perante o fim da radicalidade social-democrata do pós-guerra, da queda da URSS, do fim do socialismo no terceiro mundo, da intensificação das interdependências globais e da renovada hegemonia americana que o pacote de reformas neoliberal começa a ser aplicado de forma extensiva em todo o mundo, do Chile em 1973 à Europa de Leste no século XXI. Este pacote de reformas, apresentado em detalhe ao longo destes dois capítulos, teve também implicações decisivas no quadro europeu desde o fim dos anos 1970.

O avanço do neoliberalismo em Portugal e as suas consequências para a soberania nacional e para a democracia são analisados no capítulo seguinte. O “Neoliberalismo incrustado em Portugal” começa por reconstruir o debate entre os defensores do modelo de planificação socialista do período revolucionário e uma nova geração de economistas, quase todos formados em universidades britânicas e norte-americanas. Estes últimos foram os responsáveis pela importação e adaptação às circunstâncias específicas do debate político-económico português dos postulados teóricos do neoliberalismo organizados em torno da noção de “pequena economia aberta” (p. 237). Esta formulação, cristalizou uma imagem precisa da condição natural, e, portanto, inescapável, da posição de Portugal numa economia irreversivelmente mundializada. O vínculo externo, ou seja, o projecto de integração europeia que assegurou as condições materiais e institucionais de reconstrução da economia de mercado e de um certo regime de propriedade em Portugal depois do período revolucionário, revelou-se essencial para estas ideias saltarem do papel para a política. Os governos de Cavaco Silva representaram a manifestação institucional concreta deste novo modelo de governamentalidade. No seu momento positivo, para lá da oposição aos “excessos da revolução”, esse programa apresentou um horizonte de modernidade, de racionalidade económica, e, inclusivamente, de um certo investimento social que, em conjugação com a promessa de mobilidade social ascendente e de convergência com o centro europeu, assegurou uma década de europeísmo feliz e deu forma a um consenso social duradouro.

Concretizada a análise detalhada do processo de incrustação do neoliberalismo no espaço social português, o argumento procede para um balanço bastante crítico das consequências macroeconómicas das políticas de integração europeia. Em “Vulnerabilidades macroeconómicas nacionais”, João Rodrigues, em co-autoria com Paulo Coimbra, parte da Teoria Monetária Moderna — um quadro teórico heterodoxo que sublinha a importância da soberania monetária — para identificar os principais padrões e mecanismos explicativos do funcionamento de uma economia monetária de produção como a portuguesa. Os autores verificam que ao longo das últimas duas décadas, num quadro de subordinação do estado às instituições

financeiras internacionais, e de recomposição do poder das classes dominantes, o mercado interno estagnou, a procura externa teve um impacto negativo no crescimento, e Portugal registou sempre défices crescentes na balança corrente. Não se trata de um exclusivo português: todos os outros países da Europa do Sul apresentam resultados semelhantes ainda que nenhum tão negativo. O livro argumenta que só a recuperação de uma série de instrumentos de política económica, desde logo a soberania monetária, articulada com políticas cambiais e orçamentais, poderá devolver a política macroeconómica ao controlo democrático. A identificação das prioridades de política pública e de uma série de medidas de desmercadorização do trabalho, da terra/natureza e da moeda para a construção de uma sociedade mais justa e democrática são, precisamente, o tema do último capítulo “Resgatar a economia política soberanista”.

Ancorado numa história das ideias económicas, *O neoliberalismo não é um slogan* é um livro fundamental para compreender a ideologia dominante do nosso tempo e um ponto de partida para uma leitura mais informada e realista do processo de construção da União Europeia. Ao longo das mais de trezentas páginas do livro, João Rodrigues leva verdadeiramente a sério a formulação de um economista e antigo ministro das finanças, Mário Murteira, de que “Portugal não pode ser compreendido sem uma visão ampla dos enfrentamentos de classes, nações e sistemas sociais à escala mundial” (p. 214). Desse ponto de vista, o livro inscreve a análise da sociedade portuguesa, e de muitos dos seus bloqueios e impasses, num quadro multiescalar e transnacional, no interior do qual é problematizada a ideia de inevitabilidade dos processos de globalização económica e a relação entre soberania democrática e participação em blocos económicos e políticos supranacionais.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Data de submissão: 28/07/2023 | **Data de aceitação:** 25/08/2023



NORMAS PARA AUTORES/AS SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES/AS

1. A SOCIOLOGIA *ON LINE* só aceita propostas para publicação de textos originais, de cariz sociológico, que não tenham sido anteriormente publicados ou que estejam em revisão noutra revista.
2. A revista aceita diferentes tipos de textos: **artigos** (que poderão ser o resultado de investigação em contexto de investigação básica/pura ou em contexto de investigação aplicada, investigação-ação) e **recensões**.
3. Estes textos poderão ser escritos em português, inglês, francês ou espanhol.
4. A submissão deverá ser endereçada por correio eletrónico para sociologiaonline@aps.pt.
5. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os textos. No caso de se adequarem à SOCIOLOGIA *ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as (através da criação de um ficheiro anonimizado). Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da SOCIOLOGIA *ON LINE*.
6. Para além do ficheiro completo com a identificação dos/as autores/as, deverá ser enviado um ficheiro anonimizado, omitindo qualquer referência à autoria do ficheiro e a eventuais projetos que possam ter financiado a investigação. Deve também ser substituída qualquer referência a publicações anteriores dos/das autores/as, tanto nas citações no texto como na lista de referências, pela palavra “Autor@/s”.
7. Todos as submissões serão sujeitas a um sistema de deteção de plágio. Em caso de deteção de plágio o trabalho não será publicado. Os/as autores/as ficarão também impedidos de submeter outras publicações durante um período nunca inferior a um ano, sujeito a decisão da Direção.
8. Os trabalhos propostos à SOCIOLOGIA *ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte Times New Roman e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as.
9. Os **artigos** não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
10. As **recensões** não devem ultrapassar 1500 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.

11. Para os **artigos** resultantes de trabalho desenvolvido em contexto de **investigação básica/pura** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução; Enquadramento teórico; Objetivos (gerais e específicos); Método; Resultados; Conclusões; Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional); Referências.
12. Para os **artigos** referentes a trabalhos produzidos em contexto de **investigação aplicada, investigação-ação**, sugere-se a seguinte estrutura para estes textos: Introdução; Contextualização do fenómeno estudado; Objetivos (gerais e específicos); Diagnóstico do contexto de intervenção; Metodologia; Resultados; Conclusões; Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional); Referências. Os/as autores/as deverão incluir no texto detalhe relativo às componentes de inovação, avaliação e monitorização.
13. As notas de rodapé devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo.
14. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”.
15. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a Bold, centrados, em corpo 12 e fonte Times New Roman; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título da tabela/figura e um espaço entre o título e a respetiva tabela/figura. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte.
16. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:
 1. EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais;
 2. TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi.
17. No caso do recurso a elementos não textuais que não sejam originais e que estejam sujeitos a copyright e/ou outro tipo de direitos, é necessário uma autorização para a sua utilização ou a aquisição dos direitos correspondentes.
18. Os artigos devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.

19. Os títulos dos textos submetidos para publicação na revista SOCIOLOGIA ON LINE não podem ser idênticos a títulos de outras publicações ou comunicações realizadas pelos/as autores/as.
20. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de e-mail. Todos/as os/as autores/as têm de apresentar o respetivo identificador digital ORCID. O/A autor/a de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa.
21. Os/as autores/as deverão indicar, com base na taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), qual a contribuição de cada pessoa autora/colaboradora para o texto. No caso de uma única autoria deve ser seguido o mesmo procedimento.
22. Os/as autores/as devem enviar uma declaração de inexistência de conflito de interesses assinada por todos/as.
23. No caso de os textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após a secção “Conclusões” e antes da secção “Referências”.
24. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas APA 7th Edition.
25. Os direitos de *copyright* são pertença da Associação Portuguesa de Sociologia.



SUBMISSION GUIDELINES

1. SOCIOLOGIA *ON LINE* publishes original research, of sociological nature, that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere.
2. The Journal accepts different types of texts: **articles** (whether as a result of research in the context of basic/pure research or in the context of applied research, research-action) and **book reviews**.
3. These manuscripts may be written in Portuguese, English, French or Spanish.
4. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt.
5. All texts are initially evaluated by the Direction of SOCIOLOGIA *ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa (by creating an anonymized file). The Direction of SOCIOLOGIA *ON LINE* is responsible for the final publication decision.
6. In addition to the complete file with the identification of the authors, an anonymized file must be sent, omitting any reference to the authorship of the text and any projects that may have funded the research. Any reference to authors previous publications, both in the text citations and in the list of references, should be replaced by the word "Author/s".
7. All submissions will be subject to a plagiarism detection system. In case of detection of plagiarism, the work will not be published. Authors will also be barred from submitting other publications for a period of no less than one year, subject to decision by the Editorial Board.
8. Manuscripts proposed to SOCIOLOGIA *ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles.
9. **Articles** should not exceed 9000 words, including footnotes and references.
10. **Book reviews** should not exceed 1500 words, including footnotes and references.
11. For **articles** resulting from work developed in the context of **basic/pure research** authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Objectives (general and specific); Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References.

12. For **articles** related to work produced in the context of **applied research**, action research, the following structure is suggested: Introduction; Contextualization of the phenomenon studied, Objectives (general and specific), Diagnosis of the intervention context, Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References. Authors should include a detailed description about innovation components, assessment, and monitoring.
13. Footnotes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article.
14. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement.
15. Article's non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet.
16. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
 1. EPS (or PDF): Vector drawings;
 2. TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution.
17. The usage of non-textual elements that are not original and are subject to copyright and/or other rights, requires a permission or the purchase of the corresponding rights.
18. **Articles** must present a title in Portuguese and a title in English: an abstract of up to 250 words in Portuguese and in English (including a brief introduction to the study; a reference to the theoretical and methodological approaches used; the main results; the conclusion and the work's relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.
19. The titles of the texts submitted to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be different from the titles of other publications and communications by the authors.
20. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (e.g. University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. All authors must present the digital identifier ORCID. The correspondence author must present the complete institutional address.

21. The authors should indicate, based on the CRediT taxonomy (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), the contribution of each author/collaborator. In the case of a single authorship, the same procedure should be followed.
22. Authors must submit a no conflict of interest declaration signed by all.
23. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”.
24. Citations, references in-text and reference list must comply with the APA 7th Edition.
25. The Associação Portuguesa de Sociologia retains copyright of all published manuscripts.

